

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
CAMPUS DE SÃO CARLOS  
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E PLANEJAMENTO

O ATO DE MORAR:  
UMA OFICINA URBANA DE POSSEIROS

ANTONIO DA COSTA SANTOS

VOLUME I



Dissertação apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de "mestre em arquitetura".

ORIENTADOR: PROF.DR.WILSON CANO

DEDALUS - Acervo - EESC



31100036325

SÃO CARLOS, maio de 1985

"O problema do desenho tem muito a ver  
com a nossa emancipação política".

Flávio L.Motta

Ofereço as alegrias desta prática à  
minha mãe, meu irmão e, principalmente à Roseana,  
minha mulher e companheira.

Agradeço,

aos amigos: sociólogo Pedro Jacobi, economista João Eduardo de Moraes Pinto Furtado e os arquitetos Luiz Antonio Martins Aquino, Roberto de Almeida Floeter, Luiz Cláudio Bittencourt e Marco Aurélio Öppido, pela contribuição profissional oferecida.

A Maria Raquel Mendes Brito (Zita) e Vera Lúcia Stocco Montgomery, pelo paciente e carinhoso trabalho de revisão dos originais e da datilografia final.

Especial e particularmente ao meu orientador, Wilson Cano, sem o qual esta dissertação jamais teria sido desenhada.

Finalmente, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo financiamento total deste trabalho.

## RESUMO

Debruçados sobre um estudo de caso - a ocupação organizada de um agrupamento de três favelas na cidade de Campinas - apontamos as contradições embutidas nesse fato urbano, marcado pela dramática condição atual de vida do povo brasileiro.

Conceituando o espaço enfocado enquanto uma oficina de posseiros, necessária à realização de seu ATO DE MORAR (urbano e contemporâneo), investigamos profunda e amplamente os conflitos entre práticas individuais de auto-construção e uma hipótese concreta de auto-gestão coletiva.

O resultado teórico desse embate sugere finalmente, a constituição do chamado posseiro coletivo como novo ator político da cidade, capaz de empunhar um papel fundamental para o desenho de perspectivas futuras de assentamentos populares.

## ABSTRACT

In the analysis of the case - the self-organized occupation of a group of three slums in Campinas - it is pointed out the intrinsic contradictions of this urban fact, stressed by the dramatic conditions of life the Brazilian people find in these days.

Considering the space in study as a construction working area, necessary for the act of living, the conflicts between individual practices of housing and self-organization were deeply and broadly explored.

The conclusion of such conflict findly suggests the constitutions of a new political group in the city, represented by those who are occupying the areas, which are able to provide fundamental information for design of future popular settlements.

## ÍNDICE

	Pág.
INTRODUÇÃO	4
PRIMEIRO CAPÍTULO: O QUADRO HISTÓRICO	14
SEGUNDO CAPÍTULO: O ESTUDO DE CASO	63
Gênese de uma luta urbana	64
Metodologia do projeto piloto	74
Negociações políticas	107
A pesquisa feita: auto-censo através de questionário de história de vida e domicílio	112
Contradições da luta: quebra da organização popular e expedientes de gabinete	117
Espaço construído e esforço dispendido	123
Traçando o perfil do posseiro coletivo	146
TERCEIRO CAPÍTULO: CONCLUSÕES	180
A saída do objeto e o retorno à cidade	180
Uma oficina urbana	196
BIBLIOGRAFIA	199
ANEXOS	Vol. II

## INTRODUÇÃO

### OBSERVAÇÕES SOBRE OS FATOS URBANOS ATUAIS

Partimos da constatação de que determinados fatos urbanos são de conhecimento público, dispensando aqui reflexões sobre os mesmos, servindo apenas como FUNDO de referência à FIGURA central que nos interessa.

Através da contribuição das ciências sociais, notadamente da economia política e da sociologia urbana, constituiu-se academicamente um conjunto de concepções teóricas sobre o fenômeno da urbanização regional e o agravamento das condições de vida em nossas cidades.

Muito tem sido escrito e falado sobre a função econômica da casa operária e do bairro popular para a reprodução acelerada da urbanização capitalista no terceiro mundo.

Observamos o despejo de enormes contingentes migratórios, sobre uma relação de espaço e tempo, ainda por

se organizar historicamente. Espaço do conflito, representado pelo obstáculo da propriedade privada de terra urbana ante a necessidade da socialização das condições básicas de vida para as grandes aglomerações populares. Tempo da miséria, marcado pelo crescente rebaixamento do nível e da qualidade de vida dessas multidões e pela luta constante para a redistribuição da renda e ampliação dos gastos sociais do Estado.

Fatos urbanos denunciando algumas formas dessa crise, estão sendo consumidos pelas classes sociais, através do cotidiano da televisão, do rádio e da imprensa.

Entidades de moradores, sindicatos e associações profissionais, enfim, todo o arco de forças populares que compõe os recentes movimentos sociais urbanos, organiza-se afastado da fechada academia, distante do Estado e da retórica partidária.

Outros exemplos contundentes são o aumento da criminalidade e violência geral, a permanente rebeldia urbana face ao desemprego; depredações ferroviárias e até mesmo greve de bóias frias. Mobilizações de massa nunca vistas, desde o período eleitoral de 1982 até as recentes manifestações pelas eleições diretas para a presidência da República, dadas, principalmente pela angústia social do futuro incerto.

Podemos dizer, resumidamente, que a sociedade brasileira está exigindo de modo rápido e, em alguns casos, através da violência, urgente solução para seus principais anseios e necessidades básicas.

A próxima década, final de século, será marcada historicamente como o momento para o conjunto da sociedade reconhecer e enfrentar essa realidade, onde quase tudo está por ser pensado, desenhado e feito dentro do fazer específico da arquitetura e do urbanismo.

## FATOS URBANOS E ARQUITETURA SOCIAL

Conhecendo a tradição de dificuldades da pesquisa social entre nós e debruçados sobre a precária bibliografia e iconografia urbana existente, tentaremos investigar uma "hipótese de arquitetura social" entre tantas outras, para pensar nosso tema.

Para tanto, resolvemos enfrentar nosso problema específico da arquitetura, tratado aqui como objeto de estudo recortado dessa questão urbana, ainda complexa porque pouco investigada. Arquitetura enfim como prática específica, parte integrante de uma prática social concreta.

Detalhando mais o limite da redução possível, localizaremos o corpo desse objeto sobre um ESTUDO DE CASO, abraçando as contradições reais de uma investigação teórica lançada sobre o mundo do trabalho urbano, e descobrindo, nas dificuldades políticas de sua emancipação, um modo capaz de evitar quedas nas armadilhas da lógica formal.

Definimos então, como centro desse citado mundo, a habitação, casa e terra para morar, abrigo mínimo do homem, hoje discriminado pelo adjetivo "operária ou popular".

### UM ESTUDO DE CASO E A ARQUITETURA

Partimos do pressuposto que somente um exercício de confrontos entre demandas habitacionais tipicamente relacionadas aos fatos urbanos mencionados e territórios previamente traçados numa dada geografia política, permitiria contornar, com certa segurança, o atual desencontro teórico para equacionar "uma hipótese de arquitetura social".

Escolhemos Campinas como oficina para esse exercício, dado que era considerada, até pouco tempo, cidade privilegiada pela qualidade de seus equipamentos coletivos

e serviços urbanos, adequadamente organizados nos dois séculos de sua história. Contudo, apresenta nos últimos vinte anos graves sintomas de quebra dessa estrutura urbana, causada pela acumulação de contradições de toda natureza, depositada sobre seu território, pela acelerada urbanização e descaso pela coisa pública.

Consideramos Campinas um lugar - síntese dos velhos e novos problemas brasileiros - onde sua escala física e seu contexto sócio-econômico permitem dimensionar adequadamente a oficina do objetivo pretendido.

Como desejamos pensar a habitação na trajetória futura desse fenômeno, buscamos nas suas origens históricas o fio condutor que socialmente comprove a leitura da "hipótese".

Iremos a campo pesquisar arquivos públicos e observar exemplos de possibilidades construtivas perdidas no tempo, resgatando apenas como registro, nessa leitura, as soluções mais significativas do chamado "mercado formal" da habitação em Campinas: pequenas vilas operárias e bairros populares, recuperando assim, as linhas gerais dos últimos cinquenta anos. (1)

Levantaremos por último, como contraponto didático, os assentamentos de massa construídos em Campinas nos últimos vinte anos, pela atual política habitacional do governo.

Melhor dizendo, colecionaremos as soluções comprovadas pelo conjunto da sociedade, construídas tanto pelos primeiros escritórios da iniciativa privada quanto pelo Estado capitalista emergente e, arrematando com um bre

(1) Entendemos por mercado formal da habitação toda a atividade imobiliária regulamentada por operação mercantil e posturas de tributação e regulamentação urbanística.

ve arrolamento dos conhecidos conjuntos habitacionais da atualidade, poderemos organizar uma leitura dos agrupamentos populares em Campinas.

Finalmente colocaremos, como corpo de trabalho o ESTUDO DE CASO em pauta, enquanto peça que confronta e desdobra o quadro histórico anterior, que fugindo dos riscos de uma retromania formal elabora a "hipótese" futura.

Aqui observamos rigorosamente, neste ESTUDO DE CASO, o modo como moradores clandestinos, favelados e bóias frias, resolvem HOJE seu problema de habitação, constituindo uma espécie de "mercado marginal" antítese - mas complemento - do formal, localizado na fatia geográfica de maior densidade operária da cidade.

Nesta conjuntura, detalhamos a estratégia da investigação sobre um agrupamento de favelas, assentado em topografia acidentada, ocupando  $109.870m^2$ , onde um conjunto de 617 famílias estão organizando, em condições jurídicas e técnicas definidas, terra e casa para sua vida futura.

Fato novo e polêmico na cidade, a emergência desses acontecimentos, provocando constantes enfrentamentos públicos entre favelados organizados e o aparato da Prefeitura, começa a esboçar perspectivas fundamentais para a futura política urbana de Campinas.

Comprometido pessoalmente com a autoria e desenvolvimento técnico de um PROJETO PILOTO para o assentamento desses posseiros urbanos, solicitado pelas ASSOCIAÇÕES DE MORADORES em pauta, montamos metodologia de trabalho sustentada por uma dupla tarefa, prática e teórica: compreender e explicar, através das ciências humanas e da arquitetura, as contradições profundas que o fato exige.

A primeira delas seria caracterizar esse fato social, montando a leitura da trajetória desse movimento lo-

cal, desde seus antecedentes até a descrição das formas primitivas de ocupação do sítio observado.

A segunda tarefa, consequência direta da primeira, seria analisar e interpretar respostas fornecidas por uma pesquisa realizada durante a efetiva realização do PROJETO PILOTO, através de QUESTIONÁRIO DE HISTÓRIA DE VIDA E DOMICÍLIO, respondidos em AUTO CENSO, onde pudemos sintetizar as melhores contribuições da pesquisa como forma de participação social com a própria cooperação dos moradores mais interessados.

Aproveitamos a oportunidade do acesso a uma experiência desse tipo, possível apenas na singularidade de Campinas, formada por várias "cidades e acampamentos" nela mesma, fisicamente identificadas, para polemizarmos práticas possíveis de produção, gestão e reprodução de lugares auto-construídos, com "soluções dadas" ao problema pelo chamado mercado formal da habitação.

Apostando na polêmica colocada pela própria história, entre a lógica de quem faz seu lugar de vida com as próprias mãos, versus aquela outra, a dos atores sociais constituídos pelo Estado para solucionar as demandas habitacionais, buscaremos um fazer específico para a arquitetura.

A questão chave para a "hipótese" residiria nas observações acerca das "formas outras" utilizadas pelas multidões expropriadas da terra rural, recém chegadas para organizar sua habitação.

Dizemos "formas outras", porque a constituição do chamado mecanismo do trabalhador coletivo, típico da manufatura, apertado pelos limites da miséria, levanta tradições muito significativas para uma avaliação.

A prática convencional da construção civil, está marcada pela forma manufatureira de cooperação complexa, e

qualquer desenho de arquitetura, possibilitando a habitação, também realiza uma mercadoria como outra qualquer.

Evidentemente a própria forma buscada por anti-camponeses para conquistar a competência exigida pelo fazer parcelado na manufatura, e a necessidade de articular todas as contribuições artesanais no coração do canteiro de obras - "necessariamente uma estrutura de poder" - levará a um grande desafio.

O desvio cometido algumas vezes por essas interpretações é caricaturizar o processo mercantil, rebatido em práticas deste tipo, argumentando em cima do falso antagonismo entre a necessidade de combinação de formas de cooperação técnica e organização coletiva com o fato concreto, lado a lado, de exploração de mais-valia absoluta e relativa entre os próprios companheiros de vida e trabalho.

Explicitando melhor, argumentam que sendo a forma de manufatura uma das manifestações concretas e localizadas da chamada luta de classes no bojo dessa produção, imaginam que esse mesmo axioma se mantenha funcionando no cenário das obras populares, cuja principal característica será marcada pela solidariedade política entre seus atores.

Esta luta pela sobrevivência fica perfeitamente delimitada quando imaginamos a realidade de um canteiro de obras dessa natureza sendo largamente reproduzido pelas multidões de bóias frias e favelados, ante a realidade da política habitacional do governo e dificuldade de ingresso no mercado formal da casa e da terra.

Nestas cidades, crescendo longe da racionalidade do interesse social, discutir a arquitetura desejada pelas organizações populares e movimentos de bairro, que constroem com as próprias mãos fatias consideráveis do mundo urbano, carregando pesado ônus social abandonado pelo Estado, significa resgatar um fecundo fio condutor para os

próximos debates dessa arquitetura.

Colocar um projeto piloto para transformar o quadro de vida dessas populações, tem muito a ver com o trazer do fundo da pirâmide social para o debate atual, um fenômeno crucial das cidades brasileiras: sua própria auto-construção.

A entrada de uma experiência deste tipo, relatando um modo acontecido, onde a população organizada vem resolvendo seu problema de moradia, longe até de conhecer a existência social da figura do arquiteto, amplia e aprofunda esse mesmo debate, quer seja movido pela nossa própria categoria profissional ou pela universidade.

Consideramos portanto, ser fundamental para o desenvolvimento do ensino e da profissão, a abertura das fronteiras atuais desse debate, marcado nestes últimos anos por uma luta ideológica verdadeiramente pendular: ora oscilando para o pragmatismo daqueles que desenham uma "estética da miséria" como racionalização da pobreza, ora para o idealismo dos outros que aguardam o Estado agendar uma arquitetura de qualidade socialmente reconhecida, ou como costumam dizer, anti-discriminatória e democrática.

Esta dissertação, tenta perseguir exatamente esse rumo, ou seja, pensar uma estratégia possível para uma arquitetura e seu desenho, capaz de, mesmo envolvida pelas contradições entre o trabalho e capital, situar a figura da contribuição pensada no fundo caótico do urbano.

#### UMA HIPÓTESE DE ARQUITETURA

Como conclusão a este encadeamento de pressupostos que organizam a estrutura da dissertação, pretendemos montar metodologicamente uma "hipótese de arquitetura", partindo do movimento de uma teoria (construída através de

uma prática de produção e de uma luta política pela cidadania ) entre a referida figura e seu respectivo fundo.

Primeiro ato, aprofundaremos esse objeto do ESTUDO DE CASO, abrindo rumos para novos desenhos de apropriação e exploração de terras ociosas, adequando sempre o PROJETO e o FAZER popular para outros mecanismos de produção e distribuição social de moradias.

Segundo gesto, realizar um movimento contrário, saindo desse objeto e retornando ao quadro maior do urbano, tentaremos criar massa crítica para pensarmos algumas estratégias de política urbana, voltadas especificamente a populações migratórias, como uma forma de garantir liberdade para esse NOVO ATOR SOCIAL conquistar DIREITOS da CIDADANIA e, negociando com o Estado pela primeira vez, sentar na arena urbana para agir politicamente.

Resultado dessa tentativa, poderemos colocar essa questão maior ao exame acadêmico, social e até mesmo do Estado, definindo condições para o debate sobre POLÍTICAS PÚBLICAS, que reconhecendo as deformações técnicas e culturais ( antigos camponeses e camadas do "lumpesinato" construindo no mercado urbano ) contidas nessas práticas de AUTO-GESTÃO popular, tenham como direção e sentido, a busca de um enquadramento social da demanda habitacional.

A "hipótese de arquitetura" para essa proposta, fruto de nosso objeto de estudo, seria desenhar o espaço de moradia ou a habitação dessas populações migratórias, um pouco mais "além" de um permanente CANTEIRO DE OBRAS ( este desde já assegurado pela atual crise econômica ), ou seja, enquanto uma ocupação estratégica dessas terras urbanas garantidas pelos movimentos populares e pela Constituição vigente no país.

O DESENHO preciso desse CANTEIRO DE OBRAS, organizando simultaneamente um padrão mínimo de acomodação ur-

bana e investigações construtivas de toda natureza, formaliza um "PATRIMÔNIO COLETIVO" para futuras barganhas sócio-políticas a serem reivindicadas historicamente.

A terminologia mais simbólica para traduzir o significado desta estratégia e a verdadeira solução dos atuais conflitos urbanos, seria, portanto, a reforma agrária e a urbana, apoiadas por efetivas políticas de redistribuição de renda.

Arquitetura assim pensada, segundo nosso particular ponto de vista, pré-ocupada com o desenvolvimento da condição manufatureira da sua produção, voltada portanto ao seu acerto social e distanciada criticamente do lucro fácil, possibilitaria, passo seguinte, exercitar a necessária liberdade do DESENHO para sua emancipação.

Evidentemente a desejada emancipação política dessa forma de trabalho e uso da terra, somente acontecerá na história, porém nestes CANTEIROS DE OBRAS ou OFICINAS urbanas, observamos desde o presente, o modo como esses posseiros abrem espaços para a remoção de alguns, ainda poucos e pequenos, obstáculos estruturais.

## PRIMEIRO CAPÍTULO: O QUADRO HISTÓRICO

A apropriação dos recursos da natureza para uma estratégia de ocupação territorial, e o estabelecimento da paisagem urbana, guarda uma ligação direta, neste país de formação colonial, com todos problemas contemporâneos observados.

Notadamente quando estudamos os agenciamentos físicos organizados pela penetração imperialista, onde as camadas populares foram praticamente alojadas em acampamentos provisórios, dificilmente chegando a se apossar do habitat constuido como sua produção.

Como desejamos pensar a habitação na trajetória futura desse fenômeno, buscamos nas suas origens históricas, o fio condutor que socialmente comprovasse a leitura de uma "hipótese" possível de especulação teórica dentro da arquitetura.

Escolhemos Campinas como oficina para esse exame. Alguns fatos históricos nesses duzentos e dez anos de cons

1725. Abertura da Estrada dos Guaiases.

1774. Freguesia de Campinas de Mato Grosso.

1797. Vila de São Carlos.

1822. Independência do Brasil, Fim das Capitânicas Hereditárias.

1842. Cidade de Campinas.

1850. Legalização Imperial sobre terras devolutas, sesmarias, posses e colonização.

1875. Construção da ferrovia pela antiga Mogiana.

1887. Histórico surto de febre amarela.

1888. Abolição dos escravos.

1889. Proclamação da República.

Final do século anterior e começo deste, decadência vertical da estrutura cafeeira e transferência parcial do capital comercial para a cidade de São Paulo, base da acumulação capitalista para a industrialização paulista.

Cidade construída três vezes em um único século de sua história social: o antigo centro geográfico de taipa gerado pela cana de açúcar e pelo café; a arquitetura de tijolos como arte e técnica dos operários de origem européia; e, finalmente, a especulação heterônoma do concreto armado.

Campinas considerada nacionalmente uma cidade privilegiada pela qualidade de sua organização urbana, construída adequadamente em dois séculos de sua história, apresenta recentemente, inequívocas manifestações de quebra dessa forma, causada pela acumulação de contradições de toda natureza, depositada sobre seu território pela sua acelerada e predatória urbanização.

Conforme afirmamos na introdução, consideramos Campinas lugar síntese dos velhos e novos problemas brasi-

sileiros, particularmente, para o estudo de nossa questão, a moradia popular. Típico e contraditório despejo histórico de antigos camponeses e recentes operários em centenas de loteamentos clandestinos e favelas, territórios novos somados aos proscritos cortiços dos negros livres. Acumulação de problemas de alojamento nunca resolvidos.

Está colocada a questão central deste texto: o papel da história e o destino não agrícola da cidade, como método de investigação de hipóteses para repensar um determinado fato urbano de Campinas.

Qualquer especulação intelectual, sobre produção cultural de um modo geral, ou mesmo, sobre o exercício do projeto de um modo específico, desaparece sem o balizamento da história. Melhor dizendo, a questão do saber adquire interesse quando "sabe-se o que se quer saber", quando se capacita o fazer, através do projeto, à organização de uma forma própria, capaz de comparecer como contribuição de caráter globalizante.

Esta constatação adquire força candente no atual momento histórico, quando a imprensa documenta a perda de rumo da atual política pública do estado para equacionar a demanda da chamada casa popular, ante o agravamento da crise urbana, e, particularmente, da crise político-econômica que assola o país.

Trata-se da própria perda histórica do controle político e econômico (simbolizado pela desmobilização patrimonial das prefeituras) do poder público local, fato brasileiro - campineiro muito em particular - como também, consequência lógica do esvaziamento da capacidade de barganha dos trabalhadores urbanos para a luta permanente pela cidadania.

Neste capítulo, dedicado ao enquadramento histórico de nosso ESTUDO DE CASO, narraremos abreviadamente sob

forma de mosaico, os fatos mais notáveis das afirmações a cima feitas, comprovando através de uma coleção de exemplos as possibilidades de políticas públicas perdidas durante os últimos cinquenta anos, construídas pelo Estado capitalista emergente com a participação da iniciativa privada, cortadas posteriormente pela espoliação e especulação urbanas havidas.

A produção da cidade, número de edificações construídas, durante o final do século e começo deste, foi muito reduzida, fruto da referida decadência econômica da estrutura cafeeira.

Começaremos nossa observação, tendo como marco de referência esse período da vida urbana local, muito bem descrito pelo relatório da Repartição de Obras do ano de 1920, ao prefeito Heitor Penteado, onde apresenta uma resenha dos trabalhos realizados:

"Prosseguiram sem transtornos ou irregularidades as obras de construção iniciadas no ano anterior, e outras foram levadas a termo. A greve geral declarada em Campinas não prejudicou os nossos trabalhos, mercê da disciplina e correção do pessoal neles empregado, o qual, tendo deixado o serviço por espírito de solidariedade ou pelo temor de represálias, não fez a menor exigência, voltando ao trabalho logo que o permitiu a normalidade da situação. A esses obreiros concedestes espontaneamente a redução das obras de serviço para 8, o que foi recebido com especial agrado. Também por vossa ordem foi-lhes abonado o dia 1º de maio, como uma homenagem aos humildes operários que com o seu trabalho honrado contribuem para o progresso da humanidade."

"Pelo quadro que se vê, ainda este ano, reduzido foi o número de edificações novas, sendo digno de nota que só a COMPANHIA PAULISTA contribuiu com vinte casas que mandou construir para seus operários (constituindo-se no primeiro "padrão municipal" de moradias operárias) reduzindo-se assim o número das construções de iniciativa particular."

"Dos 82 prédios construídos durante o ano, 16 foram edificados nos distritos de paz extra-urbanos. O elevado preço do material importado muito tem contribuído para o decréscimo das construções de 1914 para cá. É o que se vê pelo quadro seguinte:

1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	anos
238	307	302	204	178	117	100	82	obras

"Outras causas além do elevado custo do material, contribuem para o pequeno número de construções. O aproveitamento do terreno e dos materiais só pode ser feito em boas condições de economia com a modificação do atual padrão municipal. Este assunto será tratado em ocasião oportuna."

Estudando a questão regional no Brasil, notadamente o fenômeno da industrialização paulista, Wilson Cano encontra o eixo teórico da retração urbana havida nesse período guerra-depressão, onde o agravamento do setor da construção civil, aparece muito bem relacionado com as restrições impostas para importações de bens de capital, ferro, aço e cimento.

"É óbvio que em tal depressão , vários produtos e matérias primas utilizadas pela construção civil , são possíveis de serem usados na atividade industrial , como exatamente o ferro e o aço , cuja produção interna pode, eventualmente , ser convertida para tipos apropriados à metalurgia. As próprias séries de importações de produtos de ferro e aço e de máquinas , podem encobrir uma drástica redução daqueles produtos antes destinados à construção civil e uma redução menor dos produtos destinados à produção industrial". (2)

Como consequência desse quadro histórico, o início da década dos anos vinte foi marcado por um conjunto notável de benefícios tributários (comparativamente à realidade atual das políticas do setor) preocupado o poder público com a organização crescente dos operários, aumento de migrações e desdobramento de um número significativo de cortiços urbanos.

A leitura da publicação da seguinte lei, comprova tal medida de "favores públicos", vindo a se constituir na primeira política pública local para a tentativa de equacionamento da questão habitacional:

#### LEI N. 308

*( Favores às empresas constructoras de casas para habitações populares )*

A Camara Municipal de Campinas decreta :

Art. 1.º — Fica concedida isenção de impostos de indústrias e profissões e dos emolumentos e taxas sobre licenças para construção.

(2) Cano, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Difel. 1977. p.167

durante os dez ( 10 ) primeiros annos de sua existencia, ás empresas que se fundarem, neste municipio, sob firma individual ou social, para o fim de construirem casas para habitações populares, isoladas ou em villas, desde que obedeçam ás condições estabelecidas nesta lei.

Art. 2.º — Para gozarem dos favores desta lei, as empresas deverão provar :

- a ) estarem constituídas de accôrdo com as leis vigentes ;
- b ) construirem pelo menos vinte ( 20 ) casas de habitação, do typo approved pela Municipalidade ;
- c ) proporem-se a vender taes casas a prestações, a prazo pelo menos de dez ( 10 ) annos, a juros não excedentes de 10 % ao anno ;
- d ) localisal-as, de preferencia, nas proximidades das fabricas ou officinas, mas dentro do perimetro servido pelas empresas de agua, esgotos e luz ;
- e ) sujeitar á approvação da Prefeitura as tabellas de juros e amortização do capital empregado nas habitações.

Art. 3.º — As casas construidas por essas empresas, sendo adquiridas por pessoa que não possua outra casa, nem por si, nem por seu conjuge ou filhos, gozarão, a partir de sua aquisição, de isenção dos impostos prediaes e de viação pelo espaço de dez ( 10 ) annos, desde que o seu proprietario nella resida.

Art. 4.º — As empresas mencionadas nesta lei poderão tambem alugar os predios construidos, mas, neste caso, não gozarão ellas da isenção constante do art. 3.º.

Art. 5.º — A Prefeitura fará, pela sua Repartição de Obras, organizar tres ( 3 ) planos de habitações populares, correspondendo a casas para celibatarios, casaes e familias, os quaes servirão de base para as construcções que as empresas referidas nesta lei pretendam fazer.

Art. 6.º — Não gozarão dos favores desta lei, nem entrarão no numero exigido pelo art. 1.º, as casas cujo valor passem de vinte contos de réis.

Art. 7.º — Esta lei entrará em execução depois de regulamentada pelo Executivo.

Art. 8.º — Não se comprehendem na disposição do art. 3.º os proprietarios, cujos filhos vivem com economia separada.

Art. 9.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei competir, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem.

Campinas, 18 de Maio de 1923.

*Dr. Miguel de Barros Penteado.*

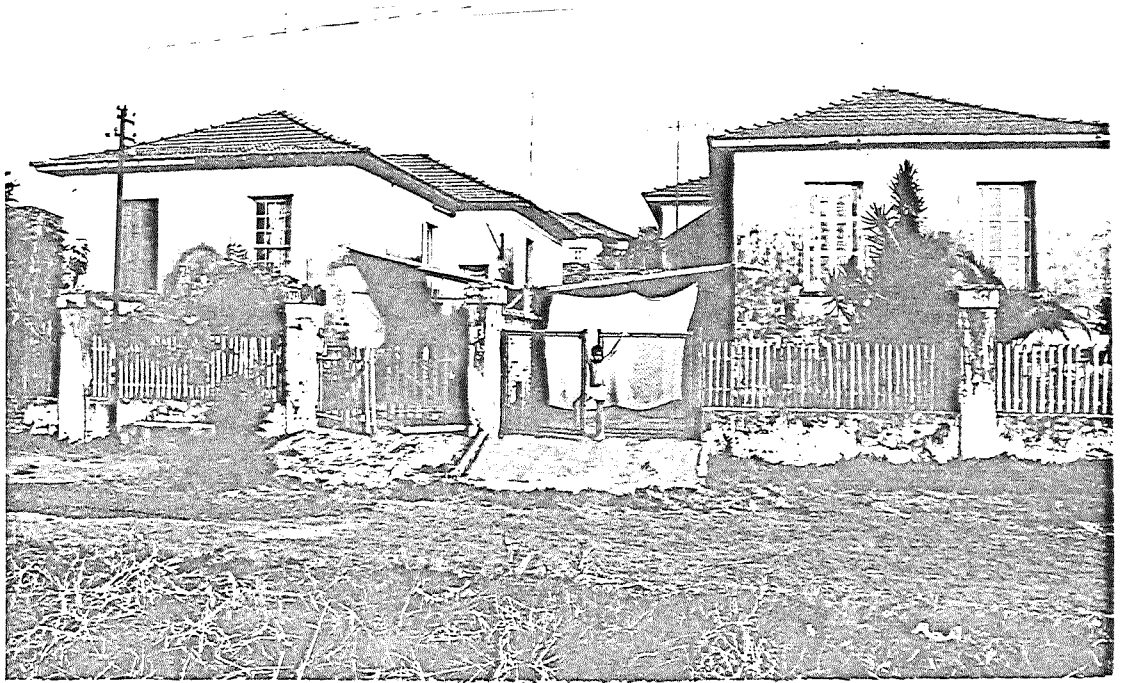
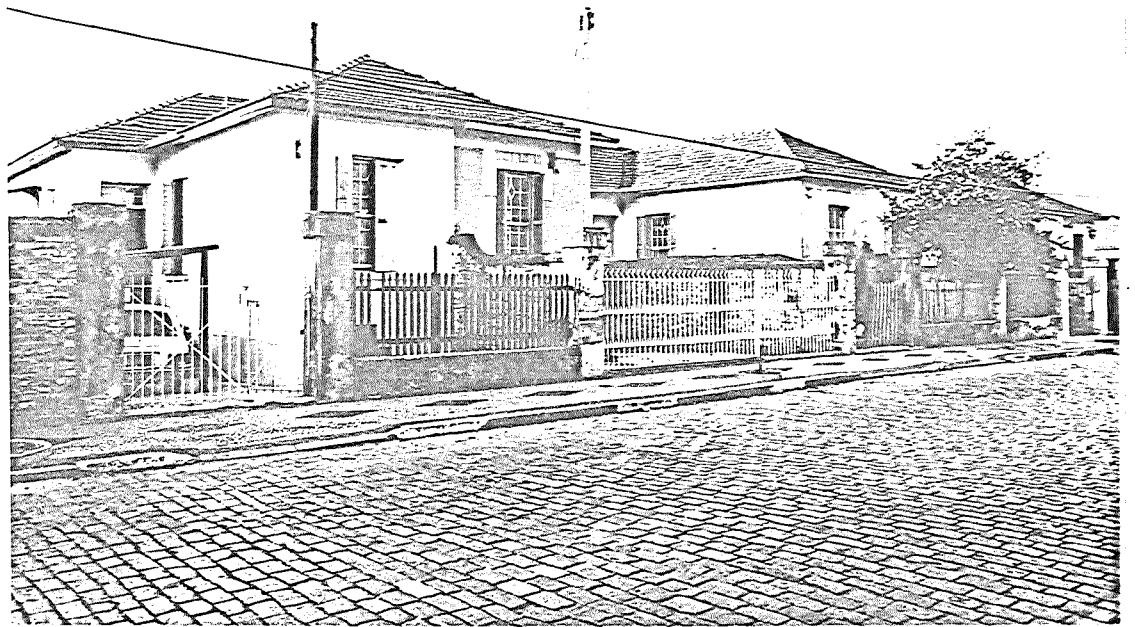
Publicada na Secretaria da Prefeitura, aos 18 de Maio de 1923.

O Secretario,

*Amilar Alves.*

Aproveitando esse conjunto de medidas, a SOCIEDADE ANÔNIMA INDUSTRIAS DA SEDA NACIONAL, constrói um agrupamento de aproximadamente 40 casas operárias, ao lado das anteriores edificações da COMPANHIA PAULISTA, localizadas no triângulo compreendido entre as ruas Ipiranga e Álvaro Ribeiro e o leito da própria ferrovia, compondo na Vila Industrial (primeira vila operária da cidade) o primeiro conjunto planejado, típico exemplo da introdução do modelo eu





*Casas da Paulista*

ropeu de tecnologia do tijolo, conforme mencionamos, segundo o marco urbano da história desta cidade. (vide fotos)

Todo o atual conjunto de casas operárias ao longo do leito ferroviário, limitado pelas ruas Uruguaiana e Cônego Scipião, bem como a Vila Manuel Dias e do Alferes, casas do antigo Matadouro Municipal ao lado das primeiras fundições e olarias dessa região da cidade, fazem também parte dessa iconografia descrita (vide fotos).

Formam hoje territórios de importância histórica para o necessário resgate da memória social das lutas operárias dessa rica fase da vida dessa cidade. Segregados espacialmente, ainda organizam a moradia de grande interesse social para grupos de velhos e trabalhadores aposentados, professores e ferroviários da antiga Mogiana, como também servem de acomodações para pensões e novos cortiços.

Paralelamente a esse conjunto de realizações operárias, outro elenco de medidas tomava corpo, abaixo descrito em especial destaque dentro do primeiro CÓDIGO DE POSTURAS da cidade, aprovado pela lei 20 da antiga Assembléia Provincial de 10 de junho de 1880, modificado pela Lei 43 de 27 de agosto de 1895 e regulamentado finalmente em 22 de setembro de 1896.

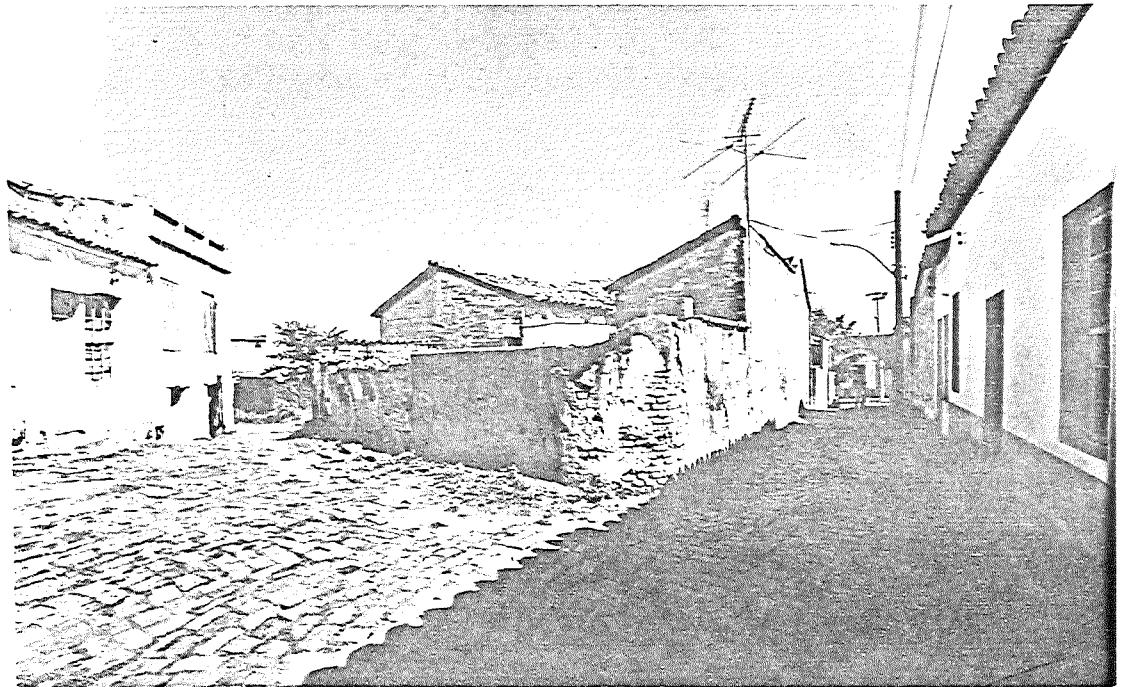
• Art. 22. É prohibida a construção de cortiços no município, salvo si forem rigorosamente observadas as seguintes condições:

§. 1. Serão permittidos cortiços dentro de terrenos, junto das casas de habitação, quando taes terrenos tiverem mais de quinze metros de largura, devendo sempre ficar um espaço, pelo menos, de cinco metros entre cada linha de cortiço.

§. 2. No caso de constar o cortiço de uma só peça interior, deverá elle ter, pelo menos, nove metros quadrados de área.

§. 3. Os cortiços de uma só ou mais peças interiores deverão

*Alferes*



*Manuel Dias*

ter em todas ellas portas e janellas, sendo a largura destas de um metro, e o duplo correspondente na altura, e a área das aberturas nunca será inferior a 1/3 da área a ventilar.

§. 4. Tais construcções terão, no mínimo, quatro metros de pó direito, e poderão ser terras, devendo, porém, neste caso ser devidamente isoladas do solo com uma elevação de 0, m20. pelo menos, de aterra, e livremente ventiladas.

§. 5. No caso de serem assoalhadas, o espaço livre de cimento até o soalho não será inferior a 0, m50.

§. 6. Quanto as casas contiguas, não poderá haver meação entre as paredes.

§. 7. Quando houver duas casas contiguas, pertencentes ao mesmo proprietario, poderá a cobertura estender-se a todas, desde que o seu numero não exceda de tres, devendo, porém, neste caso, as paredes divisorias dos predios serem levantadas até a altura da cumieira, de fórma a estabelecerem o isolamento completo dos predios entre si.

§. 8. A construcção de cortiços em terrenos sujeitos a inundação exige o aterramento em um perimetro de seis metros de cada lado das construcções e a área destinada ás mesmas.

Tentava estabelecer através da força da lei um verdadeiro combate aos cortiços de negros (agora trabalhadores livres), brancos desocupados e imigrantes recém-chegados, definidos como um verdadeiro "ambiente corrompido e intoxicador, entretanto abrigo do pobre".

Esta forma urbana de vida para a oferta da força de trabalho de negros emancipados e imigrantes europeus, lamentavelmente não pôde ser desenvolvida aqui nesta dissertação, devido à destruição de tōda a documentação iconográfica existente.

Anos trinta, morte da República Velha e do poder dominado pela tradicional política do café com leite, a revolução como motor do Estado Novo.

Quebra final da estrutura cafeeira local, após os episódios decorrentes da Abolição, Proclamação da República e epidemia da febre amarela. Algumas das maiores e mais antigas fazendas começam a ser parceladas em pequenas chácaras, novos espaços para a gênese "espontânea" das vilas operárias e bairros populares, estimulada pelo crescimento do chamado mundo urbano.

Esta economia urbana emergente, reflexa da expansão cafeeira, constitui a partir da chamada crise de 1929-33 um importante papel para a transição de um padrão de acumulação rumo ao desenvolvimento industrial, embora a economia agro-exportadora tenha pêsso e domine o conjunto das atividades urbanas. (3)

A presença industrial torna-se cada vez mais pre dominante, acabando por imprimir um ritmo acelerado de urbanização local.

A própria localização regional do atual parque ferroviário (pretérito natural dessa presença), caracterizado aqui pelo conjunto de oficinas e equipamentos da antiga Mogiana, a Vila Industrial, as primeiras fábricas e fundições, enfim toda a base da industrialização campineira, revela até em seu próprio desenho as marcas da origem mencionada.

À medida que os anos trinta avançam para o período pós-Segunda Guerra, este processo histórico se torna mais dinâmico, fazendo com que o fato urbano adquira uma lógica específica de crescimento. (4)

A herança social anterior permite o fenômeno "natural" da urbanização, sobrepondo espaços e funções novas sobre uma paralizada base anterior, movimentando seu trânsito acelerado rumo à constituição de uma sociedade de massas de padrão tipicamente urbano.

Potencializa-se o adensamento urbano, trazendo novos problemas e despertando as reivindicações da popula-

(3) Sobre a referida transição ver: MELLO, J.M.C. O Capitalismo Tardio: Contribuição à Revisão Crítica da Formação e Desenvolvimento da Economia Brasileira. Tese de Doutorado. IFCH-UNICAMP.

(4) Sobre o período 1919-37 consultar: SILVA, Liana Maria L. Aureliano da. No Limiar da Industrialização; Estado e Acumulação de Capital, 1919-1937. Tese de Doutorado. IFCH-UNICAMP

ção operária por necessidades básicas de sobrevivência, indo colidir e conflitar com o desaparelhamento daquele Estado arcaico, ainda montado numa velha estrutura fiscal e tributária.

O novo comportamento urbano e as marcas das con tradições entre campo e cidade, vão se constituir no fermento do populismo emergente, baseado no clientelismo de favores concedidos, ante a inércia dos canais formais do aparelho de estado para o atendimento das novas demandas sociais.

Necessidades básicas avolumadas e definição de futuros assentamentos de moradias, obrigam por exemplo, a Prefeitura Municipal de Campinas, como muito bem mostra a lei abaixo descrita, a reduzir pela metade as concessões anteriores, no curto intervalo de apenas treze anos:

### EDITAL

JOÃO ALVES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Campinas, etc.  
Faço saber que a Câmara Municipal de Campinas resolveu e eu promulgo a seguinte

#### LEI N. 497

##### Concede favores para construção de habitações populares

A Câmara Municipal de Campinas decreta:

Art. 1.º — Fica o prefeito municipal autorizado a conceder isenção de emblemas e taxas de licenças para construção, bem assim do imposto predial, territorial e de viação, durante os cinco primeiros anos, a quem construir casas de habitação popular, isoladas ou em villas, desde que obedeam às prescrições do Código de Construções e desta lei.

Art. 2.º — Para gozarem os favores desta lei, os interessados deverão:

a) Construir pelo menos dez casas do typo approved pela Municipalidade;

b) Localizá-las em bairros determinados pela Prefeitura, dentro do perímetro servido por água, luz e esgoto;

c) Alugar-las por preço mensal que corresponda no máximo aos juros de 10 % (dez por cento) ao anno, sobre o valor venal do imóvel.

Art. 3.º — As casas construídas poderão ser adquiridas por pessoa que não possua outra casa, nem por si, nem por seu conjuge ou filhos, e que continuará a gozar das mesmas regalias até completar o espaço de cinco (5) annos, sob a condição de que seu proprietario nella resida.

§ unico — Não se comprehendem na disposição do art. 3.º os proprietarios cujos filhos vivem com economia separada.

Art. 4.º — Caducará a isenção concedida si for infringida qualquer das prescrições desta lei.

Art. 5.º — A Prefeitura fará pela sua Directoria de Obras organizar tres (3) planos de habitações populares, correspondendo a casas de um, dois e tres quartos com respectivas cozinhas e banheiros, os quaes servirão de base para as construcções que os proprietarios pretendam fazer.

Art. 6.º — O prefeito baixará um regulamento para a boa execucao da presente lei.

Art. 7.º — Revogam-se as disposicoes em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execucao da presente Lei competir, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

Campanas, 16 de Dezembro de 1936.

JOÃO ALVES DOS SANTOS

Publicada na Directoria do Expediente da Prefeitura em 16 de Dezembro de 1936.

O Director

(19-12)

F. CAMPOS ABREU

Muito tem sido escrito e documentado a respeito deste período chave da história brasileira, notadamente sobre a contribuição paulista para a constituição das bases do Estado moderno, encarregado de realizar a gestão capitalista de uma sociedade marcada pela pesada herança agrária.

Todavia notamos a carência de estudos profundos sobre o modo como se articulava, no bojo dessa prática histórica, as forma de apropriação e exploração dessa terra rural como os mecanismos de produção e distribuição da arquitetura urbana regional, para a realização das condições gerais do projeto capitalista no Brasil.

Como esse fato não participa do objeto desta dissertação, preferimos apenas, a partir de nosso próprio metier profissional contribuir academicamente com um inventário iconográfico (parte dele aqui reproduzido), registro objetivo dos traços restantes dessa arquitetura de antigos agrupamentos operários e populares que, somado aos problemas contemporâneos de moradia, completaria um dossiê da movimentação urbana de personagens sociais, ainda em trânsito para a cidadania.

Poderia vir a ser uma modesta contribuição da arquitetura, como documento para o desenvolvimento de futuras especulações das ciências sociais, sobre essa questão ainda tão pouco concretizada no país.

Façamos agora, um corte histórico na década de trinta, como linguagem fotográfica mesmo, deslocando nossa atenção para o período pós Segunda Guerra, marcado pela de mocratização e desenvolvimentismo nacional, para observar mos como a nossa questão de moradia se equacionava nessa conjuntura.

Sabemos que o final do Estado Nôvo, prepara de certo modo as condições historicamente exigidas para o referido período de fecundas transformações nacionais.

Capital financeiro e comercial, associado a frações de setores comprometidos com a produção e distribuição de espaços para a transformação da antiga base física da cidade, consolidam o estabelecimento de novas condições exigidas.

Sobre o suporte colonial, rapidamente modificado emerge uma estrutura urbana da sociedade brasileira, assentada ao longo da costa atlântica, como base para o conhecido modelo de capitalismo, muitas vezes dito selvagem, dado seu caráter antropofágico.

O fenômeno brasileiro da urbanização, conquista, em linhas gerais, aquelas condições mínimas para seu desenvolvimento, materializadas na facilidade de aglomerar fisicamente, força de trabalho capital e tecnologias concentradas.

Gênese das contradições atuais entre o resultado espacial desse mecanismo e o atendimento das demandas emergentes da população operária.

Reconhecido o fato urbano, consequência direta dessa expansão industrial, o Estado desenha pela primeira vez, ainda precariamente, o esboço de uma política habitacional e de serviços urbanos gerais, baseada nas "conquistas" trabalhistas do populismo de Getúlio Vargas, sustentada socialmente pelos sindicatos, partidos e demais órgãos

de caráter assistencialista, marca registrada de seu governo.

O esqueleto mais notável dessa proposta, foi sem dúvida alguma, o conjunto dos INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES a serviço das principais categorias de trabalhadores urbanos, vinculado ao antigo DEPARTAMENTO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, órgão do MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO da época.

Através do controle dos mecanismos de oferta e procura de locação dessas moradias, com opção de venda ao contribuinte (as unidades eram consideradas patrimônio da instituição) os principais sindicatos articulavam uma negociação com a Câmara e a Prefeitura de cada cidade, conquistando uma certa socialização na gestão da produção e manutenção dessas vilas operárias.

Existiam naquele momento condições mínimas para o estabelecimento de uma política habitacional, como estabilidade de emprego, inflação baixa e reduzida, além de um poder aquisitivo dos trabalhadores relativamente superior ao atual, permitindo o planejamento do futuro de um "mercado habitacional formal" estável e promissor.

Essa possibilidade de negociação social, construída pela recente economia urbana e pela força do movimento operário da época, contemplava perspectivas seguras de desenvolvimento do papel do Estado nessa questão, como também, para as iniciativas de empresas construtoras privadas nacionais, e de agentes do pequeno capital mercantil, como pequenas imobiliárias.

O desempenho da economia brasileira, nesses anos pós-guerra, abraçava novos espaços de produção, ocupando a maioria da população trabalhadora, afastando o fantasma do desemprego, e, principalmente, ampliava em forma e conteúdo a questão urbana nacional.

Alguns projetos, partindo desse novo Estado e das iniciativas mais primitivas de especulação do capital privado, colaboram para a constituição urbana local desse momento histórico, através de alguns conjuntos de vilas operárias e bairros populares, como os que seguem logo abaixo.

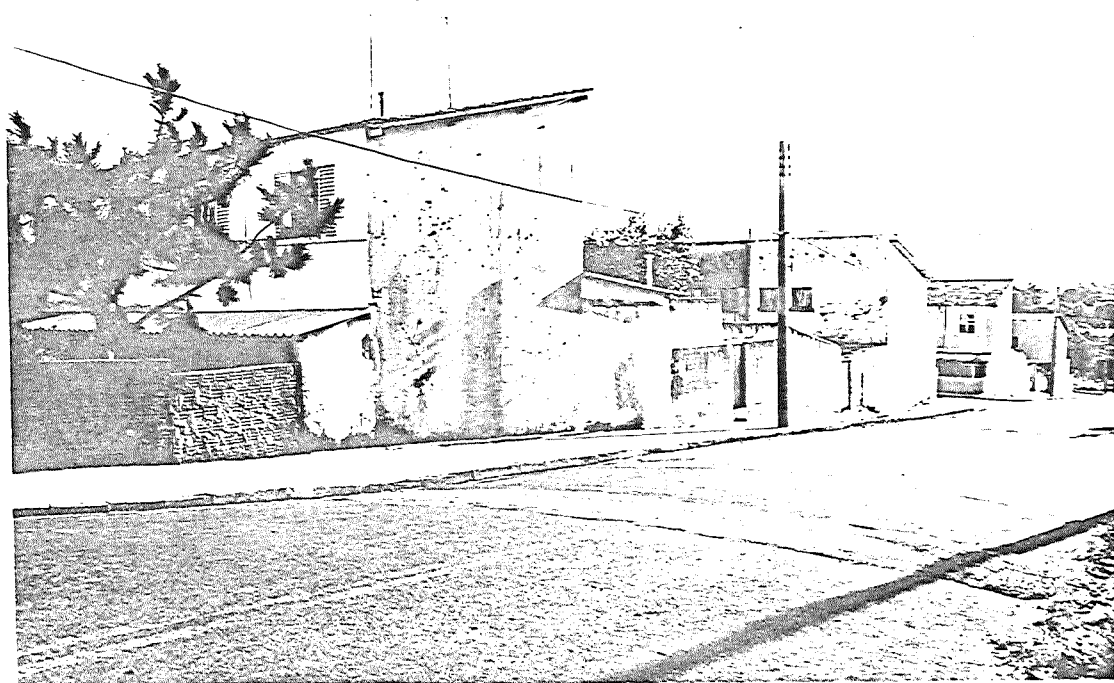
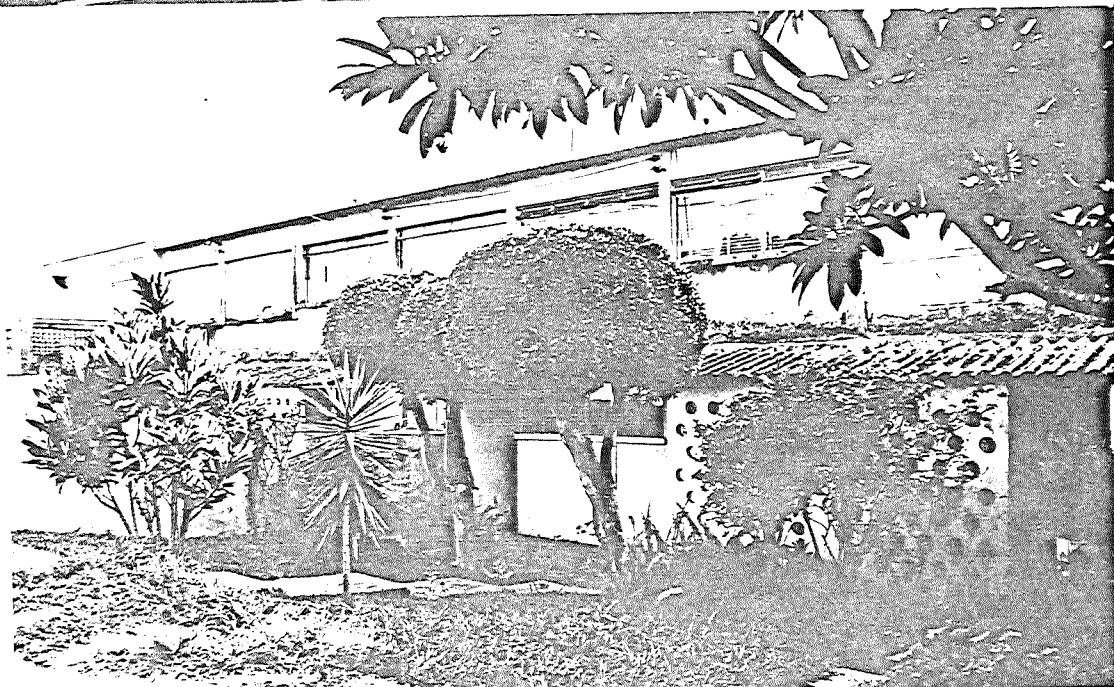
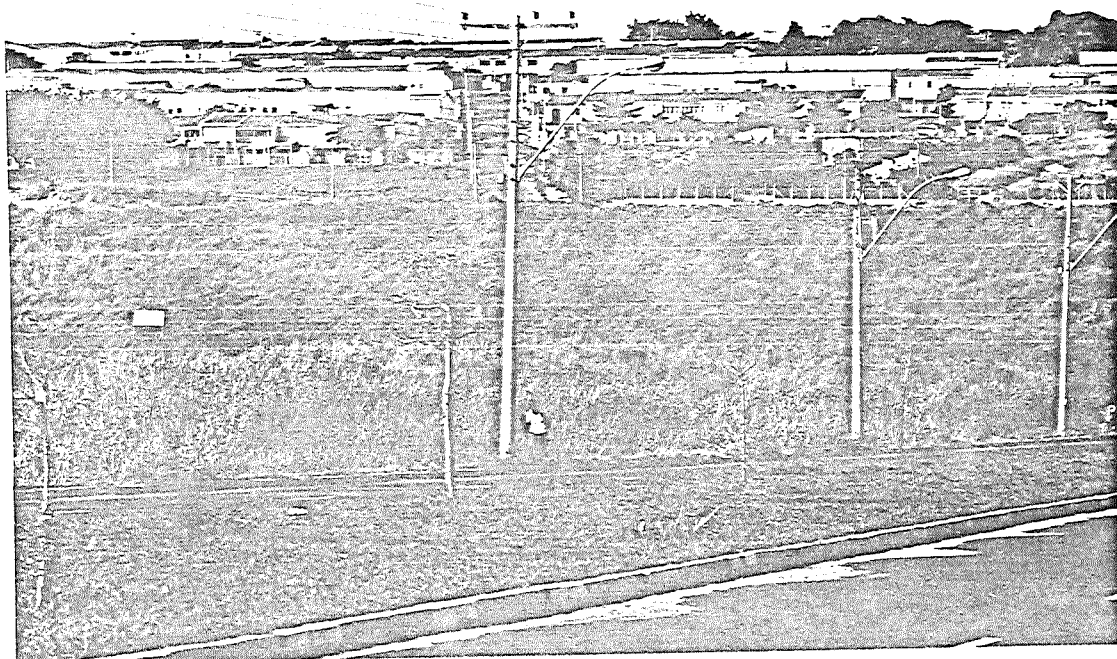
Começando pelos conjuntos construídos pelos IAPs, pudemos constatar em nossa pesquisa nos anais da Câmara de Vereadores da cidade de Campinas, um elenco muito extenso de demandas formuladas pelas mais diversas categorias profissionais, como por exemplo, professores da rede particular de ensino, operários do setor de transportes urbanos, jornalistas profissionais, comerciários, industriários e finalmente os bancários.

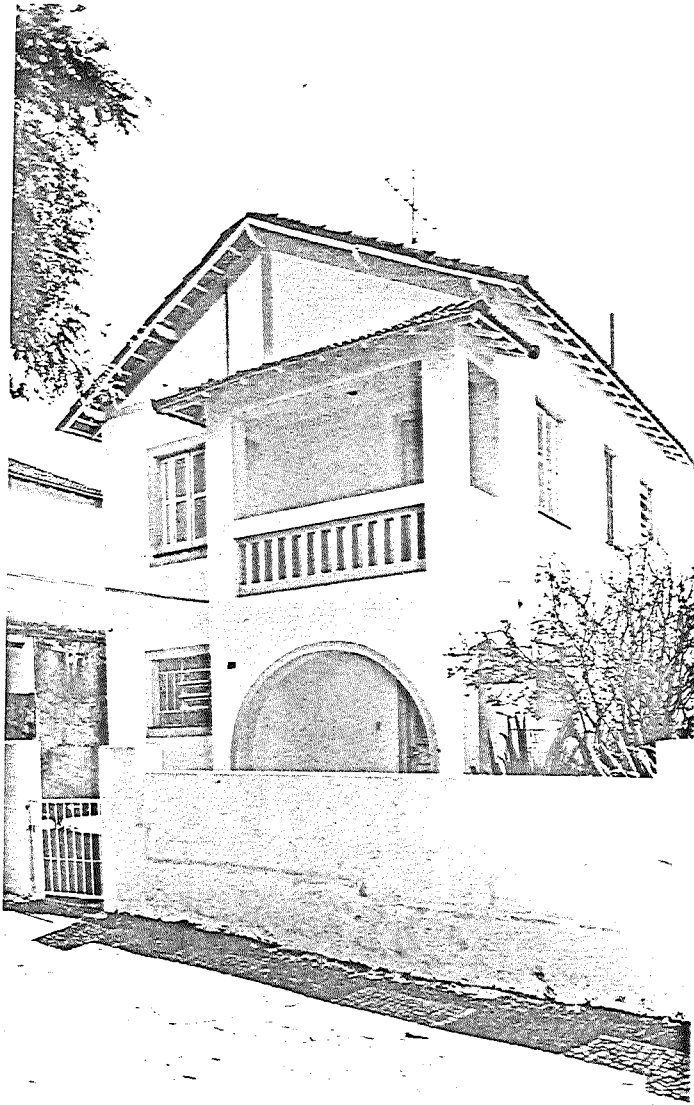
Destas, apenas as três últimas categorias citadas, conseguiram deslançar uma prática de negociações, que resultou na construção de três interessantes conjuntos arquitetônicos, perfazendo o número total de 414 moradias.

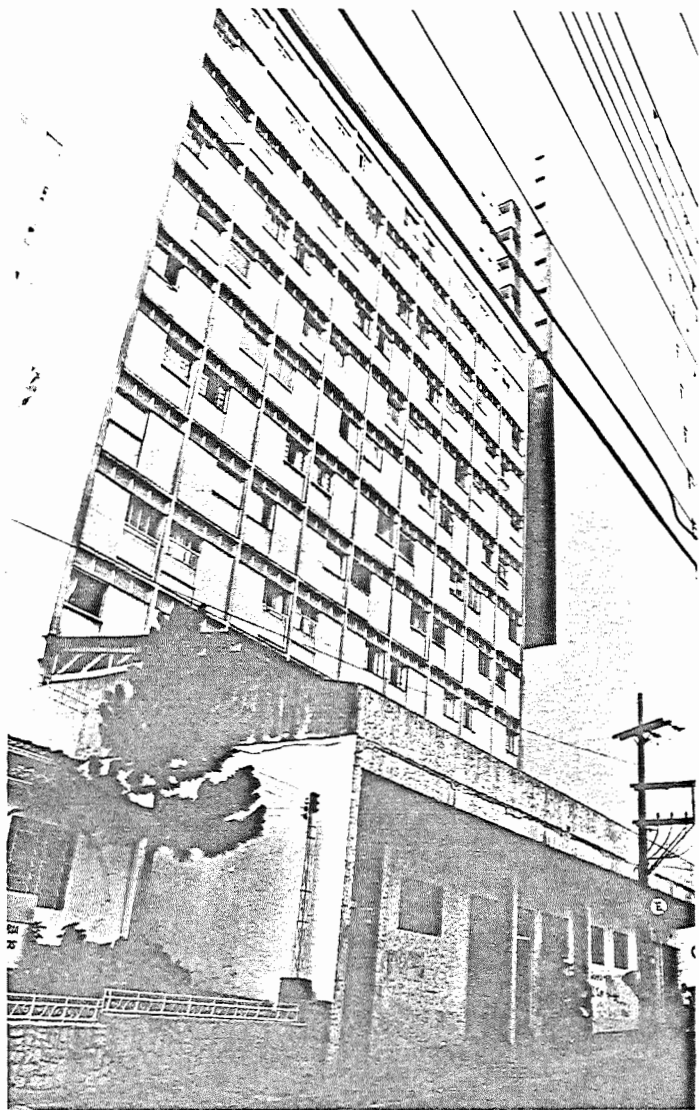
O primeiro desses conjuntos, construído no ano de 1950, pelo IAPI no tradicional bairro popular da Vila Industrial, alojava em sobrados geminados, agrupados em blocos muito bem dispostos na geografia do lugar (topografia apropriada e a "necessária visibilidade" da Via Anhanguera) o número de 304 famílias operárias (vide fotos).

Seguindo a cronologia de realizações do referido órgão, a segunda vila, extremamente limitada, situada na atual Chácara da Barra, construída pelo IAPC, composta por residências assobradadas de uma arquitetura bastante significativa para a época, abriga até hoje 50 dessas famílias de antigos comerciários da cidade (vide fotos).

Destaque maior cabe à arrojada solução urbana encontrada para o conjunto de 60 moradias destinadas às famílias de bancários (selecionados), construindo o IAPB, como







IAPB

era prática comum na maioria das grandes cidades brasileiras, um excelente edifício de apartamentos na rua Barão de Jaguará, a primeira rua da história da cidade, próximo à tradicional praça conhecida como Largo do Pará. (vide foto)

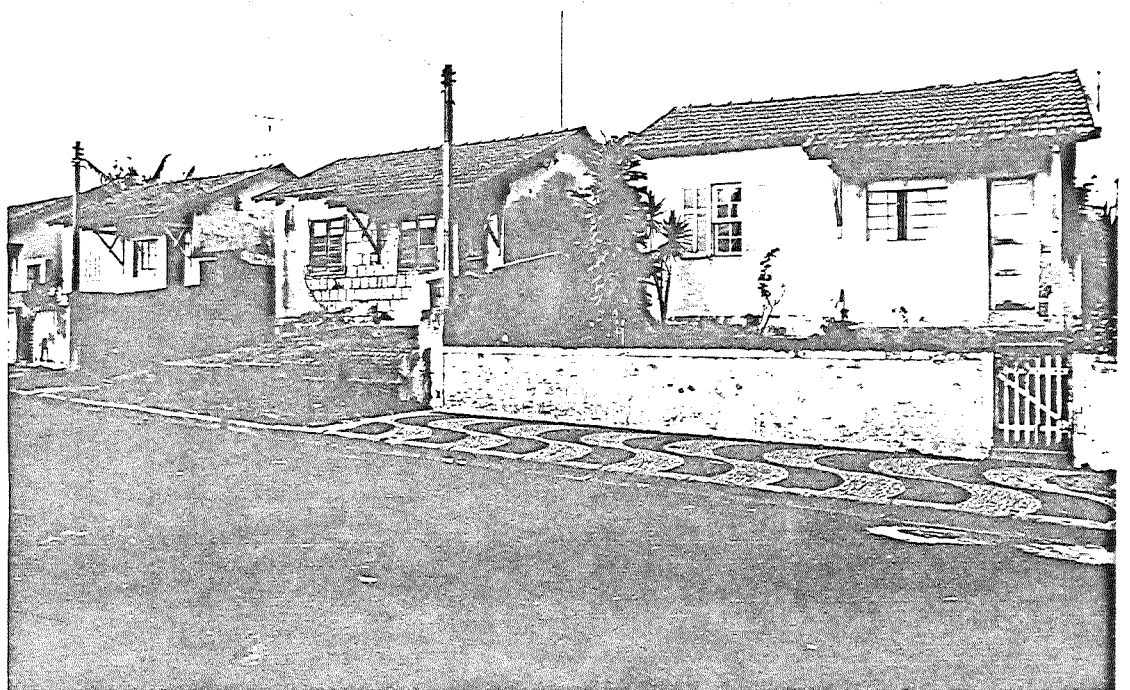
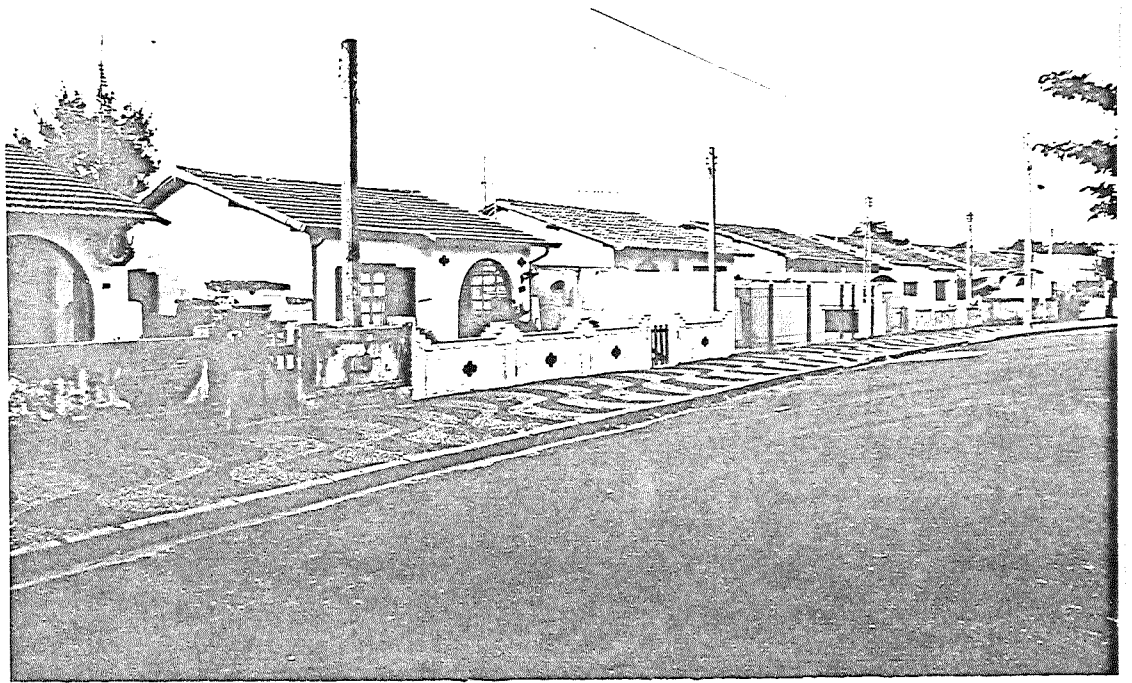
Contrabalançando o reduzido número de moradias construídas, a estratégia de localização urbana desses conjuntos para a locação entre os contribuintes desses órgãos, apresenta critérios excepcionais para o jogo da política urbana daquele momento, preservando para o futuro espaços populares, conquistados em áreas centrais da cidade.

Complementavam as realizações dos IAPs, a chamada FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR e a CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS FUNCIONÁRIOS E EMPREGADOS EM SERVIÇOS PÚBLICOS (CAPFESP), entidades de direito público com personalidade jurídica própria quanto à sua natureza autárquica, colocadas sob jurisdição do MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

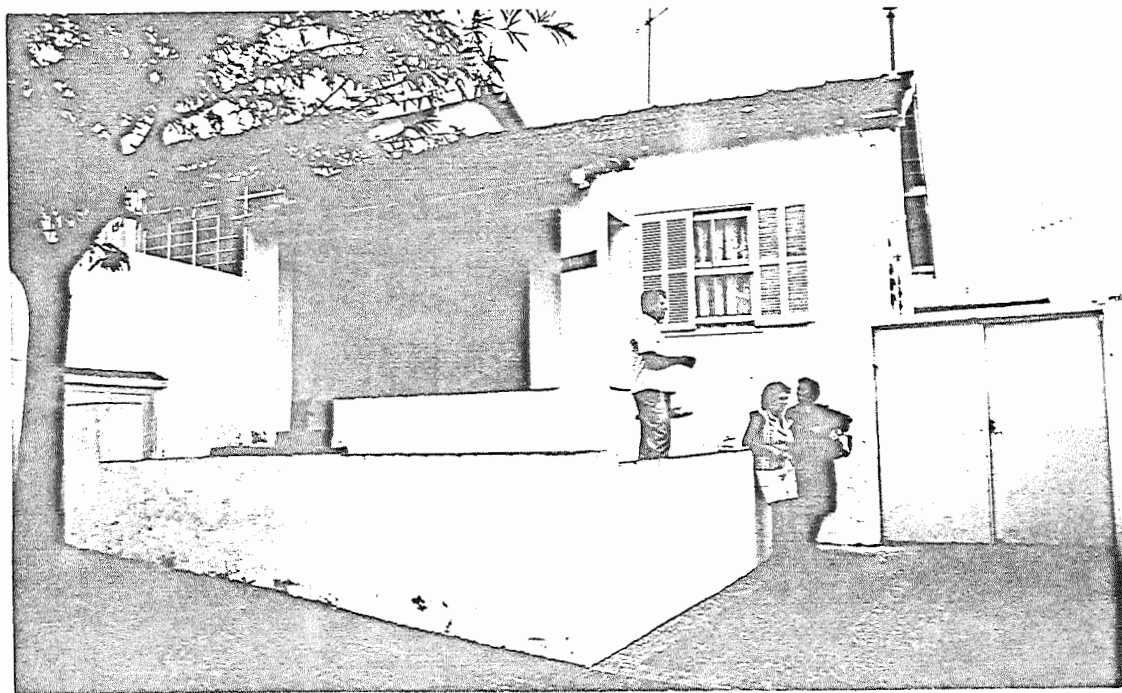
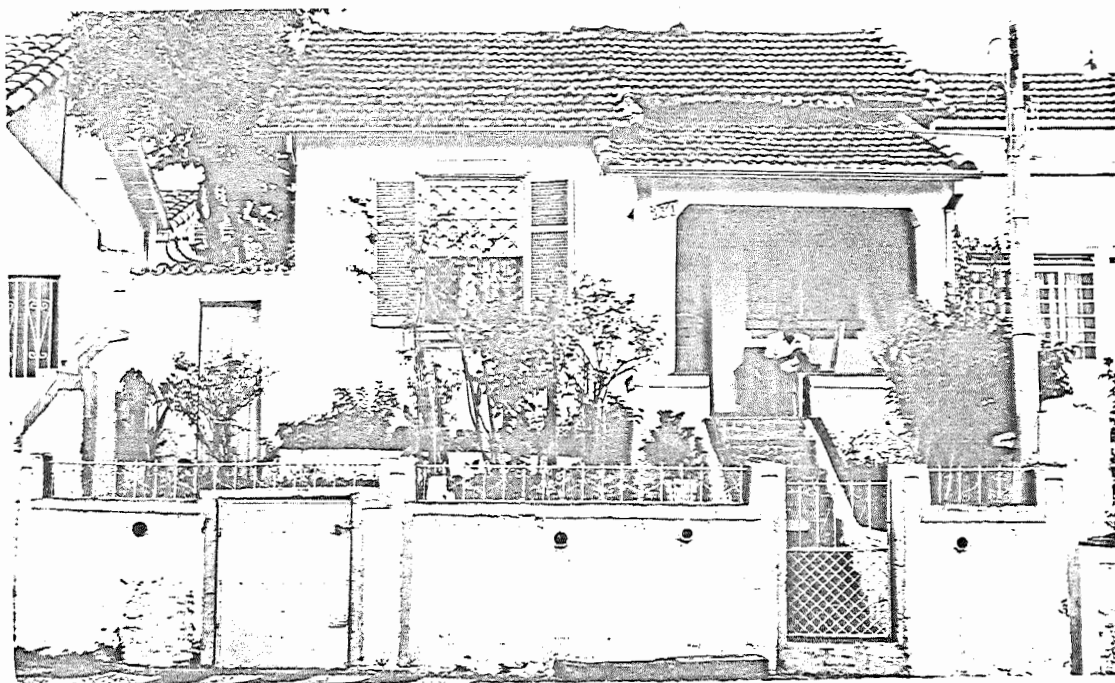
O atual bairro popular de Campinas, São Bernardo, praticamente se estruturou como prolongamento da vizinha Vila Industrial, a partir de 1949, através do planejamento radiocêntrico de extensa gleba de terra para a construção de 245 moradias da antiga FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR (vide fotos).

Por sua vez a CAPFESP-MOGIANA, atendendo enorme mobilização de ferroviários dessa tradicional ferrovia, construiu na antiga Vila Presidente Dutra, no ano de 1952, 150 casas para seus respectivos funcionários (vide fotos).

Ao lado dessas realizações governamentais e autárquicas, fruto da tentativa, ainda recente na tradição urbana brasileira, de esboçar possíveis políticas públicas que atendessem às demandas habitacionais socialmente colocadas, alguns exemplos interessantes de propostas do setor privado merecem comparecer neste arrolamento.



*Fundação da Casa Popular*



CAPFESP Mogiana

Dentre estas, selecionamos com principal atenção, a chamada Vila Estanislau, composta por 124 moradias, construída por particular, sendo 48 casas em 1942, 50 em 1946 e 26 em meados dos anos sessenta.

Ocupada no primeiro momento por típicos trabalhadores rurais da periferia da cidade, operários de gráficas, construção civil e doceiros de uma tradicional fábrica vizinha (Doçes Campineira Ltda.), a vila ficou marcada por uma natural conotação operário, e, arquitetonicamente preservada, guarda ainda hoje uma profunda caracterização popular (vide fotos).

Ao lado desta, apenas para completar nosso levantamento, citamos abreviadamente outras três, a Vila Cury ligada à implantação da indústria chapeleira local, o agrupamento de sobrados geminados da Rua do Rocio e a Vila Tofanello situada no popular bairro conhecido pelo folclórico nome de "furazóio" (vide fotos).

Estas realizações, mesmo considerando seu reduzido porte físico, desempenharam enorme importância política naquela conjuntura da constituição urbana e industrial da cidade.

A documentação da época, tentando regulamentar o crescimento físico territorial da cidade, através da Lei 19 de 23 de junho de 1948, permitia a construção de habitações proletárias em determinadas zonas periféricas, rasgando os limites urbanos da época e propondo pela primeira vez o chamado "tipo mínimo e econômico de moradia", situado dentro dos limites de 60 m<sup>2</sup>.

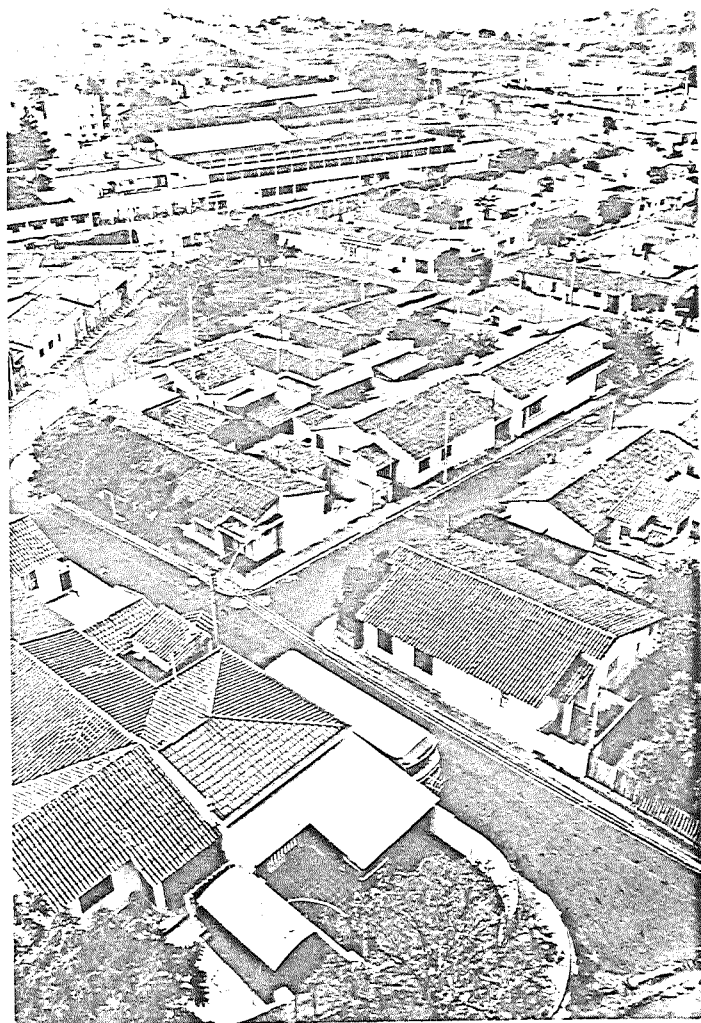
Reproduzimos a seguir o referido texto:

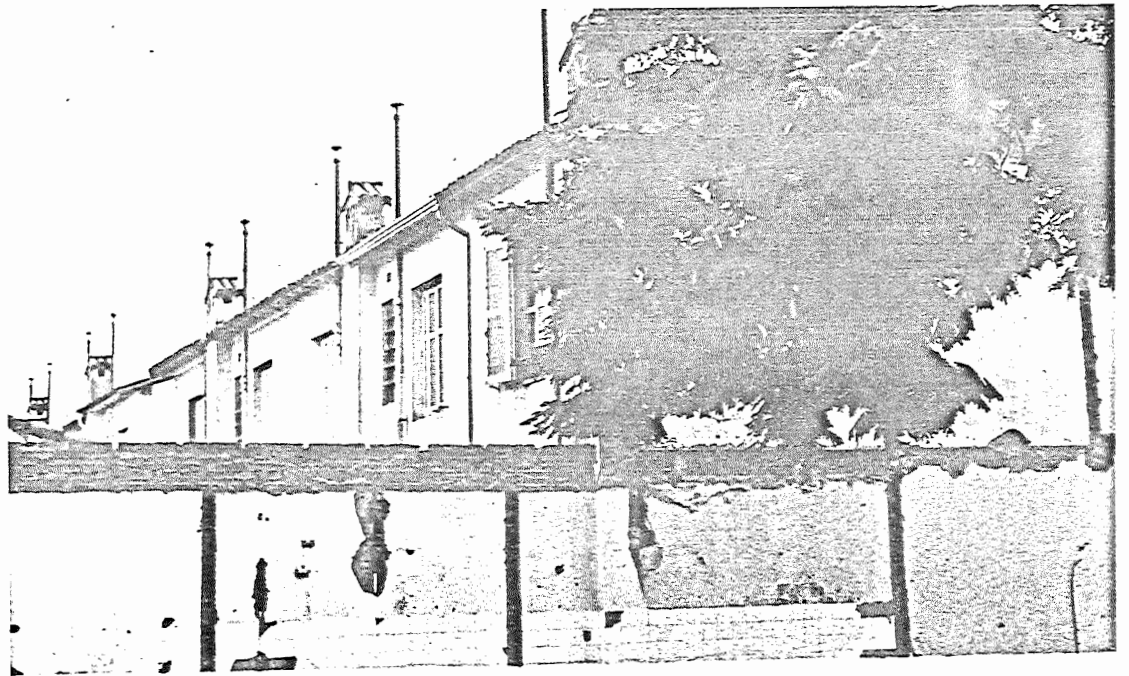
### Lei N. 19, de 23 de junho de 1948

Dispõe sobre construção de habitações proletárias, em determinadas zonas

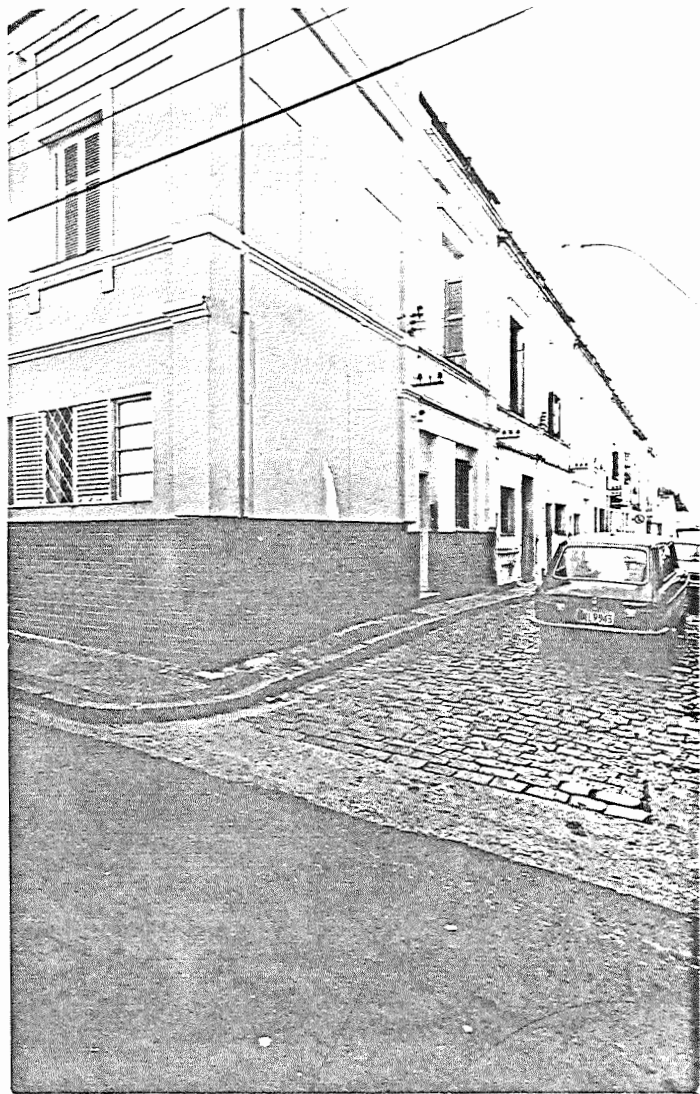
A Câmara Municipal decreta e eu, Prefeito do Município de Campinas, promulgo a seguinte lei:

*Vila Estanislau*

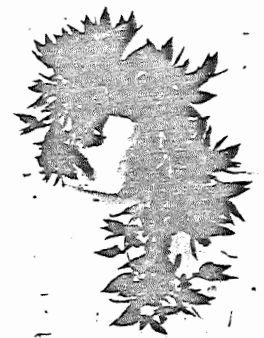




Vila Cury



*Rua do Rocio*



Furazōio

Artigo 1.º — Serão permitidas nas 3.ª e 4.ª zonas do perímetro urbano da cidade, nas zonas suburbanas das sedes de Distritos e Povoações, em ruas secundárias, assim como na zona rural, tudo a juízo da Prefeitura, construções de habitações proletárias tipo mínimo e econômico, nas condições estabelecidas nesta lei.

## TÍTULO I

### Habitações de tipo mínimo

Artigo 2.º — As construções de habitações de tipo mínimo deverão obedecer aos seguintes requisitos:

I — Cada casa terá, lateralmente, uma passagem com largura mínima de 1,50 (um metro e cinquenta centímetros).

II — As casas obrigatoriamente recuadas 4 (quatro) metros do alinhamento da rua, serão de três tipos, compreendendo além da cozinha, compartimento com latrina, chuveiro e tanque coberto, as seguintes dependências:

- Tipo A — um quarto e uma sala;
- Tipo B — dois quartos e uma sala;
- Tipo C — três quartos e uma sala;

III — Na construção das casas deverá ser observado o seguinte:

a) — O pé direito mínimo de 2,80 metros nas salas e dormitórios e de 2,40 metros nas cozinhas e compartimentos de latrina e chuveiro;

b) — as casas poderão ser de 1/2 (meio) tijolo, sem forro, e deverão ser, quando forradas, dotadas de esquadrias com venezianas;

c) — as casas terão um dormitório com 10 metros quadrados, podendo os demais e a sala ter 7,50 metros quadrados, estes com 2,30 metros de menor dimensão;

d) — as cozinhas terão a área mínima de 2,40 metros quadrados, com dimensão mínima de 1,40 metros;

e) — os compartimentos para latrinas e chuveiro serão internos e terão as dimensões mínimas de 1,20 x 1,40 metros;

f) — o piso dos quartos e sala poderá ser revestidos com ladrilhos ceramicos colocados em nível superior de, pelo menos, 0,20 metros, em relação ao terreno circundante;

g) — cada casa terá um fogão, uma pia com torneira e ralo na cozinha; uma torneira e um ralo no tanque; um chuveiro com ralo e vaso sanitário com caixa de descarga no compartimento correspondente;

h) — todos os ralos e latrinas serão ligados à canalizações de esgotos ou à fossa biológica, de acordo com o projeto da Diretoria de Águas e Esgotos.

Artigo 3.º — As disposições anteriores são exclusivamente aplicadas às casas de habitações tipo mínimo, não podendo ser tornadas extensivas, qualquer que seja o pretexto, a outro genero de habitação.

Artigo 4.º — A Diretoria de Obras e Viação organizará a pedido de interessados, projetos de habitações de tipo mínimo, cobrando emolumentos na base de Cr. \$ 10,00 (dez cruzeiros) por peça de habitação.

## TÍTULO II

### Habitação proletária tipo econômico

Artigo 5.º — As habitações proletárias de tipo econômico terão apenas um pavimento, de área não superior a 60 (sessenta) metros quadrados.

Artigo 6.º — Além das disposições aplicáveis do Código de Construções, ficam, para as habitações em questão, estabelecidas as seguintes condições especiais:

I — Recuo obrigatório de 4 (quatro) metros em relação ao alinhamento; as casas isoladas e as geminadas deverão ter, cada uma, uma passagem lateral de 1,00 metro de largura mínima; os grupos até 6 (seis) prédios, deverão ter, para cada grupo, passagens laterais de 2,00 metros de largura mínima;

II — O piso da casa deverá ficar pelo menos 0,20 metros acima do terreno circundante.

III — As paredes poderão ser de 1/2 (meio) tijolo, amarradas as externas e as divisórias com uma cinta contínua de concreto armado.

IV — Pé-direito mínimo das salas e quartos de 2,80 metros e nas cozinhas e gabinetes sanitários de 2,40 metros, piso de ladrilhos cerâmicos, podendo ser sem fôrro.

V — Paredes das cozinhas e dos gabinetes sanitários revestidos até 1,50 metros com argamassa lisa de cimento.

VI — Quartos e salas com 8 metros quadrados de área mínima, devendo haver pelo menos um desses compartimentos com a área mínima de 10 metros quadrados.

VII — Cozinhas com área mínima de 4,00 metros quadrados e

gabinetes sanitário, com latrinas e chuveiros obrigatórios, com 1,70 metros quadrados de área mínima.

VIII — Vãos dos cômodos forrados, guarnecidos com esquadrias dotadas de venezianas ou dispositivos equivalentes que permitem a renovação permanente do ar dos compartimentos; distância da verga ao tecto igual, no máximo, a 1/6 do pé-direito.

IX — Instalação obrigatória de águas e esgotos, devendo existir, pelo menos:

a) — reservatório elevado, com capacidade fixada pela Diretoria de Águas e Esgotos;

b) — latrina ventilada com caixa de descarga, chuveiro e ralo;

c) — tanque de lavagem, dotado de torneira e ralo;

d) — instalação de fossa biológica, quando não houver esgoto no logradouro.

X — O fechamento do lote no alinhamento e nas divisas poderá ser feito com arame liso ou tela de arame suportada por moirões de madeira serrada, com pintura na parte correspondente ao alinhamento e ao recuo.

Artigo 7.º — A Diretoria de Obras e Viação terá á disposição dos interessados vários tipos de projetos que serão fornecidos mediante o pagamento das taxas adiante especificadas:

Tipo A — um quarto, uma sala, uma cozinha e um gabinete sanitário Cr. \$ 30,00;

Tipo B — Dois quartos, uma sala, uma cozinha e um gabinete sanitário Cr. \$ 40,00;

99-6 Tipo C — três quartos, uma sala, uma cozinha e um gabinete sanitário Cr. \$ 50,00.

Artigo 8.º — Tratando-se de casa própria, destinada a morada do dono, desde que este não possua outro prédio residencial neste município, a responsabilidade técnica da obra será assumida pelos profissionais dos órgãos técnicos da Prefeitura, ficando estas obras isentas dos respectivos emolumentos.

Parágrafo único — O artigo acima se aplicará pelo prazo de 10 (dez) anos.

Artigo 9.º — As regalias previstas no artigo anterior dependerão de informação da Diretoria da Fazenda Municipal, à requisição da Diretoria de Obras e Viação, pela qual se verifica que o peticionário não se acha coletado em impostos prediais neste município.

Artigo 10.º — Fica revogado o decreto-lei n. 82 de 26 de dezembro de 1940.

Artigo 11.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Campinas, aos 25 de junho de 1948.

MIGUEL VICENTE CURY

Prefeito Municipal

Outra curiosa indicação partindo da Câmara ao Prefeito, naquele momento, solicitava proposta concreta de construção de casas proletárias aos persistentes moradores dos tradicionais cortiços da cidade praticamente situados próximos à história da formação das favelas contemporaneas:

Exm<sup>o</sup>. Sr.  
DR. ANTÔNIO MENDONÇA DE BARROS  
DD. Prefeito Municipal

13 JUN 1952

N. 13050

Temos a honra de transmitir a V. Ex.<sup>a</sup> a ~~Indicação~~ apresentada pelo Sr. Vereador EDUARDO BARNABÉ, em a 19<sup>a</sup> Sessão Ordinária:

DE EXPEDIENTE  
D. O. V.

JUN 1952

1054

Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente:

Os "comandos sanitários" em uma de suas recentes visitas aos bairros da cidade, constataram a existência de diversos cortiços, nos quais as condições sanitárias deixam muito a desejar. Preciso se torna, pois, que o poder público e os particulares se interessem pela sorte dessa gente de condição pobre, que não tem onde morar e que luta, acima de tudo, com baixos salários e com as moléstias que por vezes atacam famílias inteiras, tornando seus membros incapacitados de ganhar o pão de cada dia.

Não é justo, porém, que se persigam os proprietários de cortiços, pois eles, naturalmente, acabarão por despejar seus inquilinos e estes ficarão ao relento.

Com base nesta rápida exposição, vimos INDICAR ao Executivo estude a possibilidade de, oficialmente, ou em contacto com particulares, construir pequenos núcleos operários, com casas que possuam apenas quarto, sala e cozinha, ou seja, o indispensável para a vida de uma família. Esses inóveis poderiam ser alugados por importância não superior a 20% dos salários percebidos pelos que nêles fôsem morar, até ao máximo de R\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) por mês, e cujas construções fôsem alugadas exclusivamente aos moradores de cortiços.

Esperamos que o Sr. Prefeito possa apreciar êste assunto com o cuidado que merece, a fim de que em breve logremos extinguir por completo os cortiços que ainda existem em CAMPINAS e sem que haja prejuízos para os que nêles residem.

Sala das sessões, 5 de junho de 1952".

Reiteramos a V. Ex.<sup>a</sup> os protestos de nossa cordial estima.

Dr. Alfredo Gomes Julio  
Presidente

Prof. Adalberto Augusto e Silva  
1<sup>o</sup> Secretário.

Prof. Mario Guimarães  
2<sup>o</sup> Secretário.

Arrematando esta coletânea de textos legais sobre a específica questão da moradia popular, publicados pelo poder público local, a última matéria a respeito, parece-nos bastante significativa para apontar as mudanças havidas, durante o tempo (apenas 37 anos) que separa a publicação da primeira "concessão de favores" e o atual texto abaixo descrito.

Documenta politicamente o fim das "conquistas" territoriais e de moradia por parte da população operária da cidade.

**LEI N.º 2325, DE 6 DE JULHO DE 1960**  
**AUTORIZA A CONSTRUÇÃO DE GRUPOS DE RESIDÊNCIAS POPULARES COLETIVAS OU SINGULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

A CÂMARA MUNICIPAL DECRETA E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1.º — Ficam acrescentados no título 8 — Seção 3 da Lei n.º 1.993 de 29 de janeiro de 1959 (Código de Obras e Urbanismo) os capítulos abaixo com a seguinte redação:

**CAPÍTULO 8-3-4 — Grupo Popular de residências singulares**

Artigo 8-3-4-01 — A construção de grupo de residências singulares, geminadas ou não, é permitida uma vez satisfeitas as seguintes condições:

- a) Esteja em zona ou loteamentos onde é permitida a construção de casas populares;
- b) Obedeça a proporção de uma residência para cada 250 metros quadrados da área do terreno;
- c) Não tenha área total ocupada (residência e edículas) superior a 50% (cinquenta por cento) da área do lote;
- d) Não tenha edículas que excedam de 30% (trinta por cento) da área total ocupada pela construção;
- e) Possua condições mínimas quanto a insolação, ventilação ou areação, estabelecidas pela legislação em vigor;
- f) Obedeça o recuo de frente estabelecido para o local;
- g) Não tenha mais de dois pavimentos;
- h) Tenha acesso às vias públicas.

**CAPÍTULO 8-3-5 — Grupo Popular de residências coletivas**

Artigo 8-3-5-01 — A construção de grupo popular de residências coletivas, geminadas ou não, é permitida uma vez satisfeitas as seguintes condições:

- a) Esteja em zonas ou loteamentos onde é permitida a construção de casas populares;
- b) Tenha um mínimo aceitável de área construída para uso em comum;
- c) Tenha considerável área livre para uso em comum de seus moradores sem quaisquer divisões;
- d) Não ocupe, o pavimento térreo, mais que 40% (quarenta por cento) da área do terreno;
- e) Quando projetado em mais de um pavimento, o total das áreas dos pavimentos superiores não seja superior a uma vez e meia a área do terreno;
- f) Não possuir edículas, excepto para atender à parte de recreação do conjunto;
- g) Tenha acesso à via pública;

Mesmo fugindo ao objeto particular desta dissertação, conforme afirmamos em nossa introdução, fêz-se necessário enquadrar historicamente nossa questão central, fato que exigiu as considerações anteriores e o esboço preciso de um dossiê das conquistas operárias pelo direito à cidadania.

Os limites permitidos para o enquadramento exigido, em nosso ponto de vista, dadas as características pecu- liares da história de Campinas, seriam os primeiros anos deste século e o fim dos anos cinquenta.

Razões práticas justificam tal demarcação, desde a necessidade de precisar a teoria, até mesmo a evidência concreta dos exemplos resgatados, levaram o autor a construir um contraponto com o tempo e vida real de nosso objeto, fugindo sempre da tendência normal de nos debruçarmos sobre a diacronia dos fatos ou de estabelecermos perigosamente nexos sincrônicos de momentos distintos.

Fim dos anos cinquenta porque marca a mudança de comportamento político e econômico do poder público municipal, ante o acelerado fenômeno da urbanização local, fruto da instalação regional da indústria pesada no Brasil.

Começamos a assistir nesse período histórico ao movimento de massas típico desta metade do século, migrações do rural atrasado para as grandes metrópoles nacionais, principalmente na rota Rio-São Paulo; transformação estrutural que pouquíssimos países do mundo conheceram em tão abreviado espaço de tempo.

Sinal dos novos tempos: o fato urbano e a metamorfose do campo, marcando outra caracterização da paisagem brasileira, migrações e desemprego estrutural, colocam como esperança de equacionamento da difícil transição dos anos 50-60, as Reformas de Base do agitado governo Goulart (acabam deixando para outros tempos os projetos de Reforma

Fim de um período importante da história brasileira, registrado pelo conjunto de negociações públicas para o esboço de uma política urbana e habitacional, mesmo que precária, porém retirada concretamente da mesa de negociações, entre os atores interessados.

Ganhando corpo, como todos os maiores adensamentos brasileiros, Campinas sofre as consequências das transformações pós 64, onde a violência do regime militar castra grande parte da autonomia municipal, através da chamada reforma tributária e outras mudanças institucionais.

Este período, desembocando numa situação caótica, onde se mesclam a dinâmica da urbanização com as grandes transformações na agricultura paulista, lançaria sobre o espaço social regional em recente reconstrução, ondas de correntes migratórias.

As profundas modificações realizadas no aparelho de estado denunciam as mudanças havidas: os INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES, mostrando as marcas de sua deterioração administrativa e financeira, são unificados sob a ideologia de seu saneamento, transformados no atual INSTITUTO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, como promessa de solução para os graves problemas dos previdenciários, esvaziando-se assim, o antigo canal habitacional oferecido pelo Estado(5).

Cria-se dentro do Ministério do Interior o SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo) e o BNH (Banco Nacional da Habitação) compondo o chamado Sistema Financeiro da Habitação: a própria semântica se reporta à mudan-

(5)O INAMPS está atravessando neste momento a maior e mais profunda crise desde que foi fundado em 1967, restringindo gradualmente a cada ano o atendimento dos previdenciários, numa tentativa de sanear as finanças e sua gestão.

ça de tratamento a ser fornecida para as enormes demandas de massa habitacional, que mais tarde começaria a manifestar as manipulações de capital, desviando estas instituições de sua finalidade primeira.

Essa mesma prática, planejada pelo Estado, foi colocada em ação com o capital derivado da arrecadação de fundos do chamado FGTS e CADERNETAS DE POUPANÇAS, pilares financeiros do SFH, mantidos pelos trabalhadores e camadas médias da população.

Devido ao agravamento da crise econômica, com o arrôcho salarial, alta inflação e desemprego galopante, aumenta o volume de saques do FGTS e diminuem os depósitos nas CADERNETAS DE POUPANÇA, lançando o SFH em situação pré-falimentar. Segundo dados do próprio BNH, entre os quatro milhões de mutuários brasileiros, esta situação já produziu um milhão, setecentos e vinte mil inadimplentes, e a considerável parcela de duzentos e trinta mil mutuários, que organizados, ingressaram na Justiça contra os reajustes impostos para as prestações da casa própria.

As opiniões dos mutuários a respeito dessa forma concreta de protesto convergem para a identificação de suas raízes: falta de proposta do BNH face à perda do poder aquisitivo dos trabalhadores e desemprego estrutural, ditados pela política salarial vigente, onde cada vez mais o governo federal perde credibilidade popular, acobertando os recentes escândalos administrativos em grandes financeiras do próprio SFH.

O BNH se encontra hoje no alvo desse arco de forças populares, somando vetores aos demais movimentos sociais urbanos e no centro da crise econômica brasileira.

Criado para ser um "banco social", mas mantendo a ideologia de lucro nos negócios urbanos, distancia-se cada vez mais do compromisso de produzir casas para trabalha

dores sem teto.

Acabou transferindo seu capital social, acumulado em seus vinte anos, para projetos habitacionais das camadas de renda média e alta da população ( apenas para ficarmos nesta denúncia ), sacrificando o atendimento de sua demanda específica e de obras de saneamento básico e infra-estrutura das grandes cidades brasileiras.

Adotando os mesmos mecanismos tecno-produtivos das grandes construtoras privadas, radicalizou a máxima apropriação do lucro nesse fazer, realizando uma arquitetura espacial e esteticamente "pasteurizada", em alguns sítios importantes destas cidades.

A política de investimentos adotada para a aquisição de glebas urbanas, acabou, por último, provocando graves distorções sociais, "dentro e fora", pois o critério de formação autoritária das relações de vizinhança, através do atendimento clientelista de inscrito na fila dos cadastrados, dificulta qualquer possibilidade de organização solidária entre os moradores, segregando o próprio lugar.

O resultado histórico dessa estratégia de política habitacional e o fenômeno da urbanização brasileira, acirram ainda mais as contradições contidas no bojo do modelo econômico brasileiro, colocando no desdobramento desse projeto maior, a questão central do regime de propriedade da terra urbana (e rural) do mesmo lado, talvez, da principal contradição do próprio sistema produtivo.

Podemos afirmar, portanto, que este "particular e caboclo" mecanismo de apropriação e exploração da terra, bem como da produção e distribuição do espaço construído, forjado a "mão de ferro e braço armado", baseia-se no papel de acumular mais capital para o mencionado modelo adotado.

Ficamos aqui, com estas rápidas afirmações, fruto de constatações concretas acerca do cotidiano atual de nossa vida urbana, mais na direção e sentido de provocar o raciocínio para a leitura de nossa questão.

Questão colocada historicamente.

Marcada pelo Brasil urbano e pela decadência da vida social de nossas cidades, cada vez mais transformadas em suportes físicos para a exploração selvagem do capital, bloqueando a produção, gestão e distribuição de equipamentos ou meios de consumo coletivo para a maioria da população operária.

A chamada casa operária ou popular é o detalhe menor.

A expressão "antropofagia urbana", retirada da linguagem modernista, caracterizaria muito bem esta espoliação recente, geradora de amontoados de acampamentos "provisórios", onde multidões são alojadas e despojadas da consciência de que estão construindo o seu próprio mundo.

Fomos a campo, pesquisamos arquivos, fotografamos arquiteturas significativas erguidas tanto pela iniciativa privada quanto pelo Estado e ainda não encontramos contraponto didático mais eficiente para a comprovação da "antropofagia" havida.

Achamos desnecessário para a nossa dissertação, realizar um levantamento iconográfico sobre as realizações estatais pós-sessenta, dada a banalização do tratamento da questão, como também, teorizações apressadas a respeito da política urbana imposta, mesmo porque já foi suficientemente estudada pelas ciências sociais.

Porém consideramos importante, fazer um breve arrolamento das condições de moradia enfrentadas pelos trabalhadores de um modo geral (dentro da cidade de Campinas), além de quantificar a contribuição da atual políti

ca habitacional para a solução desse problema, tentando costurar possíveis vieses e arremates mal tecidos, como forma de tornar mais focalizada a leitura de nosso ESTUDO DE CASO.

A característica mais marcante destas últimas duas décadas, foi sem dúvida alguma, o afloramento de um novo modo que os recentes moradores da cidade, cidadãos clandestinos, bóias frias e favelados, encontraram para resolver o problema da habitação.

Ante a explosão demográfica e a dificuldade do Estado absorver as contradições sociais no desenho de uma política pública eficiente, essas multidões de trabalhadores estão constituindo uma espécie de "mercado marginal" de habitações, antítese do oficial ou formal, esparramado no quase "desurbanismo" atual das grandes periferias.

A história da COHAB e do PPDI-CAMPINAS, financiado pelo antigo SERFHAU, filhos da mesma madrastra, conta muito o percurso das tentativas populares pela aquisição da cidadania, distantemente observadas pelo olhar burocrático e tecnocratizado do poder público.

A simples contemplação do encaminhamento à Câmara de Vereadores, feito pelo Prefeito Municipal, do Projeto de Lei que autoriza a Prefeitura a organizar a COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR de CAMPINAS, como também a redação de seu texto final (LEI 3213 de 17 de fevereiro de 1965) revela a contradição entre objetivo planejado e realização atingida (vide anexo 1).

Outro documento importante para a história urbana de Campinas, publicado em setembro de 1970, o PPDI-PLANO PRELIMINAR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO do município de Campinas, realizado por um consórcio de escritórios técnicos e o então existente ESCRITÓRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, financiado em oitenta por cento de seu custo pelo SERFHAU,

mostrava a "preocupação" em administrar a gestão dos financiamentos do BNH nas grandes cidades brasileiras (vide anexo 2).

Constituía uma tentativa de instrumentalizar a tomada de definições do poder público local, dentro da ideologia de condução do desenvolvimento físico, como uma prática urbana controlada.

Tentava através da definição de estratégias de desenvolvimento municipal, impedir a aplicação de capital do BNH em terrenos ou glebas de reduzida viabilidade de urbanização, propondo, portanto, uma criteriosa avaliação da potencialidade futura dos loteamentos a serem aprovados pelas prefeituras.

A ponta de lança dessa "ideologia de planejamento urbano" - expressão da época - era a atuação da COHAB e demais COOPERATIVAS HABITACIONAIS (organizadas pelo Estado) conceituadas como uma grande empreendedora de bairros novos, cuja política de localização de seus chamados "conjuntos habitacionais" seria capaz de influir fortemente na orientação física do desenvolvimento urbano.

Resumidamente poderíamos definir o estudo realizado, como um conjunto relativamente bem estruturado de levantamentos físicos e estatísticos, como suporte para a devida "orientação" ao poder público local, buscando hipóteses de estruturas físicas para apoiar o crescimento urbano.

Escolhe como melhor estratégia, aquela hipótese que representa a situação mais óbvia de crescimento (como todo estudo tecno-burocrático), ou seja, a ocupação de larga faixa ao redor da via Anhanguera (envolvendo nosso ESTUDO DE CASO) e periferia do atual Distrito de Barão Geraldo, fazendo vistas grossas aos reais obstáculos físicos à urbanização, alguns "latifúndios" urbanos existen-

tes na cidade, conhecidas fazendas de propriedade do Ministério do Exército, Instituto Agronômico e algumas pessoas físicas.

O objetivo mesmo do PPDI, base para a realização de um efetivo PLANO DIRETOR e uma Estratégia de Ação para a COHAB-CAMPINAS, nunca chegou a se efetivar, ficando o texto apenas no plano das recomendações mais gerais.

Quando comparamos as realizações públicas anteriores, citadas alguns parágrafos atrás, hoje espetacularmente segregadas no coração da cidade, fruto de uma competente estratégia de localização e produção de uma arquitetura de qualidade superior, com a dispersa e pasteurizada solução estatal da atualidade, acabamos por realçar ainda mais a necessidade de se recolocar na arena urbana, uma gestão democrática de política habitacional, voltada ao interesse social das maiorias excluídas (vulgarmente confundida com "administração da miséria").

Evidentemente a COHAB e as administrações públicas que se seguiram, potenciais devedoras perante o cronograma de metas estabelecido pelo PPDI, não conseguiram realizar parcela razoável daqueles objetivos, lançados nos tempos das "vacas gordas". Refletem porém, e de modo exemplar, o caráter urbano-industrial das profundas transformações havidas na cidade, determinadas de forma heterônoma e definidas longe das pranchetas de desenho.

Ato contínuo à publicação do PPDI, o ESCRITÓRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO foi desativado e trocado por nova empresa de economia mista, a chamada EMDEC - EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINAS - cuja posterior gestão administrativa, cheia de corrupções fiscais envolvendo atores políticos de destaque nacional, acabaria provocando a sua liquidação judicial e conseqüente fechamento.

Por sua vez a própria COHAB, mesmo considerando

seu pico produtivo apresentado nos primeiros anos de suas atividades, atendendo demanda privilegiada de operários recém-chegados às indústrias multinacionais (contrariando a intenção primeira de ser instrumento de erradicação das favelas da época) do novo parque industrial, conseguiu construir em seus dezenove anos de existência, apenas 18.860 moradias ante uma fila de 50.295 pretendentes regularmente inscritos. (6)

Sobre o tratamento do déficit habitacional da cidade, naquela época de sua instalação, destacam-se apenas algumas micro iniciativas, desprezíveis para a solução do problema, configurando mais uma tentativa demagógica do que uma experiência realizada.

Tomamos conhecimento apenas das seguintes: PROJETO NHT - NÚCLEO DE HABITAÇÃO TRANSITÓRIA - fazendo parte da estratégia de remoção e reinstalação de aglomerados, composto por 31 unidades construídas na Vila Costa e Silva em 1971, como também do PROJETO JARDIM SANTANA - equivalente ao anterior, apenas "urbanizando" 32 lotes de 8 por 12 metros, dotados de abastecimento de água e infra-estrutura mínima. Por último, como derradeira experiência, o PROJETO PROFILURB no Jardim Ouro Verde, construindo as chamadas "casas embrião", no ano de 1979, fato este que acabou contribuindo para a detonação do movimento de favelados em Campinas.

Mesmo considerando as excelentes especificidades oferecidas pela cidade de Campinas, desde a excepcional infra-estrutura e padrão de vida urbana, como até mesmo o próprio apoio político que o poder público vem lhe oferecendo nestes últimos anos, a COHAB local apresenta atual

(6) Fonte: COHAB

mente as típicas rachaduras da crise.

Aqui em Campinas, como nas demais cidades brasileiras, cresce politicamente o número dos chamados inadimplentes organizados em sua respectiva Associação local, ameaçados pelo fantasma do despêjo.

Ao mesmo tempo, as perspectivas de solução de seu próprio "déficit" de demanda habitacional, calculado portanto, em 31.375 moradias, cada vez mais se reduzem dentro da atual realidade econômica do país.

Observemos agora, para somar a esse número "deficitário", o fenômeno de expansão de favelas em nossa cidade, fruto, como sabemos, duplamente relacionado à migração de camponeses e locatários desalojados e à falta de atendimento público dessa demanda habitacional.

Esta questão tem sido tratada ultimamente com muita frequência dentro das ciências sociais, permitindo a este autor, o conforto de deslocá-la para outro tipo de trabalho teórico. O conteúdo das principais contribuições explicativas desse problema social, estaria muito bem representado na afirmação de Pedro Jacobi:

"A tipologia habitacional para esta população reflete as características da sociedade e do seu contexto urbano. Assim, é importante caracterizar-se a inserção destes tipos habitacionais na ordem das sociedades capitalistas. Suas manifestações sócio-estruturais nas cidades envolvem necessariamente um processo de pauperização que vem se acelerando através da redução constante do custo de reprodução da força de trabalho e dos constantes e desproporcionais aumentos do preço do solo urbano, seguindo a lógica da especula

ção e carregando consigo a realidade da exclusão e segregação da população de baixa renda no meio urbano". (7)

A geografia dos maiores agrupamentos de favelas em Campinas, apresenta um assentamento sobre três grandes territórios urbanos da cidade. O primeiro deles delimitado pela Av. J.B. Dunlop e pela rodovia de acesso ao aeroporto de Viracopos, abraçando, talvez, as favelas mais antigas; e o segundo situado ao longo da rodovia Campinas - Valinhos. O terceiro, ao redor do distrito de Barão Geraldo, formando o maior de todos os agrupamentos da cidade e apresentando as piores condições de assentamento físico. "Coincidentemente" respondendo às previsões de expansão urbana ditadas pelo PPDI, também se localizam próxima aos grandes conjuntos habitacionais da COHAB.

A maioria delas está implantada sobre praças públicas (Bem de Uso Comum), atendendo sempre a uma correlação lógica entre seu assentamento e regiões de baixa densidade de ocupação, acidentada topografia (a praça "maliciosamente" desenhada pelo loteador e "esquecida" pelo poder público) e proximidade de equipamentos sociais urbanos. (8)

Os dados demográficos existentes a respeito da população favelada são extremamente precários e desatualizados, dificilmente conseguindo "radiografar" o quadro ge

(7) Jacobi, Pedro. Autoconstrução: Mitos e Contradições. in Espaço & Debates. Cortez Editora. Ano 1. Nº 3, p.26 setembro de 1981.

(8) Dados SPS-PMC: 81 assentadas em praças, 6 em terrenos particulares, além de algumas frações em dupla situação.

ral, dada a quase perda de contróle de números por parte da Prefeitura local. Além do próprio interesse político em mascarar a questão, mesmo porque, a maioria das favelas, dadas as suas condições topográficas, dentro da morfologia urbana local, estão escondidas do olhar "estrangeiro" de um visitante qualquer.

Contemplemos a evolução histórica das favelas em nossa cidade, mesmo considerando o registro oficial, para que possamos fazer alguma projeção prudente a respeito de seu desdobramento atual.

Segundo o documento "Perfil das favelas do município de Campinas", elaborado pela Secretaria da Promoção Social da PMC, em setembro de 1982, o quadro abaixo demonstra a referida evolução:

ANO	BARRACOS	MORADORES
1973	1359	6998
1974	1770	9115
1975	2089	10758
1976	2759	14208
1977	4391	22613
1978	....	....
1979	8092	41673
→ 1980	8700	44815
1981	9200	47656

Mesmo considerando sub-dimensionado, em nosso ponto de vista, traduz uma visão relativamente melhor que a fornecida pelo censo demográfico de 1980, realizado pela FIBGE:

ANO	BARRACOS	MORADORES
1980	7107	36155

Como pretendemos realizar um cálculo estimativo da população favelada para os anos de 1982, 1983 e 1984, com um mínimo de referência estatística concreta, vamos tolerar como taxa de crescimento, aquela verificada para os anos de 1979, 1980 e 1981, em torno de 10% ao ano, reduzido crescimento, talvez devido ao agravamento da oferta de empregos urbanos. Deste modo, correndo os riscos previstos, poderíamos projetar os seguintes números "otimistas":

ANO	BARRACOS	MORADORES
1982	10120	51500
1983	11130	56652
1984	12240	62302

Considerando a relação de equivalência de uma família para cada barraco, e a antiga persistência da vontade de continuar no próprio local, reforçada pela luta dos favelados pela posse da terra, fato que os exclue hipoteticamente da lista dos cadastrados da COHAB, estimamos, portanto, o número de 12.240 moradias, a ser somado à previsão de um possível "déficit habitacional" da cidade de Campinas.

Levantamos a necessidade de contabilizar um hipotético "déficit habitacional", noção talvez difícil de ser detalhada dentro da nossa realidade, para realizarmos uma previsão física. Usando uma outra linguagem, para talvez fugirmos da estreita metodologia de manuseio de frios dados estatísticos, diríamos que nos interessa prever uma "demanda para uma política pública", como ferramenta para o esboço final de nosso pano de FUNDO, dada a falta de perspectivas do poder público para enfrentar a discussão desse delicado tema social.

O referido "déficit", poderia ser composto, seguindo a metodologia específica de "déficit quantitativo" adotada pela ONU, por dois componentes detectados: o levantamento da diferença entre o número de famílias e o de domicílios locais, fornecido pelo último CENSO-1980-FIBGE, agregada ao número de famílias/barracos existentes. (9)

Segundo o levantamento realizado pelo último CENSO DEMOGRÁFICO, o número de domicílios da cidade de Campinas - 153.785 residências construídas - não corresponde de modo equivalente ao número de famílias alojadas - 164.584 - ou seja, até aquela data, 10.799 famílias não estavam ocupando um espaço próprio, qualquer que fosse a forma de posse.

Esta situação de moradia, correspondendo a uma outra forma de marginalidade habitacional, difícil de ser pesquisada, foge ao interesse deste trabalho, pois abrange amplo leque de soluções precárias, começando por levantar hospedagens permanentes oferecidas por domínios de parentesco ou até mesmo a exploração coletiva de pensões e cortiços.

Também neste necessário levantamento, o poder público faz vistas grossas à questão, como muito bem documenta o relatório "Estudo Preliminar para a Caracterização da População Residente em Alguns Cortiços de Campinas", realizado pela SPS-PMC em julho de 1983, onde constata a existência de apenas 26 cortiços urbanos, abrigando uma popula

(9) Naciones Unidas. Departamento de Assuntos Económicos Y Sociales. Manual de métodos de censos de población de habitación.

ONU Estudios de Métodos. Série F Nº 16. Nueva York 1970

ção de 743 moradores.

Caracterizados, portanto, os dois componentes de nossa previsão hipotética, o número otimista de 12.240 moradias a serem construídas para os atuais favelados, e as 10.799 unidades para as famílias detectadas sem teto próprio, chegaríamos finalmente a uma estimativa de "déficit quantitativo" de aproximadamente 23.039 residências.

Segundo nosso ponto de vista, deveríamos desenvolver um pouco mais essa quantificação otimista, apontando um número mais globalizante dos fatos urbanos observados e "fotografados" na realidade objetiva.

Deste modo, "compensando a desatualização" demográfica, tanto do último CENSO como do próprio poder público, e "considerando a afirmação" (estatisticamente criticável porém empiricamente aceitável) de que as famílias detectadas sem teto poderiam estar excluídas da categoria dos chamados pretendentes da COHAB e dos favelados, poderíamos prudentemente "alargar" a margem desse "déficit" para aproximadamente 54.414 moradias.

Representaria, portanto, o atendimento dessa demanda, a tarefa social de produzir a alta parcela de 35,4% da atual massa habitacional edificada nesta cidade.

A própria Secretaria de Planejamento do município, cuidando mais do planejamento administrativo da própria prefeitura do que dos projetos necessários para a cidade (dado o jogo de forças da política urbana local), reconhece o desconhecimento da matéria e as perspectivas de seu equacionamento.

Movimenta-se apenas quando pressionada pelos recentes movimentos populares, como a mobilização realizada no ano anterior por moradores de loteamentos clandestinos, sendo obrigada a reconhecer publicamente a existência de aproximadamente 160 loteamentos em idêntica situação, ou

então, quando solicitada a lançar rapas fiscais nos ras tre ame ntos aerofotogramétricos, com vistas a "mais um au me nto de impostos".

Reflexo de uma realidade administrativa maior, onde somente a partir da década de sessenta, o poder público começa a introduzir restrições ao uso e parcelamento do solo, com a aprovação do último CÓDIGO DE OBRAS E URBANISMO, Lei 1993 do ano de 1959.

Ultrapassado e extremamente atravessado de contradições, pois retrata apenas uma reformulação do velho CÓDIGO DE CONSTRUÇÕES (SEPARATA DO CÓDIGO DE POSTURAS MUNI CI PAIS) regulamentado pelo Decreto 76 de 16 de março de 1934.

Publicamente desrespeitado, numa cidade antiga - mente orgulhosa de seu padrão de vida urbana, hoje osten tando, além do mencionado déficit habitacional e de uma vo l u m o s a  m a s s a  c o n s t r u i d a, mergulhada na clandestinidade material e fiscal, a quebra dos serviços públicos de consumo coletivo.

Nem mesmo restrições mais abrangentes, mesmo a nível federal (muito pelo contrário) foram capazes de equacionar socialmente seu crescimento, como por exemplo, disciplinar a abertura de loteamentos, tentando delimitar o espaço potencial de parcelamento do solo através do cons tr ang ime nto público para a abertura de novas Zonas de Ex p ans ã o Urbana.

Este o FUNDO caótico mencionado na introdução, onde tentaremos situar a FIGURA da contribuição pensada, através de um ESTUDO DE CASO, desenhando a possibilidade estratégica de uma "hipótese de arquitetura".

## SEGUNDO CAPÍTULO: O ESTUDO DE CASO

Este ESTUDO DE CASO está imbricado com o desenvolvimento de um PROJETO PILOTO de arquitetura urbana, especialmente desenhado para a transformação de uma estratégica fatia geográfica da cidade de Campinas, genericamente denominada "morro dos macacos", histórico agrupamento de favelas constituído há aproximadamente vinte anos, cujo próprio nome simboliza o mito de miséria e violência criminal representado pelo lugar.

Resolvemos, portanto, experimentar uma prática possível de arquitetura numa determinada fatia do urbano, mergulhada nas piores condições de vida, espaço onde vêm se agravando ampliadamente as contradições sociais urbanas, dentro do quadro da evolução histórica da urbanização brasileira.

## GÊNESE DE UMA LUTA URBANA

A bandeira da luta popular, vem mostrando na história do movimento operário e popular brasileiro, que somente através de grandes mobilizações políticas ou do êxito de ações concretas por uma melhor qualidade de vida urbana e condições dignas de trabalho, é que pode chegar a conquistar e apropriar-se da força de sua própria organização.

Sobre a chamada questão urbana e especificamente falando da história de lutas urbanas travadas por "urbanização de favelas", algumas considerações devem ser feitas.

(10)

(10) "Começamos lembrando que a urbanização de favelas não é em si uma novidade. Ela não constitui uma proposta nova de atuação em áreas de ocupação espontânea nem no mundo, nem na América Latina, nem no Brasil...

... no Rio, para falarmos de Brasil, medidas no sentido da urbanização de suas favelas vêm sendo tomadas desde o fim da década de 1940 e mais incisivamente a partir de 1950, quando foram criadas respectivamente a Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião, que, enquanto instituições de Igreja, promoveram em algumas favelas a melhoria e a implantação de sua infra-estrutura de luz, água e arruamento". "Se a Igreja precedeu o Estado na proposta de urbanização de favelas, vale ressaltar que já em 1956 aparece um primeiro organismo oficial com tal intenção - o SERFHA - (Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas) e que, em 1962, quando da criação da COHAB-GB foi prevista uma dotação especial da USAID "para a urbanização parcial de algumas favelas e a urbanização total de uma grande favela" (vale assinalar que nem o SERFHA nem a COHAB levaram adiante suas proposições. Entretanto, é importante registrar sua intenção)".

"Por outro lado, em 1968 foi criada a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO), que implementou no Rio, a título de projeto-piloto e em caráter experimental, a urbanização integral de uma favela: Brás de Pina".

Valladares, Lícia do Prado, A propósito da Urbanização de Favelas.

In Espaço e Debates. Cortez Editora, Nº 2, 1981  
Página 10.

O conjunto de moradores da periferia de Campinas, até aproximadamente o ano de 1977, não dispunha de nenhum mecanismo político para lutar contra os amplos reflexos da crise urbana e do crescente rebaixamento das condições de seu quadro de vida.

Naquela época, a única possibilidade existente para a solução dos vários problemas de bairro era o velho atrelamento pessoal ou de um grupo de moradores a expedientes de gabinete, apresentando reclamações para o funcionário encarregado das ARs, enviando ofícios a vereadores, Sociedades Amigos do Bairro ou para o próprio prefeito.

A solução dos problemas dependia portanto da chamada "boa vontade" ou de "favores" dessas autoridades, normalmente ocorrendo em período pré-eleitoral. Muitas vezes as soluções eram conseguidas por um pequeno grupo de pessoas, por serem amigos de alguma autoridade ou então por mostrarem muita perseverança em suas questões.

Um novo fato político surge em 1977, quando a chamada Pastoral das Vilas Planejadas ( desenvolvida em conjuntos da COHAB ), naquela ocasião esboçando um trabalho conjunto, propôs às COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE, organizadas através do Conselho Pastoral Intervilas, levar as reivindicações por melhores condições de transporte coletivo e maior oferta de leite tipo "C" ao consumidor, porque naquela época a demanda do chamado leite tipo "B" predominava, dado seu maior preço.

Participaram destas reivindicações apenas oito dessas vilas. O trabalho não conseguiu atingir qualidade de organização e apenas dois desses bairros encaminharam a questão do transporte coletivo, ficando de fora a reivindicação do leite, que acabou por permanecer apenas a nível de discussão interna entre os próprios moradores.

Em novembro de 1978, moradores de três bairros ,

que estavam enfrentando o problema do alto custo do asfalto - "incompreensivelmente" o custo em Campinas é dos mais altos da região - se organizaram para uma discussão em conjunto com as vilas, decidindo pressionar a Prefeitura a cobrar preço mais acessível.

Depois de várias tentativas, os três bairros sentiram que ainda estavam isolados, não conseguindo sensibilizar o poder público municipal; mesmo assim, depois de esgotar todas as formas de reivindicação, abaixo-assinados, denúncias na imprensa e audiências com vereadores e prefeito, continuaram a se reunir.

Diante disso, decidiram convidar outros bairros, que também naquela ocasião estavam começando a fazer outras reivindicações, para organizarem conjuntamente uma grande manifestação pública de protesto contra a administração municipal.

A primeira assembléia realizou-se nas escadarias do Paço Municipal no dia 8 de março de 1979 às 20 horas, comparecendo 2.000 moradores aproximadamente, contando com o apoio de deputados "populares" e a ausência do prefeito.

Esta primeira assembléia foi o marco inicial do trabalho conjunto, passando cada bairro, daquela data em diante, a se organizar, discutindo suas necessidades fundamentais para a melhoria das condições de vida e moradia, encaminhando abaixo-assinados e a se reunir periodicamente em assembléias na Prefeitura Municipal, cobrando vigorosamente cada reivindicação.

Foram organizadas no decorrer de 1979 seis grandes assembléias, duas em março, uma em junho e outra em julho e finalmente as duas últimas nos meses de novembro e dezembro, mobilizando publicamente um conjunto de aproximadamente 12.000 moradores de periferia, passando este movimento popular emergente a ser conhecido como Assembléia do

Alguns fatores contribuíram para a realização desse movimento, como a participação das CEBs e suas lideranças, disponibilidade de alguns líderes de bairro e agentes de Pastoral, parlamentares populares e profissionais dispostos a colocar-se a serviço do movimento.

Como primeiro fruto dessa nova forma de organização, a população passou a perceber que seu problema se amarrava amplamente na política urbana local, e pela primeira vez, canalizou coletivamente seu descontentamento para questionar a estrutura de poder municipal, conquistando um espaço político muito importante junto à opinião pública e dentro dos movimentos populares de um modo geral.

A partir de 1980, o movimento começa a se transformar estruturalmente, diminuindo a participação dos chamados bairros loteados ( a partir da conquista de suas reivindicações ) e aumentando consideravelmente a presença e participação de posseiros urbanos.

As primeiras questões levantadas pelos favelados giravam em torno do medo de remoção de seus barracos, permanentemente colocado pela Secretaria da Promoção Social , órgão público tutelador, porque responsável pela montagem e fiscalização da maioria das favelas da cidade.

A Assembléia do Povo recebe como resposta a esta reivindicação, dentro de uma verdadeira luta travada entre favelados e funcionários públicos ( pertencentes às ARS e SPS ) uma carta assinada pelo prefeito, onde se comprometia publicamente a não remover nenhum barraco enquanto permanesse na Administração, diminuindo a arbitrariedade reinante.

Como consequência a esta conquista, surgiram outras; água e luz abundantes, drenagem de córregos, passarelas, aterros e até mesmo equipamentos de uso coletivo como

salas de aula e creches.

Como desdobramento dessas conquistas, começa a se forjar a consciência de fixação desses posseiros no próprio lugar da posse, ou seja, o primeiro passo para a constituição do "posseiro coletivo", contrariando a ideologia da transitoriedade da condição de favelado que a Secretaria da Promoção Social procurava passar para os migrantes recém-chegados à cidade.

Neste contexto político, os favelados começam a reclamar o direito definitivo de posse da terra ocupada e, partindo de sua própria auto-organização, a exigir a conquista da cidadania.

Para tanto, a formalização jurídica da organização desses moradores, através da constituição de Associações de Moradores em cada uma das favelas, se torna necessário, para essa efetiva conquista.

Realizam-se uma série de discussões sobre o estatuto da entidade e, a partir de cada uma dessas favelas, algumas por aclamação outras por processo de eleições, elegem-se as respectivas diretorias, homologando-se posteriormente as decisões em cartório competente.

Simultaneamente à formação desse suporte político-institucional, soma-se um conjunto de contribuições jurídicas, adequadas ao enquadramento legal das reivindicações de posse do lugar.

No mês de outubro desse ano, o prefeito, antes pressionado nas referidas assembléias agora adianta-se politicamente, assinando um decreto administrativo de Permissão de Uso dessas praças públicas, idêntico aos decretados para construção de equipamentos de Sociedades Amigos de Bairro, autorizando a ocupação da terra através da construção de casas de alvenaria por um período de dez anos, medida esta, tomada sem nenhuma providência concreta de planejamento desses

lugares. (vide anexo 3)

Esta medida, naquela altura da mobilização popular, tinha uma dupla característica estratégica, neutralizar a conquista definitiva pretendida pelas recém-organizadas Associações de Moradores, como também dar uma resposta ao reconhecimento público da falência do PROJETO PROFILURB desenvolvido pela COHAB ( conforme nossa menção anterior), fruto de duras críticas pela Assembléia do Povo por não atender as necessidades mínimas dos favelados e também por se constituir num plano de desfavelamento. (vide anexo 4)

Este decreto administrativo, isto é importante destacar, também foi rejeitado politicamente pelos favelados, porque, embora reconhecessem nele a formalização do documento de não remoção dos seus barracos, obstruía realmente a reivindicação definitiva da posse.

Ao mesmo tempo, a Secretaria da Promoção Social organiza um órgão específico de atendimento a favelados, o chamado FUNDAP, cujo primeiro ponto do seu programa trata do estímulo ao retorno dos migrantes ao seu local de origem. (vide anexo 5)

Este fato foi o ponto de partida para o poder público começar a contra-atacar a espontaneidade do movimento popular emergente: concretamente, através de seus funcionários, procura formar Associações de Moradores, chegando inclusive a lançar uma Comissão Pró-Federação de Favelados que, em ato público, também nas escadarias da Prefeitura, defende as propostas de administração municipal e agradece ao prefeito pelo decreto de Permissão de Uso da terra por dez anos.

A efervescência local, estimulada pelo embate de duas tendências dentro do movimento popular, ocupa grandes espaços na imprensa da cidade e começa a dividir posições entre as lideranças faveladas. (vide anexo 6)

Também dentro da própria Assembléia do Povo, forma-se uma proposta de criação, inclusive com estatuto, da sua futura Federação de Associações, destacando todos os obstáculos político-institucionais que atrasam a realização de organizações deste tipo.

Nenhuma dessas duas tentativas de organização colegiada do movimento popular deram certo.

Porém coube à Assembléia do Povo, o papel muito importante de iniciar um conjunto de demarches entre as principais lideranças populares e destacados juristas nacionais, fato este que culminou na ampla discussão de duas leis nacionais, solução final para a questão: a lei federal 4132 de 10/09/62 conhecida por DESAPROPRIAÇÃO por INTERESSE SOCIAL, combinada com o decreto-lei nacional 271 de 28/02/67 conhecido por CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO, assegurando jurídica e definitivamente o direito de todos os posseiros urbanos enquadrados nessa legislação. (vide anexo 7)

No dia 14 de novembro de 1980, nas escadarias da Prefeitura, acontece a maior de todas as assembleias realizadas, onde cerca de 6.000 favelados observam a coordenação de seu movimento entregar ao prefeito um volumoso estudo sobre estas duas leis, reivindicando também em seu bojo, a criação de uma grande comissão paritária para a regulamentação da posse definitiva, através dos respectivos PROJETOS DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA e competente documentação nos cartórios da cidade. (vide anexo 8)

Logo depois desta assembleia, o prefeito noticia na imprensa a determinação da retirada de cerca de 150 assistentes sociais de todas as favelas da cidade, como modo de isentar a participação da administração municipal na organização e controle das Associações de Moradores das favelas.

Ainda, como desdobramento dessa ampla manifestação pública, o prefeito envia a várias entidades da cidade, personalidades jurídicas e aclesiais, cópias de um anteprojeto de lei municipal sobre a posse da terra para ser apreciado e reformulado, antes de dar entrada na Câmara Municipal.

Paralelamente, encaminha a cada uma das Associações de Moradores de favelas, uma autorização à respectiva diretoria de exercer a completa "auto-gestão" do lugar, habilmente colocando um novo papel social a estes atores, provocando mudanças no comportamento social interno com a saída do mediador público e estimulando uma nova redivisão das tarefas de controle social entre lideranças disputando o poder.

Imediatamente após o recebimento deste anteprojeto, a Assembléia do Povo realizou um estudo crítico de seu teor, junto com moradores e especialistas na matéria, considerando ainda, ser esta uma proposta incompleta em relação a muitos aspectos considerados da maior importância pelos próprios posseiros.

Algumas das críticas levantadas: o anteprojeto criava a possibilidade de doação mas não assegurava a posse aos moradores atuais; a desafetação dos bens públicos deveria ser de competência do legislativo mesmo contrariando a atual Lei Orgânica dos Municípios; exclusão do FUNDAP de qualquer procedimento seletivo para a concessão da posse; a concessão do direito real de uso deve ser por tempo indeterminado: o projeto deveria ser amplo a ponto de incluir todas as favelas particulares ( invasões ) bem como aquelas que estavam relacionadas fora da atual Zona de Expansão Urbana da cidade; a transferência do direito de sucessão legítima deveria ser extensiva também a companheiras (os) e a respectivos filhos; e alguns outros detalhes

de menor importância.

Após uma importante audiência com o prefeito, no dia 22 de dezembro de 1980, relatadas as críticas acima mencionadas, o próprio prefeito, reconhecendo a justiça social das mesmas, sugere e convida a Assembléia do Povo a propor um substitutivo global, obedecendo a mesma estrutura do texto anterior e alterando os artigos criticados, além de propor o aceleramento das descrições gráficas dos lugares a serem beneficiados. (vide anexo 9)

Tendo esperança na futura vitória parlamentar e como modo de manter poder de pressão junto aos setores conservadores da opinião pública, bem como atender a urgência dos problemas concretos de espaço em cada favela, foi realizada uma grande reunião de planejamento das atividades de trabalho para o ano de 1981. Estavam presentes nessa reunião todos os representantes das várias Associações envolvidas na questão, sendo decidida nessa oportunidade, a aprovação entre os moradores, dos PROJETOS DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA desenvolvidos, acelerando enfim, o início concreto de um estudo preliminar para a criação daquilo que mais tarde viríamos a chamar de "canteiro de obras permanente". (vide anexo 10)

Detonava-se portanto amplo e irreversível processo social de reorganização física desses lugares públicos, construindo-se algumas sedes de Associação de Moradores em regime de mutirão, do mesmo modo que começavam a se organizar equipes de trabalho para viabilizar as tarefas de derubada e transferência de barracos, buscando abrir espaços para a colocação, por parte do poder público, das necessárias melhorias de infraestrutura.

Finalmente depois de muito planejamento, no dia 14 de junho de 1981, foi realizado o primeiro grande mutirão entre favelados de Campinas, exatamente numa das fave-

las de nosso ESTUDO DE CASO, registrando um marco histórico para a luta desses posseiros. (vide anexo 11)

Esta decisão, foi da maior sabedoria, pois sentindo, através da imprensa, o temor da opinião pública ante a possibilidade de aprovação deste projeto de lei por parte da Câmara, os favelados, percebendo a curta simpatia do prefeito pela proposta, resolvem correr contra o tempo e, acelerando as remoções, comprometeram politicamente o prefeito ( futuro candidato a deputado federal ) a implantar algumas obras reivindicadas.

Elaborado o substitutivo global, encaminhado pelo prefeito à Câmara, foi finalmente, a partir de um conjunto de técnicas parlamentares e expedientes protelatórios no manejo da pauta de trabalhos, rejeitado de madrugada. (vide anexo 12)

Porém ficou marcado como símbolo desta luta popular e fundamento jurídico-político do PROJETO DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA, preciosa etapa na conquista definitiva da terra para esses posseiros urbanos.

A Assembléia do Povo, espaço público construído naqueles dois anos, possibilitando a articulação das organizações de base montadas nos vários bairros da cidade, contribuiu muito até aquela ocasião, para o afloramento social das chamadas lutas urbanas. Seja na sua forma de luta organizada por conquistas gerais pela produção e gestão dos chamados meios de consumo coletivo, seja pela conquista da terra para moradia de posseiros urbanos; buscando sempre, compreender para explicar, as práticas da organização capitalista da cidade, como também, de constituição da cidadania dentro do urbano burguês.

## METODOLOGIA DO PROJETO PILOTO

Resolvemos tomar este quadro, naquele preciso momento, como suporte e referência política para nossa intervenção concreta na questão, como também para a definição do ESTUDO DE CASO em pauta, mesmo porque, tivemos a oportunidade de participar ativamente na definição das diretrizes de ocupação urbana e arquitetônica do referido substitutivo global encaminhado ao prefeito municipal.

Feito o corte histórico, definido o AUTOR também enquanto ATOR participante, passamos a montar um suporte metodológico para projetos específicos de urbanização voltados ao conjunto de agrupamentos de favelas da cidade, ante a postura política apresentada pelo poder público local.

Baseamo-nos na constatação de que, estas terras públicas, antigas praças de loteamentos apressadamente aprovados pela prefeitura, estavam constitucionalmente protegidas pelas figuras da impenhorabilidade e inalienabilidade patrimoniais.

Abriam-se portanto, naquela ocasião singular, perspectivas de novos desenhos de apropriação e exploração de fatias urbanas significativas no conjunto da cidade, adequando a inventividade popular para outros mecanismos de produção e distribuição de moradias.

Estaríamos deste modo, socialmente exercitando outra forma de ocupação territorial, retirando da terra ocupada, exclusivamente seu valor de uso para moradia, ou seja, o interesse social contido na proposta poderia ser a antítese mesmo da troca convencional, verificada nos negócios urbanos.

Como resultado final, pensávamos, os agrupamentos de favelas, resolvidos concretamente caso a caso, poderiam compor uma solução de conjunto, relacionados de um mo

do pensado e aprovado pela circunvisinhança de bairros , contribuindo para a superação da conhecida segregação espacial.

Apostamos numa nova conjuntura econômica e política da cidade, onde preparamos condições para que se constituísse uma política pública por parte do poder municipal, como solução para o atendimento das demandas urbanas dessas camadas populares.

Ponto chave, inclusive, para o equacionamento da atual questão urbana regional e nacional, onde os enormes obstáculos , econômicos, técnicos e culturais, a serem superados para a adequação de novos modos de vida urbana , ainda não foram devidamente estudados.

Portanto, todo o começo ou ponto de partida da prática que colocamos em movimento para a formação desses grandes "canteiros de obras", foi detonado na perspectiva mesma desse PROJETO POLÍTICO , sendo parte orgânica da própria gênese desse movimento popular.

Colocaremos o conjunto das intenções de seu respectivo memorial, paralelamente ao relato de todas as démarches realizadas entre Associações de Moradores e o poder público para sua implantação, para finalmente rediscutirmos a questão, notadamente as transformações concretas sofridas pelas práticas dessa AUTO GESTÃO.

Como havíamos dito, escolhemos como ESTUDO DE CASO, uma significativa amostragem geográfica da decadência da vida contemporânea da cidade, circunscrita por um poliedro formado pelos bairros Jardim Londres, Jardim Campos Elíseos, Vila Perseu Leite de Barros, Jardim Novo Campos Elíseos, Jardim Anchieta, fechando sua geometria pelo Jardim Paulicéia.

Sua localização e pequena distância do centro da cidade, sua excelente rede de acesso e transporte, expli -

cam a importância do lugar, mesmo guardando as estruturais marcas da pobreza urbana; conjuntos de bairros de terra batida e precariedade de oferta de equipamentos de consumo coletivo. Enfim, um quadro de vida popular como qualquer periferia de cidade apressadamente planejada.

Faz parte de um todo maior que compõe a região sudoeste da cidade: espaço urbano de maior densidade demográfica, organizado precariamente por um conjunto de bairros populares e loteamentos clandestinos como o futuro suporte físico-territorial para as populações operárias e o "lumpesinato" urbano dos próximos anos.

Para localizarmos historicamente a gênese dessa estratégia de política urbana, que acabou definindo o que os planejadores urbanos chamam de "vocação" de um território, uma ocupação operária para essa região sudoeste da cidade, deveríamos nos reportar às resoluções propostas pelo PPDI-CAMPINAS encomendado pelo governo Quêrcia, citado nos primeiros parágrafos desta dissertação.

Como tivemos oportunidade de afirmar, tais diretrizes de desenvolvimento físico para a cidade, mesmo não implantadas na sua totalidade, configuraram um elenco de posturas de planejamento a serviço das administrações posteriores, cujo desdobramento urbano está sendo sentido até o presente momento.

Conforme mencionamos, o referido PPDI representou, de certo modo, um divisor de águas que faltava para a antiga cidade do café reorganizar-se espacialmente, dentro da perspectiva de vir a ser "modernizada" pelas políticas do "milagre brasileiro", aliadas a poderosos setores da chamada especulação imobiliária, novos atores que emergiam na arena urbana local.

A cidade, tendo nesse período de sua história profundas alterações de uso do solo, fruto do ganancioso reta

lhamento dos negócios urbanos, definindo o território da implantação futura de seu parque industrial ( aberto a todo tipo de proposta por parte de grupos industriais brasileiros e multinacionais ), acaba desenhando finalmente a ocupação mal conduzida da referida região sudoeste.

Ocupação esta caracterizada pelo papel de reposição físico da força de trabalho, próximo ao conjunto de indústrias em implantação ( o chamado DISTRITO INDUSTRIAL), numa das melhores geografias da cidade, marcadamente plana, acarretando baixo investimento público de urbanização.

Feitas estas considerações gerais acerca da potencialidade futura da mencionada região sudoeste e voltando ao poliedro descrito, resolvemos nele situar o ESTUDO DE CASO. Mesmo porque, todo o trabalho pioneiro de mutirões dentro do movimento dos favelados, ali começava.

Portanto, aquilo que denominamos PROJETO PILOTO de assentamento de posseiros urbanos no chamado "morro dos macacos" ( a enorme depressão topográfica da região observada ), embora mais extenso que o fato avaliado no ESTUDO DE CASO, ficou restrito para fins deste trabalho, a um agrupamento de três favelas, cadastradas pela Secretaria da Promoção Social da Prefeitura Municipal de Campinas sob os números 25, 26 e 29.

Sobre estas acidentadas fatias geográficas, refugadas pelo loteador e abandonadas pelo poder público, aproximadamente 617 famílias de migrantes vindos das mais diversas regiões do Brasil ( vide AUTO CENSO ) estão dividindo entre si uma área global de terra de  $109.870 \text{ m}^2$ , organizando dentro dessas difíceis condições físicas ( vide mapas e fotos ) o espaço da sua vida futura, em condições técnicas definidas e comprovadas pelo PROJETO PILOTO citado.

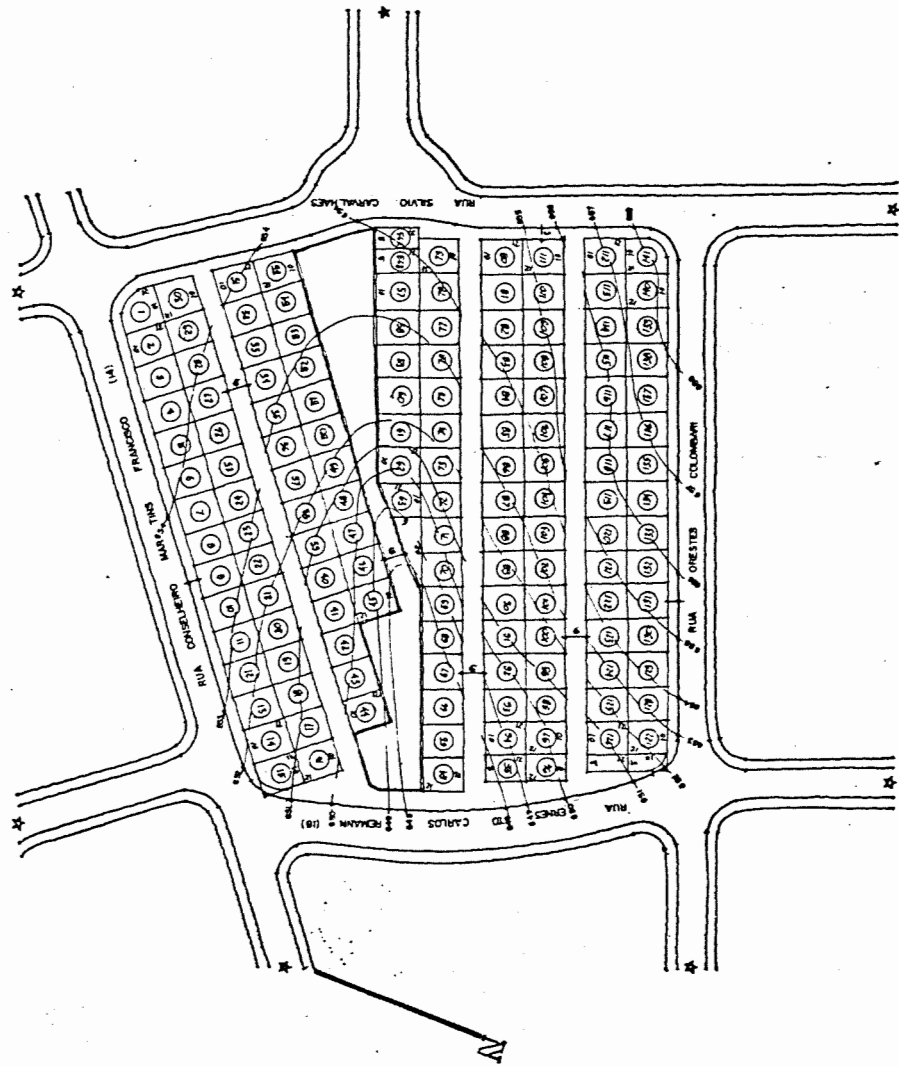
Dadas as limitações gráficas deste texto, resolvemos apresentar de modo breve e sintetizado, apenas os



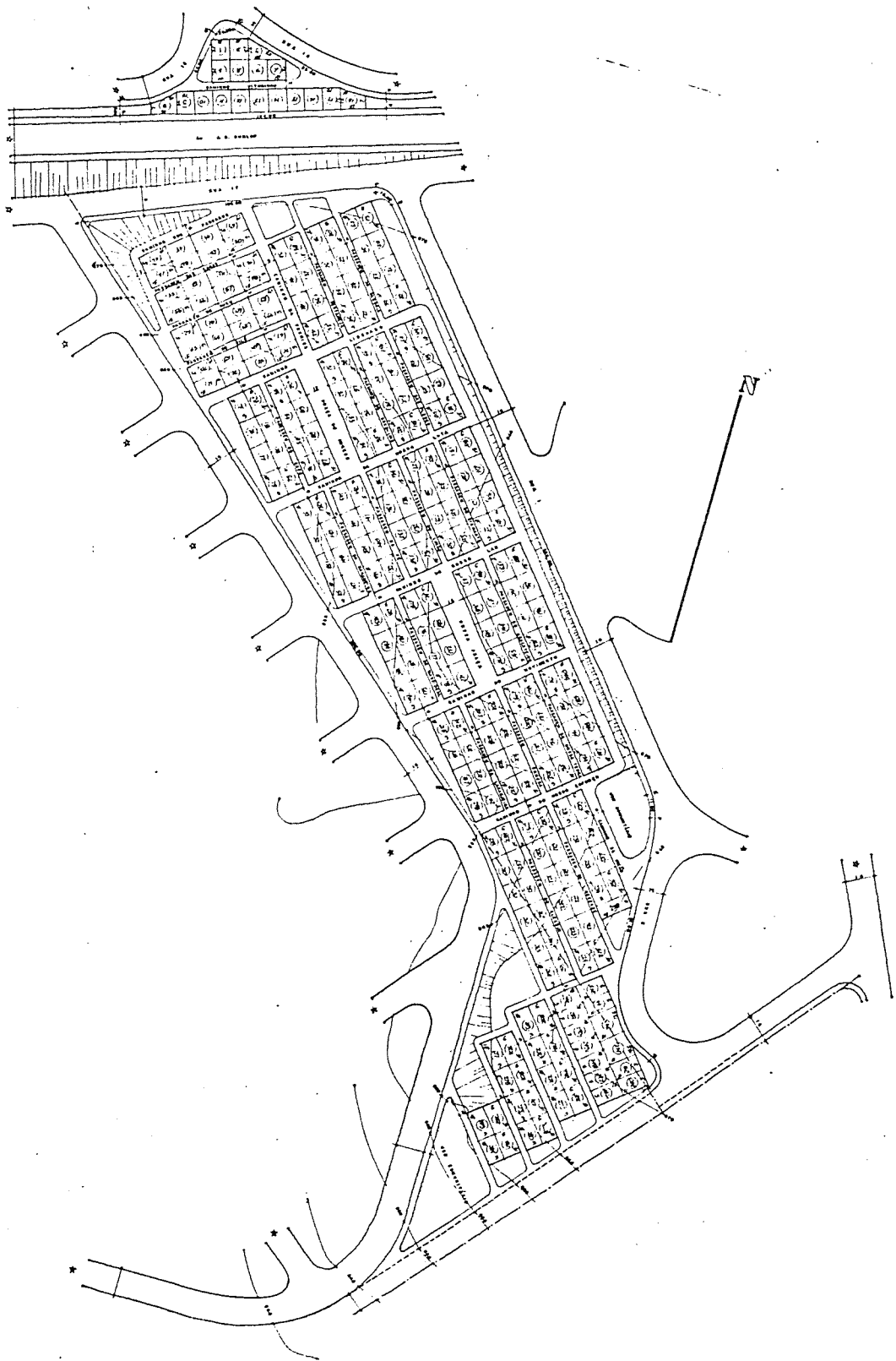


PLANO DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA ESC. 1:1000  
AUTORIA  
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES. FAVELA-CAMPOS ELISEOS  
COOPERAÇÃO TÉCNICA  
ANTONIO DA COSTA SANTOS ARQ. CREA 53 336 D

CAMPOS ELISEOS CÓDIGO 25 AR 12  
ÁREA TOTAL 21070 m<sup>2</sup>  
TERRENOS 15840 m<sup>2</sup>  
USO COMUNITÁRIO 1728 m<sup>2</sup>  
CAMINHOS E  
PASSAGENS 3502 m<sup>2</sup>

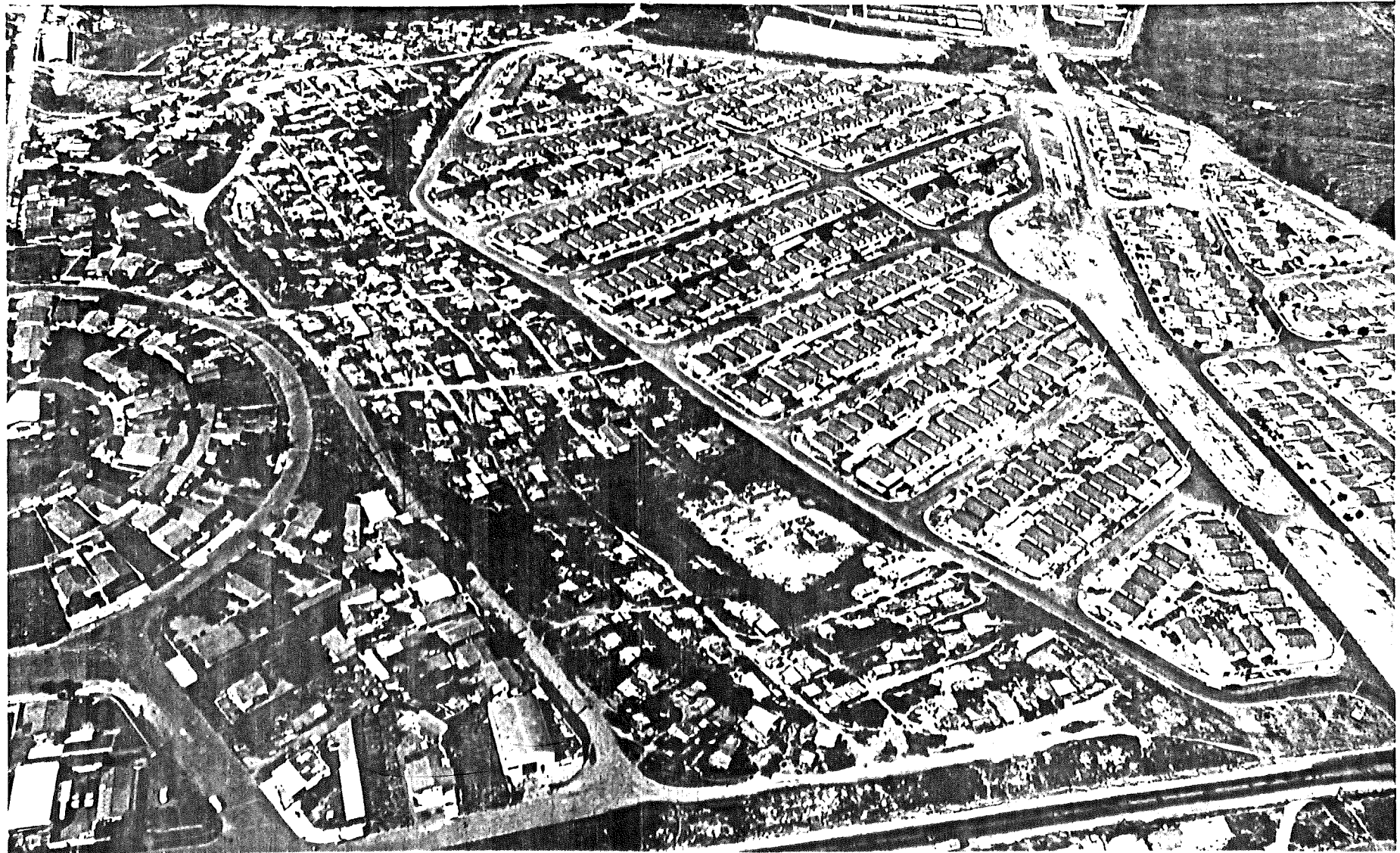


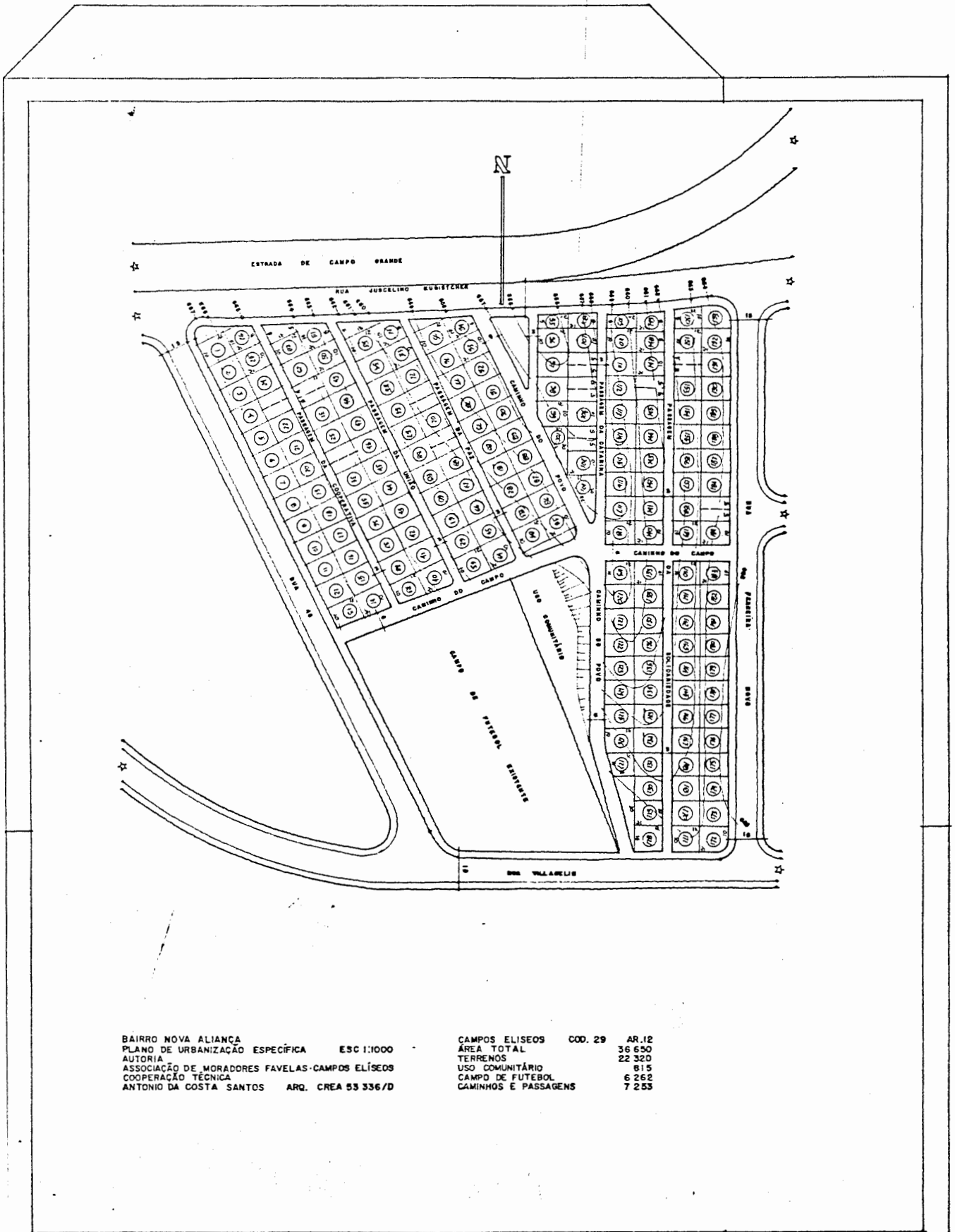




BAIRRO NOVA MORADA  
 PLANO DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA ESCALA 1:1000  
 AUTORIA  
 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES - FAVELA JARDIM LONDRES  
 COOPERAÇÃO TÉCNICA  
 ANTONIO DA COSTA SANTOS - ARQUITETO-CREA 8338/D

LOCALIZAÇÃO  
 PRAÇA 1 - JARDIM LONDRES COD. 26 AN S E 12  
 PRAÇA 2 - JARDIM LONDRES COD. 81 AN S E 12  
 ÁREA TOTAL VIG. DESCRIÇÃO PÚBLICA  
 TERREÇOS 4150 m<sup>2</sup>  
 USO COMUNITÁRIO  
 CAMINHOS E PASSAGENS 11850 m<sup>2</sup>





BAIRRO NOVA ALIANÇA  
 PLANO DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA    ESC 1:1000  
 AUTORIA  
 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES FAVELAS-CAMPOS ELÍSEOS  
 COOPERAÇÃO TÉCNICA  
 ANTONIO DA COSTA SANTOS    ARQ. CREA 53 336/D

CAMPOS ELÍSEOS	COD. 29	AR.12
ÁREA TOTAL		36 650
TERRENOS		22 320
USO COMUNITÁRIO		815
CAMPO DE FUTEBOL		6 262
CAMINHOS E PASSAGENS		7 253



principais dados e fatos ocorridos, retirados de arquivos públicos, recortes da imprensa local, documentos jurídicos e oficiais, como também um resumo gráfico de desenhos e fotos elucidativos, além de depoimentos de pessoas diretamente envolvidas.

Todo este material, projeto e documentação, corresponde a uma prática de investigação dessas experiências realizadas, que, arroladas de um modo organizado, constituem o acervo de um laboratório teórico de prospecção e projeção futuras, dadas as características estratégicas do sítio urbano estudado.

Este texto, ensaio geral desse laboratório, tenta pesquisar suas duas bases metodológicas. Primeiramente ordena as hipóteses de compreensão histórica do ESTUDO DE CASO ( primeiro capítulo e a descrição da entrada do autor nessa prática ) definindo o objeto central da questão. Por último, esboça a explicação do ocorrido tendo como ferramenta principal a análise crítica do AUTO CENSO obtido , passo teórico para o futuro.

O trabalho será também , ponto de partida para desencadear a questão fundamental que nos interessa: o modo como esta específica prática construtiva se desdobra no bojo da divisão social e técnica do trabalho entre as demais práticas sociais. Reporta-se ao esforço cognitivo de montar outro jogo teórico entre espaço e sociedade, urbano e produção , em um determinado momento da vida de Campinas.

Conhecida toda a fundamentação política desta arquitetura pobre, caracterizamos a chave de seu projeto para uma apropriação eminentemente urbana desse lugar. Apropriação porque marca o sentido da dominação técnica sobre a natureza, e urbana porque define e contém a noção de produção industrial contemporânea.

A construção do ator desse desejo urbano , foi

realizada coletivamente, simbolizado numa COMISSÃO DE OBRAS composta pelos melhores profissionais da construção disponíveis em cada um dos lugares, tecnicamente assessorados pelo autor.

Discutimos exaustivamente durante meses, todas as possibilidades concretas de trabalho, buscando definir uma adequada metodologia da prática, para responder ao desafio da solicitação.

Partindo de uma farta coleção de desenhos coletados entre a maioria dos posseiros, chegou-se a uma síntese gráfica competente para direcionar todos os esforços desse desenho coletivo no rumo da configuração simbólica de um mapeamento novo de apropriação da terra e produção de moradias, designado PROJETO DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA.

Este respectivo projeto, nada mais é do que a composição de critérios de divisão da terra e melhoria pública desse lugar ( ante o equívoco da noção vulgar de urbanização da favela ), amarrada geometricamente a uma concepção de arquitetura para vencer a demanda colocada. (11)

Cria também, bases políticas concretas para o estabelecimento de negociações entre atores desse movimento de bairro e o Estado, buscando agendar aquelas responsabilidades e obrigações públicas com as tarefas singulares de auto-gestão da construção dessas casas e mesmo do novo lugar.

(11) "... a urbanização de favelas tem sido entendida e de finida de muitas formas distintas ao longo dos últimos 40 anos. De sinônimo de "saneamento", "limpeza", "melhoria da área", "colocação de infra-estrutura" de serviços básicos, a urbanização passou a ser concebida também como um processo que implica "regularização da posse", "mutirão", "participação da comunidade"..."

Valladares, Lícia do Prado. A propósito da Urbaniz. de Favelas.

Obra citada, página 10.

Buscávamos portanto, na oportunidade desta experiência concreta, colocar metodologicamente a questão do "desenho", enquanto um instrumento possível de conhecimento, situando a condição de produção de uma linguagem de projeto, ou seja, a caracterização experimental do DESENHO como ferramenta social, capaz de revelar em sua linguagem a dialética entre o construir e o viver.

Aprovado por aclamação em assembléias gerais convocadas pelas duas ASSOCIAÇÕES DE MORADORES em pauta, o PROJETO assim definido, passou a ser o guia prático de orientação para qualquer necessidade espacial, seja coletiva ou mesmo doméstica, organizando a difícil desmontagem da velha favela e preparação do novo canteiro de obras do lugar, o nosso objeto pensado.

Passava pelo alvo central do problema a garantia do aprofundamento das relações de vizinhança, penosamente construídas pela história do lugar, única base social para as enormes reconstruções necessárias, em escala urbana bastante considerável.

Com o tempo passamos a chamar esta obra coletiva de PROJETO PILOTO, porque acabou por se tornar no primeiro grande mutirão de favelas de Campinas, abrindo as portas para a efetivação do trabalho proposto, ou seja, deslocamentos simultâneos e sucessivos de barracos após piqueteamento de todo o arruamento projetado. (vide anexo 11)

O tempo gasto nessa primeira grande parte da estratégia, comprova naquela ocasião, o enorme gasto de esforços ainda por se dispender no futuro, e legítima socialmente a presente conquista.

Desenvolvendo portanto, o método criado para a apropriação dessa terra, longa trajetória do barraco à chamada casa de alvenaria, realizou-se outro amplo e demorado trabalho: a completa demarcação dos terrenos (120 e 135m<sup>2</sup>),

totalizando a massa projetada para o ESTUDO DE CASO, provocando derradeira confirmação do objetivo localizado.

A citada arquitetura, embrião e fruto dessa estratégia de reocupação, foi desenhada sobre alguns pilares conceituais, buscando um rendimento apropriado para esse ator coletivo entre sua cultura de origem e a economia contemporânea.

O resultado final do projeto, pensado para a realização solidária da posse dessa terra, deverá conduzir a uma plena socialização no consumo da infra-estrutura urbana a ser conquistada, capaz de permanentemente promover a auto-gestão do local, rebaixando de um lado o custo público de sua execução e, de outro, facilitando o condomínio da manutenção.

A disposição dos quarteirões na topografia e muitas vezes sua micro-organização, agrupando núcleos de vizinhança, cria, por último, condições muito práticas para o exercício coletivo de eficiências públicas nesses serviços urbanos.

Buscando superar soluções individualmente apresentadas e mal conduzidas, que pudessem prejudicar social e tecnicamente a arrancada geral para a acelerada construção desse "bairro-canteiro", repensamos no desenho, o sempre mal apropriado "miolo" de quarteirões.

Comprometemos nessa lógica, o PROJETO DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA, com a agregação, geral e comum ao conjunto de moradores, de suas casas "quatro a quatro"; geminando apenas pelos fundos dado o preconceito popular pelas laterais do terreno, formando blocos hidráulicos de econômica alimentação, dentro de uma escala de abastecimento racionalmente desenhada para todo o conjunto.

Definimos, como tentamos afirmar, um patamar básico de solidariedade de vizinhança, através de afinidade

prática entre grupos de moradores, economicamente pensado para poupar ENERGIA dispendida, MATERIAL porventura ociosamente repetido e CAPITAL cada vez mais difícil de ser acumulado.

A proposta sugere, socialmente, focalização arbitrária de mutirões coletivos de trabalho e festa popular, a serem repetidos quantas vezes forem possíveis e necessários, como ritos de alegria e passagem, sustentados financeiramente através de "caixa única" entre eles mesmos, embrião "pré-cooperativo" maior.

A evolução desta prática de apropriação territorial, tentaria finalmente, resgatar a superação de noções acerca de um possível "mito técnico" representado pelo pensamento da tecnocracia sobre a chamada "urbanização de favelas", muitas vezes manipulado para acobertar a omissão política de administrações públicas e das camadas sociais mais conservadoras.

Consequência dessa estratégia gráfica, a casa resultante tenta resolver, neste canteiro de obras feito "mundo" particular e transitório, uma situação de confronto novo entre o espaço da casa rural perdida e o da chamada popular urbana a se construir.

O detonador desta relação a ser travada, poderia começar, por exemplo, através do modo como o "tático" bloco hidráulico composto pela cozinha e o "desconhecido" banheiro, articula tipologicamente uma difícil travessia cultural: o deslocamento do chamado quintal de fundos para a frente da moradia, agora sobreposto ao doméstico jardim urbano. (vide resultado do AUTO CENSO)

Combinamos, deste modo, a geometria de um vazio frontal, necessário à organização do canteiro de obras particular como também servir para a pousada provisória, com a prática cultural de novos usos e costumes substituindo

Outra utilidade, prática e conceitual, deste arranjo arquitetônico, resolve de certo modo a precariedade espacial, fruto da alta densidade populacional sobre uma acidentada topografia, agregando esses vazios frontais ao estreito arruamento projetado.

Somando e multiplicando essas geometrias, abertas a várias modalidades de convivência, colocamos a cozinha, lugar tradicional do encontro, organizada interna e externamente para o "quintal" da frente, convidando a troca natural entre as pessoas, neste possível "bairro-canteiro".

Considerando as dificuldades de apropriação econômica e cultural da proposta, colocada por todos os envolvidos nesta questão, definimos no arremate da mesma, uma possibilidade gradual para cada família fornecer sua resposta ao problema. Partindo de uma tática construtiva centrada no bloco hidráulico descrito, montamos um jogo de peças, onde cada "chefe de família" escolhe a melhor adequação a sua necessidade de vida familiar.

Este jogo padroniza consensualmente três esquemas ou escalas oferecidas pelas respectivas Comissões de Obras de cada uma das Associações de Moradores: a casa pequena, média ou grande, além de permitir as duas primeiras seu desenvolvimento planejado para a última delas.

Resumindo, diríamos que a estratégia desta arquitetura, apontou como saída a longo prazo do problema, uma esquematização que organizasse as condições gerais desse canteiro de obras, buscando passo a passo com a própria população, uma caracterização formal para essa experiência.

Nesse sentido, montamos em conjunto com cada Associação de Moradores uma prática de atendimento caso a caso, formalizada através de plantões cronogramados, onde

cada chefe de família recebia apenas sua respectiva planta baixa, anotada em seu terreno e com orientação de buscar , ele mesmo, a materialização formal que mais lhe agradasse.

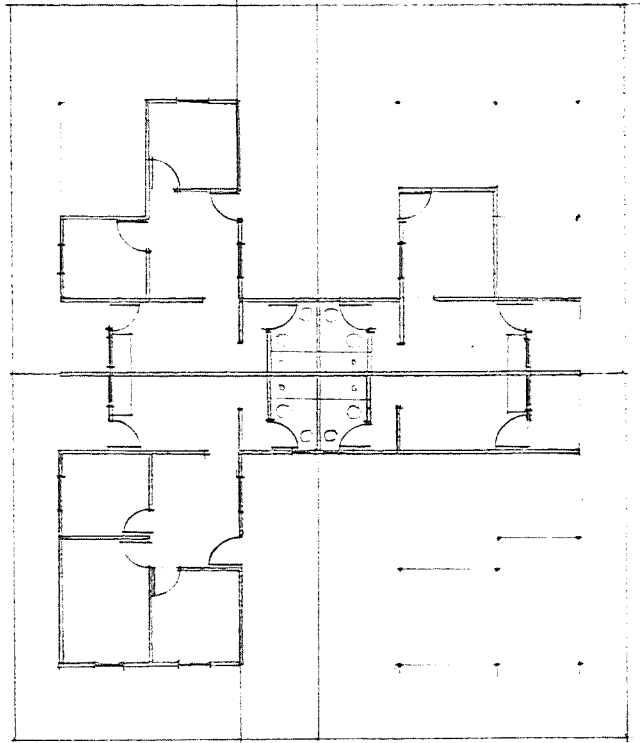
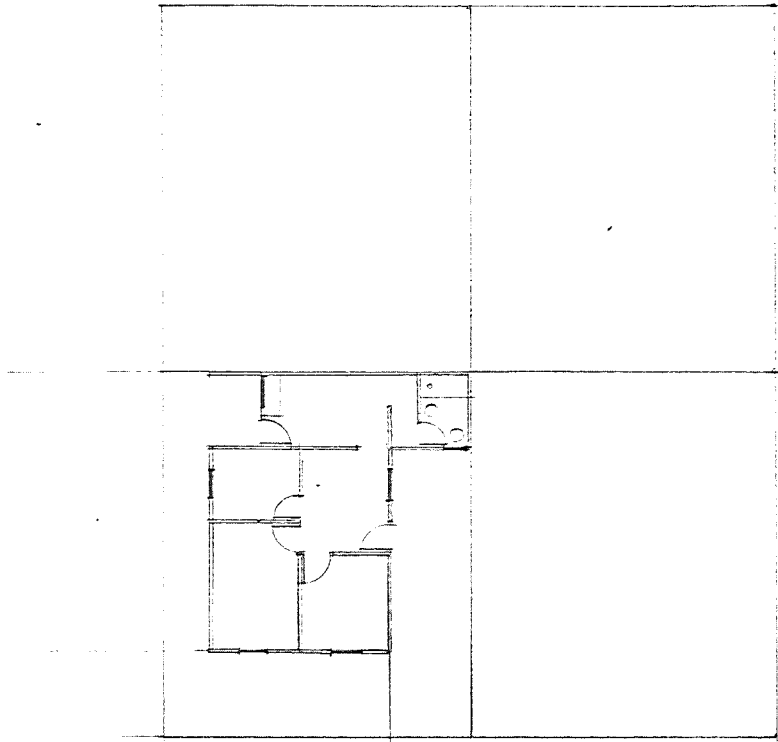
O desenho resultante dessa prática começaria a recolher, portanto, toda e qualquer modalidade tecno-constructiva, abrindo amplas possibilidades de pesquisa material e formal que cotidianamente a prática popular descobre e inventa, para posteriormente buscar no bojo desta, aquela proposição de melhor rendimento social.

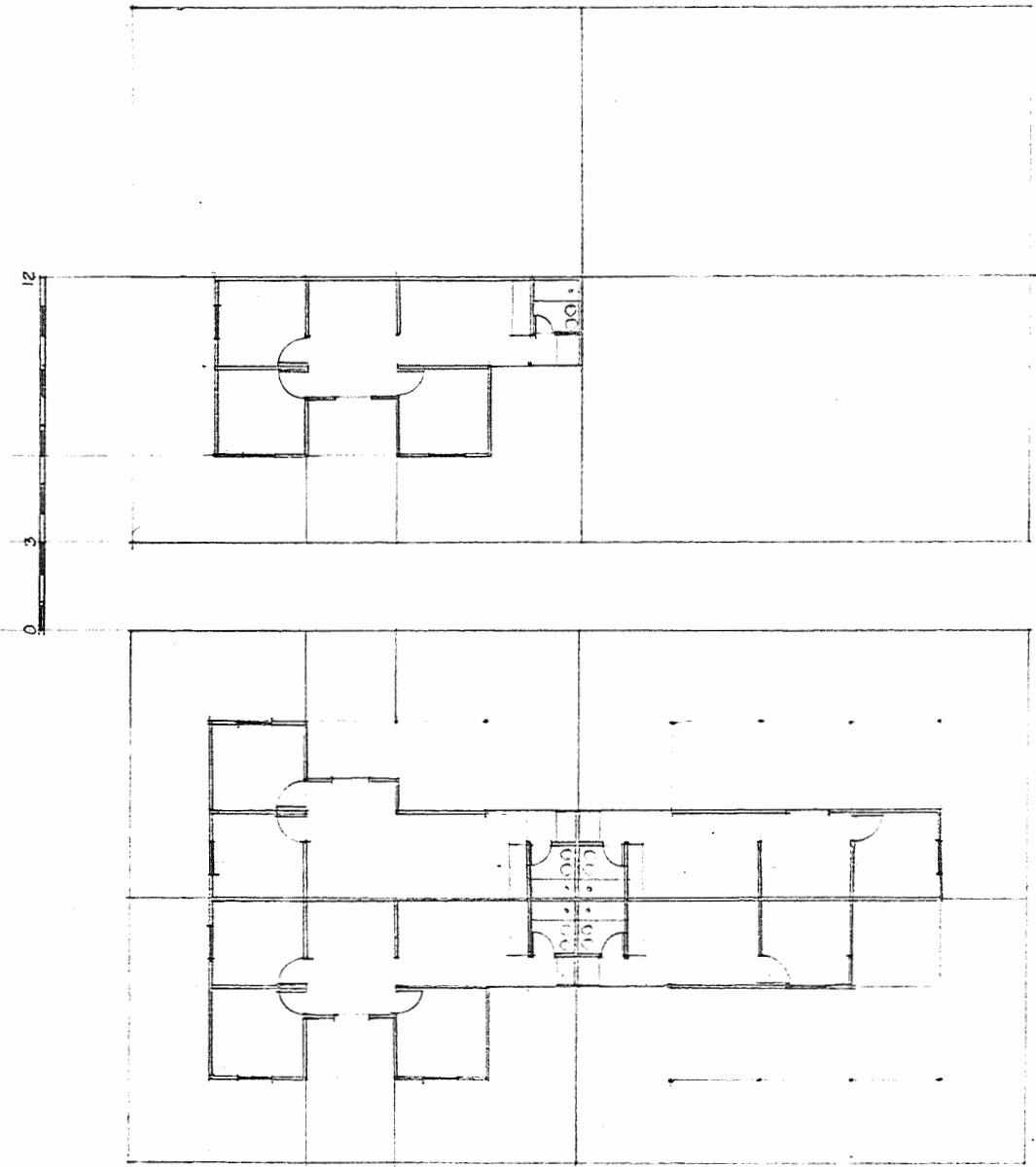
O binômio central dessa estratégia, espaço construído versus esforço dispendido, devidamente dosado, permitiria organizar ao longo do tempo o canteiro de obras planejado, lugar de auto-experimento e da convivência generosa, base de um futuro bairro ou , quem sabe, lugar apenas da espera para as mudanças urbanas que poderão vir.

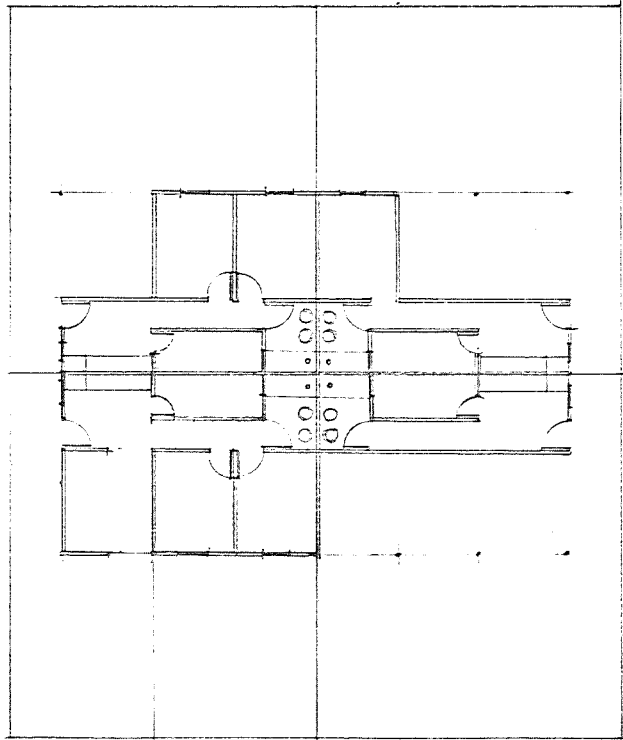
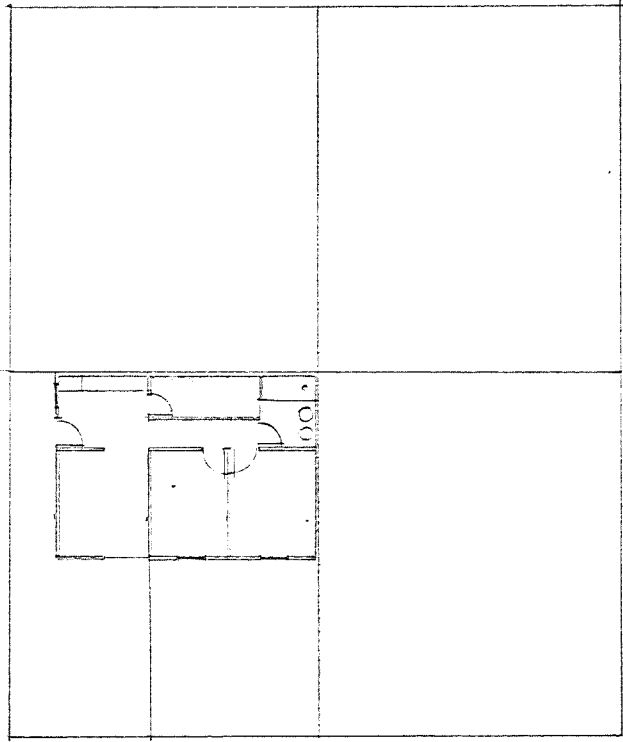
Definir como meta, apenas a chamada organização das condições gerais básicas desse território, enquanto um projeto claro de intenções, mostrou na prática local ser o melhor modo de articular as negociações políticas entre posseiros e o Estado, garantindo também, a própria liberdade formal de cada morador.

Dada a ocupação primitiva do lugar, onde cada morador construía com as próprias mãos a fronteira de sua posse individual, avançamos agora, para a determinação coletiva de novos limites, partindo de uma geometria estabelecida consensualmente, buscando sempre, a travessia de sua consciência individual de posse para a constituição de um ator socialmente novo: o POSSEIRO COLETIVO.

Mesmo sabendo que pessoas economicamente oprimidas, socialmente marginalizadas e politicamente desorganizadas levam tempo na trajetória de conquistar uma forma de convivência de superior qualidade, fundamentamos a arquitetura exatamente como contraponto às possíveis limitações







pe<sup>so</sup>ais, como uma referência ou indicação concreta do pró<sup>prio</sup> processo de transformação solicitado pelo empreendi<sup>mento</sup>.

Assiscamos portanto, sobre um conjunto preliminar de intenções políticas e uma base econômica ainda desconhecida naquela ocasião, uma saída nova de espaço coletivo: apropriação das fronteiras domésticas para além da soleira da porta, visando sobretudo na auto-gestão desse canteiro de obras, a constituição fundamental da cidadania.

Aqui comparece, o caráter da utopia enquanto categoria filosófica de projeto, presente em qualquer projeto de transformação de uma estrutura velha para nova, e o da arquitetura de um modo muito especial, que nos difere e nos define entre as conhecidas posturas pragmáticas ou idealistas.

Como a chave da questão analisada, passa por uma planificação econômica, baseada numa "cooperação" mercantilizada entre o conjunto desta população e a sociedade de um modo geral, surgirá o embate teórico e concreto entre a proposta da auto-gestão popular e o papel do Estado.

Riscando essa arquitetura, descrevemos hipoteticamente seu memorial, relacionando material, tempo e energia da força de trabalho a serem gastos para a definição deste canteiro de obras, no limite virtual de virem a ser bairros organizados.

Achamos desnecessário neste ESTUDO DE CASO a aritmética deste incrível esforço social para mudar a face pobre da cidade. Nos contentamos em propor aqui, uma saída tipológica particular, voltada a estimular esforços coordenados em uma gestão popular, mecanismo de produção e distribuição de moradias, simbolizando numa arquitetura que materializasse o significado da força dessa luta popular.

Todo o projeto foi desenhado para ser auto-deter

minado, ou seja, foi tocado em seu coração, o desdobramento espacial permanente e produção economicamente pensada para a cooperação e solidariedade entre seus atores. Seu futuro desenvolvimento tentará, dentro da difícil realidade nacional, ampliar propostas e criar mecanismos, buscando saídas práticas ou uma espinha dorsal nova, desta conhecida e convencional estrutura manufatureira da construção civil.

Sabemos que a chamada forma manufatureira de cooperação complexa e serial, constitui o modo dominante da produção de qualquer arquitetura urbana em países do terceiro mundo como o nosso.

Porém, como a forma da manufatura desse fazer é considerada historicamente transitória, estruturando um modo ainda não perfeitamente adaptado ao domínio real do capital, a direção e a consequente gestão assumem papéis distintos em diferentes práticas concretas, sejam específicas e diferenciadas, num mesmo momento social ou mesmo em determinadas etapas do conjunto de toda a produção.

Vejamos rapidamente algumas características mais gerais desta afirmação teórica, para seu posterior balizamento com nossa proposição de uma forma política de economia para a arquitetura deste ESTUDO DE CASO.

A principal questão a ser pensada, sempre e em qualquer possível quadro de referências exigido por um projeto de arquitetura, é o modo como a prática proposta pelo seu desenho, uma prática entre as demais práticas socialmente organizadas e historicamente determinadas, realiza seu papel ou sua parte na construção do que chamamos urbano contemporâneo.

A contribuição deste PROJETO PILOTO, foi o de tentar organizar uma forma pensada de cooperação complexa entre estes posseiros, orquestrada por um mecanismo especí

fico da manufatura, conhecido como "trabalhador coletivo", formado pela combinação cadenciada de vários trabalhadores "parcelados" porque especializados, cujo principal papel seria o de recolher a massa das tarefas dispersas neste território estudado, para formalizar o objeto desta produção. (12)

Este projeto, procura buscar novas relações de convivência entre operários marginalizados socialmente (maioria dos posseiros pertencem ao setor da construção civil) e os atores de uma possível emancipação, buscando sempre substituir as regras externas a que estão submetidos pelas

(12) Objeto, entendido aqui como um canteiro de obras organizado, talvez um tanto distanciado do sentido de uma mercadoria como outra qualquer, produzida dentro das condições gerais da forma manufatureira: habilidade manual parcelada e condicionada pela estrutura de poder centralizado, mantido em qualquer canteiro de obras.

Nessas situações, como sabemos, as tarefas separadas dos trabalhadores parcelados aparecem mais ou menos reveladas ou mascaradas, enquanto uma parte dessa mercadoria realizada pelos trabalhos compostos no objeto final.

A conhecida estrutura de poder montada sempre nesses canteiros de obras, articulará despoticamente a lógica mesma da própria produção "forçadamente cooperativa" (técnica de produção) com a prática "notadamente capitalista" de exploração das chamadas mais-valias absoluta e relativa (técnica de dominação).

Corolário disso, o corpo abstrato (porque casual) do mecanismo do trabalhador coletivo em pauta, constituído e totalizado, aparece travestido pelo proprietário dos meios de produção: despreocupado com o acerto social da produção, acaba colocando o capital como fiscalizador e principalmente como unificador das tarefas divididas entre força produtiva do trabalhador parcelado e seu produto final coletivo. A organização do trabalho, deste modo, escondida debaixo da falsa aparência de neutralidade técnica das práticas da manufatura, revela o poder e exercita a alienação, como faces da necessária violência à conhecida exploração e reprodução do capital.

Como teste a esta afirmativa, basta verificar uma contradição embutida nessa prática: o forçado estreitamento dos laços de cooperação espontaneamente provocado pela natureza mesma da manufatura e acirrado pela ganância de máxima exploração de mais-valia relativa, pode catalizar fato potencialmente ameaçador, perigosa situação, devidamente reprimida.

Basta verificarmos o fenômeno imposto da alta rotatividade dos empregos ligados à construção civil e a precariedade

da sobrevivência entre seus pares, vizinhos, amigos e parentes, buscando saídas práticas através do exercício de formas de cooperação natural.

Troca contraditória, que exatamente se constitui a abertura de espaço para novas possibilidades de desenho neste projeto de posseiros; ou seja, buscamos no território em disputa pela posse, reconhecer e enfrentar as deformações técnicas e sociais contidas nessas experiências de auto-gestão, tendo como direção e sentido a busca de novas perspectivas para a ampliação dos limites impostos.

O projeto deste modo, a partir de uma prática "marginal e maldita" de produção, gestão e reprodução das condições de existência do quadro de vida popular, espaço onde vêm se agravando ampliadamente as contradições sociais urbanas, tentaria contribuir, como um ESTUDO DE CASO, para retirar alguns nexos causais capazes de levantar hipóteses de futuros desdobramentos.

Como vimos atrás, a gestão de qualquer canteiro de obras, maior ou menor, aparece distintamente caracterizada a cada determinação de uma prática proposta: resgatando a idéia política da questão urbana deste ESTUDO DE CASO, poderíamos então, contrapor ao caráter heterônomo das práticas convencionais, uma organização sustentada na auto-determinação do canteiro sugerido.

da situação sindical desses trabalhadores urbanos, consequência mesma da importância virtual de sua possível organização autônoma.

Rápida conclusão, portanto, esta forma heterônoma de manufatura, verificada na produção da arquitetura e de um modo geral do urbano capitalista, só pode ser compreendida e explicada finalmente, como uma das manifestações concretas e necessariamente contraditória da chamada luta de classes localizada na produção social.

Referência teórica: Marx, Karl. División del Trabajo y Manufatura, El Capital, vol. I. páginas 272 a 301

Ferro, Sérgio. O Canteiro e o Desenho páginas 19 a 32.

Como naquela ocasião política, contávamos no bojo da mobilização popular com lideranças e moradores dispostos a constituir um trabalhador coletivo, baseado na solidariedade conquistada, antítese do convencional, afirmávamos nesse suporte material oferecido a busca de um outro e novo fazer.

Desenhávamos portanto, a promoção imaginada de uma organização social de posseiros, tentando criar no conjunto de algumas casas ou mesmo dentro da própria gestão de todo o canteiro de obras, um espaço cultural de aprendizagem permanente sobre as coisas do trabalho urbano e a vida atual.

Particularmente ao autor, foi muito importante nesse projeto, resgatar o desenho, dentro de seu conceito melhor apropriado, a ferramenta da prática social de arquitetura ( que a diferencia entre as demais ), capaz de, mesmo envolvido nas contradições entre o capital e o trabalho, situar o contorno da contribuição na figura caótica do urbano.

Ante sua conhecida origem histórica, notadamente identificada com a própria gênese da questão capitalista , voltada portanto para a realização mercantilizada da arquitetura, buscávamos nesta nova referência concreta, um outro exercício gráfico. (13)

O compromisso da constituição de um "outro" trabalhador coletivo, descobria e recolocava o desenho como uma ferramenta coletiva apontada para o aprofundamento de seu "saber real" ( progresso do conhecimento ) descolando-

(13) Para um melhor aprofundamento das relações do desenho de arquitetura com a organização do trabalho no canteiro de obras, consultar: Ferro, Sérgio. O Canteiro e o Desenho

-o momentaneamente das outras formas, violentadas pelo "falso saber" (técnica de dominação), enquanto uma busca de remoção de alguns conhecidos obstáculos atuais da manufatura.

Observando inicialmente a primeira metade da questão, relativa à produção mesma dessa arquitetura, levantamos uma trinca de procedimentos a serem buscados pela própria lógica do desenho escolhido, designando ligações experimentais novas entre a FORMA, o TEMPO e a PRÁTICA dessa produção.

Quanto à FORMA dessa produção planejada, o próprio PROJETO DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA, definindo agrupamentos de casas e arranjos de quarteirões, exige uma adequada e precisa divisão de tarefas entre as várias equipes de trabalho.

Tal procedimento, obrigatório em qualquer esquema convencional, requer aqui cuidados extras de organização, motivado pelas relações que os posseiros estabelecem espontaneamente e na maioria das vezes de modo esporádico, consequência direta de seu quadro de vida.

Como verificamos desde já, a determinação concreta do chamado mecanismo do trabalhador coletivo acontece em nosso caso, temporária e politicamente, assumindo formas e posturas produtivas decorrentes do ritmo democrático da própria auto-gestão.

Imaginamos um mínimo de quatro equipes responsáveis por todo o conjunto dessas tarefas, montadas por profissionais do ramo, residentes no próprio local, demolidores, pedreiros, carpinteiros, encanadores e eletricitas; enfim, pessoas que voluntária ou contratualmente cederiam folgas de fim de semana, férias anuais e mesmo a própria condição de desemprego, para o êxito do projeto de todos os companheiros.

Exemplificando as dificuldades sugeridas, pudemos observar as pessoas da equipe de demolidores, especificamente formada para deslocar barracos, abrindo espaços para as futuras construções, como também para socorrer a precariedade da pousada provisória, chamando até mesmo a participação de líderes da própria Associação, como forma de legitimar esta tarefa chave de vencer resistências de alguns posseiros de acentuada consciência individualista.

A equipe de pedreiros e carpinteiros, por exemplo, poderia tirar proveito da geminação estrutural proposta para os fundos de cada terreno, para solucionar as dificuldades de terraplanagem, vencendo cortes, aterros e arrimos necessários, produzindo em escala plural as fundações mínimas para todos, ponto de partida para a economia seguinte.

Arrematando a construção das condições mínimas planejadas como suporte para as casas de alvenaria, encanadores montariam as instalações hidráulicas, alimentação de água pública e escoamento de esgotos, por blocos de quatro moradias, segundo a orientação do projeto, descrita alguns parágrafos atrás.

Esta hipótese de solidariedade planejada, equipes de especialistas preparados para uma estratégia produtiva do conjunto, pressupunha uma exemplar pedagogia para o trabalho, definindo na divisão geral do trabalho e no detalhe construtivo, através de aulas práticas e montagem de pequenas oficinas, formas concretas de pré-cooperação preliminar, base mesma da futura cooperativa imaginada, pensada para respaldar tudo, através de uma estrutura mista de produção, consumo e serviços.

PRODUÇÃO, porque seria necessário montar oficinas de produção de materiais novos e adequados ante o porte construtivo da empreitada, respeitando as recomendações

técnicas de controle de qualidade sugeridas no projeto de lei apresentado à Câmara de Vereadores da cidade, e respondendo ao rápido desejo de efetivação do canteiro de obras.

Chama atenção a obrigação jurídica de verificar criticamente toda a legislação reguladora de cooperativas de produção ( com muito pouca tradição entre nós ) e em particular a necessidade de analisar a questão trabalhista nela imbricada, visto que esta proposta manipula em seu bojo contradições difíceis entre os operários cooperados , vizinhos e companheiros do mesmo lugar de vida. (vide anexo 18)

CONSUMO, porque seria necessário realizar um mínimo de compras, consumo concentrado em materiais estritamente básicos, comprados diretamente da sua própria fonte de fabricação e estocados em depósito central para seu posterior uso social.

Retira-se portanto destas compras, a máxima racionalização na distribuição do benefício conquistado, sempre verificando possibilidades do parque regional da construção civil e aspectos de legislação tributária visando medidas protecionistas.

SERVIÇOS, porque seria necessário reorganizar social e tecnicamente, as divisões de tarefas entre as numerosas equipes de moradores, como veremos mais adiante, articulando de outro modo o conjunto de trabalhos sucessivos e simultâneos, base para a solução do conflito técnico entre a desmontagem da favela e a construção do futuro "bairro-canteiro".

Superadas estas questões tecno-produtivas, restaram ainda outras difíceis práticas entre todos os hipotéticos cooperados, para a necessária socialização da distribuição e apropriação das futuras casas construídas, buscando uma correta base popular de assentamento.

Deixaremos para o último capítulo deste texto, a análise institucional para este projeto cooperativo visto que, como sabemos, a atual legislação praticamente proíbe esta realização desejada.

O outro aspecto fundamental, o planejamento do TEMPO dessa produção hipotética, necessariamente obrigatório para qualquer definição de uma política de financiamento, deverá tratar de dupla questão. Primeiramente equacionar as dificuldades de melhoria salarial e condições de trabalho dessas camadas populares e, em segundo lugar, investigar outra relação entre os conhecidos princípios da sucessão e simultaneidade na manufatura.

Esta última questão levanta, talvez, o problema crucial de toda e qualquer prática artesanal. A dificuldade coletiva a ser enfrentada, para o complexo dimensionamento do universo de tarefas parceladas necessárias para o resultado final da produção, compondo a partir de um correspondente número de operários, específicas relações de trabalho para a realização do produto final ( casa e o canteiro geral ).

Relações estas, adequadas também a um cronograma geral e muito mais à definição da ordem como os profissionais envolvidos colocarão suas contribuições parceladas na prática socialmente detonada, sucessiva ou simultaneamente, podendo desdobrar no modo dessa articulação os resultados mais surpreendentes.

Toda a estrutura da manufatura convencional está baseada no domínio temporal do princípio da sucessão sobre o da simultaneidade. Por isso mesmo, sua aplicação mecanicista para ambientes coletivos de produção como estes, sempre será equivocada, porque não foi definida para situações de estímulo à cooperação na produção. Muito pelo contrário, como afirmamos atrás, organizando para dominar um resulta-

do meramente mercantil da produção, constrange e bloqueia outras manifestações do chamado trabalhador coletivo.

Este PROJETO PILOTO, tinha determinadas características teóricas e políticas de experimentação. Nunca tivemos dúvidas em desenhar o escopo de um projeto, também no mundo da produção, tão pouco estudado. Onde a hipótese de investigação sobre o significado da arquitetura nesta experiência, pudesse balizar com muito rigor, a contradição apontada, entre ser uma forma de aquisição social de conhecimento ( onde o desenho se compromete com a própria emancipação maior ) ou apenas, mais uma vez, a vulgarização de um domínio autoritário desse fazer ( onde o desenho realiza uma técnica de dominação ).

Por estas razões, o PROJETO DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA, ou o esquema de massa pensado para a constituição de um novo projeto de CANTEIRO DE OBRAS, estudou com muita atenção o conflito comum verificado em algumas formas de mutirão, decorrente, na maioria das vezes, do descolamento entre a intenção construtiva e a realidade prática.

Quando se imagina a heterogeneidade etária e funcional dos atores desta experiência realizada, como o único componente possível para a definição do ator principal, o sempre mencionado trabalhador coletivo, retirado praticamente da contribuição voluntária ou sub-remunerada da força de trabalho, percebemos os perigos de se negligenciar a colocação de cada pessoa ( realçando suas habilidades técnicas e sociais específicas ) no seu lugar e tempo produtivo adequado.

O desfecho do conjunto de preocupações levantadas naquela ocasião de elaboração do projeto passava, por último, por uma reflexão antecipada acerca de sua PRÁTICA, depois de considerada dentro da idéia central de uma manufatura destacadamente cooperativa.



O desenho resultante, esquematizando as condições gerais do canteiro e procurando a liberdade formal de cada moradia, levaria a uma certa normalização material, dimensões e procedimentos de manejo do território, como um modo de garantir na precariedade física desses lugares, a necessária segurança e saúde para o porte deste trabalho.

Sabemos da ausência quase absoluta de procedimentos desta natureza nas construções urbanas, como também, do volume desumano de acidentes de trabalho decorrentes das péssimas condições de segurança, de um lado, e, de outro, da ausência de pesquisa efetiva no ramo por parte não apenas das universidades, mas de todo o Brasil.

Completando, faltaria apenas observar os desdobramentos possíveis, dentro de uma dupla e necessária natureza do projeto, ou seja, o caráter de reprodução regional destas práticas de auto-gestão, citado nas páginas anteriores, avaliando finalmente uma modesta contribuição sobre o significado social deste fazer.

Como corolário dos princípios ou fundamentos da economia política desta arquitetura imaginada, ficaria registrado pelos verdadeiros sujeitos do saber e do saber fazer nesta prática, duas proposições: o desenho voltado para a pedagogia da produção projetada e a preservação do acervo formado pelo conhecimento acumulado.

A primeira proposição resgata o sentido epistemológico desejado, abraçando contribuições interdisciplinares, notadamente as da pedagogia contemporânea como método de tomada de conhecimento do mundo objetivo e, a segunda, o sentido destes canteiros como obra ou PATRIMÔNIO COLETIVO dessa população de posseiros urbanos, ensaio geral de uma prática nova e de uma cultura urbana para o futuro.

## NEGOCIAÇÕES POLÍTICAS

Após esta apresentação do memorial de intenções do PROJETO PILOTO, passaremos a relatar o conjunto das demarches realizadas entre os principais atores coletivos deste jogo urbano; favelados, opinião pública, Câmara e Prefeitura, para podermos observar as grandes transformações havidas no encaminhamento da questão central e seus reflexos na alteração deste respectivo memorial de arquitetura.

Voltando à descrição dos fatos anteriores, o mencionado substitutivo global, encaminhado ao prefeito e enviado à Câmara na forma de Projeto de Lei, foi finalmente "rejeitado" ou melhor dizendo "modificado", através de expedientes parlamentares os mais anti-democráticos.

Julgado preliminarmente como matéria constitucional, pela Comissão de Justiça da Câmara, colocado na pauta de sucessivas sessões foi, na madrugada de 27 de fevereiro de 1981, alvo de uma habilidosa manobra de introdução de substitutivo, desmontando praticamente toda sua estrutura lógica.

Constrangidos pela legalidade do projeto e arrojados pela presença popular, os vereadores aprovam na íntegra a proposta da concessão do direito real de uso para os posseiros, mas através do referido substitutivo, "transfere" a referida concessão das praças públicas ocupadas para os bens patrimoniais da Prefeitura, suas autarquias e empresas de economia mista.

Conhecendo a realidade da política urbana local e a disponibilidade de bens patrimoniais da Prefeitura, os vereadores localizam a única gleba possível de se enquadrar na proposta: uma área ociosa, porém reduzida para a população da demanda, situada no território projetado recentemente

para o DISTRITO INDUSTRIAL da cidade, perto do atual aeroporto de Viracopos.

Alvo de protestos populares e da Igreja, mas apoiada pelos setores mais conservadores da cidade, a idéia maquiavélica funcionaria, pois contentaria parcialmente o desejo de posse, erradicando os posseiros para longe do olhar "misericordioso" da sociedade.

Além da descabida proposta de deslocamento, somente comparável historicamente a situações de guerra, trazia em seu bojo uma curiosa coincidência: a referida gleba ociosa estava hipotecada judicialmente pelo processo de liquidação da empresa de economia mista denominada EMDEC, exatamente a mesma criada durante o governo Quéricia, para a gestão do PPDI-CAMPINAS, por ele encomendado. (vide anexo 13)

Conforme a praxe constitucional, o projeto-substitutivo voltou para as mãos do prefeito, para sua promulgação ou rejeição, debaixo de enorme expectativa pública, acirrada pela emergência de troca de denúncias entre alguns vereadores e a cúpula da igreja local e o adoecimento do prefeito.

Durante seu período de convalescença, o prefeito Francisco Amaral estuda com seus assessores diretamente comprometidos com a luta parlamentar e consulta as principais lideranças populares sobre a tática decisiva. No dia 31 de março de 1981, significativa data, nestes últimos vinte anos de governo militar e, véspera do tradicional dia da mentira, o prefeito reassume o cargo, assina o projeto-substitutivo com "veto parcial" na sala de reuniões de seu gabinete, diante de toda a imprensa local.

O veto parcial colocado significou verdadeiro golpe de mestre sobre a Câmara, pois complementava o projeto através de um decreto administrativo, determinando que

todas as praças públicas ocupadas passariam, a partir daquela data, a ser propriedade da Prefeitura Municipal de Campinas. Ou seja, realizou a chamada desafetação de bens de uso comum para a categoria de bens patrimoniais, reenquadrando todas as favelas no escopo original do projeto de lei.

O ambiente urbano cada vez mais agitado ; festa nas favelas ante a conquista, revolta da opinião pública contra o jogo político entre Câmara e Prefeitura e violentos ataques por parte da imprensa local, compunham o quadro daquele momento. (vide anexo 14)

O jogo estabelecido tinha duas regras contraditoriamente determinadas entre os parceiros: de um lado a argumentação do executivo contrária à competência da Câmara para legislar sobre qualquer modalidade de decreto administrativo; do outro lado, a possibilidade de proposição de "impeachment" do prefeito baseada no desrespeito ao atual texto constitucional.

Finalmente, o lance final da contenda foi dado no dia 27 de abril de 1981, com a reação dos vereadores , derrubando o veto parcial do prefeito e anulando consequentemente o efeito do decreto paralelo, fazendo com que o projeto praticamente fosse descartado, fato ocorrido alguns meses depois, através de mais dois substitutivos propostos por dois vereadores. (vide anexo 15)

O prefeito, desgastado politicamente, alegando desilusão ante a falta de apoio público por parte dos favelados naquela oportunidade, e motivos de saúde, ameaça renunciar e terminar sua carreira política: Conseguindo da Câmara licença do cargo por 120 dias, deixa apenas registrado, como "conquista" dos favelados aquele decreto de permissão de uso por dez anos.

Desde esta data nunca mais houve condição objeti

va para a realização de um ato público como os anteriores.

Assumindo a administração municipal o vice-prefeito, houve mudança radical de relacionamento entre as partes envolvidas. Cessaram as audiências de gabinete, passando o vice-prefeito a comandar a situação com uma nova palavra de ordem.

Baseada numa tática de ganhar tempo para a diluição das contradições em embate, a proposta sugerida foi a de organizar um amplo debate público entre os atores da questão, preparado por uma mesa moderadora composta por representantes da Câmara, Prefeitura e Igreja.

Durante três dias, 14, 15, e 16 de agosto de 1981, foi então realizado o Seminário Municipal, com ampla participação popular e cobertura da imprensa, garantido pela presença de apenas uma das duas tendências políticas do movimento de favelados. A ausência marcante da chamada Assembleia do Povo, serviu apenas como forma de protesto, contra o modo como a mesa organizou o evento. (vide anexo 16)

Esta omissão, a própria organização, bem como as conclusões finais do Seminário, começam a representar concretamente a decomposição do referido projeto político da luta dos favelados, fazendo com que os esforços somados até aquela oportunidade retornassem ao patamar quase inicial, aprofundando as divisões entre atores.

O documento aprovado, bastante genérico, afirma o direito à terra de uma forma legal, recomenda a fixação dos posseiros nos locais respectivos, reconhece o direito de participação dos favelados na urbanização, construção e financiamento de moradias, conclamando, por último, a "unificação" das duas tendências políticas referidas.

Entramos no ano eleitoral de 1982 e, como era de se esperar, as costumeiras práticas de clientelismo político começam a surgir. O prefeito reassume e, junto com seu

vice, decide, no dia 20 de janeiro, destinar uma verba de Cr\$ 100 milhões para "urbanizar" apenas três significativas favelas ( mais pela acomodação das divisões políticas havidas, do que pelo porte das mesmas ) sem contudo resolver a questão jurídica da posse. Em outras palavras, ganhava-se dividendo político ao mesmo tempo em que se testava um eficiente "balão de ensaio".

Através de um acordo com as respectivas Associações de Moradores escolhidas ( uma delas objeto de nosso ESTUDO DE CASO ), caberia à Prefeitura toda a parte de terraplanagem e construção de galerias, sendo que a instalação da rede hidráulica seria feita por uma troca de materiais por mão de obra, entre a SANASA-SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A. - e grupos de mutirão, recrutados entre os próprios moradores de cada lugar. (vide anexo 17)

Chegamos às vésperas das eleições. O prefeito e seu vice, contrariando comentários anteriores, resolvem se desincompatibilizar de seus cargos para concorrerem respectivamente a deputado federal e prefeito pelo PMDB. Deixam, como herança política, uma desarticulação total de qualquer tentativa coletiva de protesto pela legalização da posse da terra, através do investimento realizado em apenas três delas, com o tradicional argumento de falta de verbas para as demais, fazendo vistas grossas ao detonamento de construções desorganizadas, parceladas e individualizadas dentro da anarquia reinante, surgidas ao reboque desses expedientes de gabinete.

Outro fato notável a ser destacado, no resgate da trajetória desta mobilização popular, é que o prefeito que assume temporariamente o cargo pertencia ao PDS e era presidente da Câmara Municipal, além de ter se destacado como um dos principais articuladores da derrota parlamen -

tar de nosso projeto de lei.

Esta simples constatação do momento político permite vislumbrar, às vésperas de eleições, o ambiente de completa cooptação de lideranças, corrupção, "rachas" e disputas entre líderes, comícios de falsas promessas e, por último, a quebra definitiva da antiga solidariedade coletiva. Enfim, o desenvolvimento de todo aquele conjunto de sintomas políticos que os cientistas sociais tanto conhecem neste país.

Resumindo; este último prefeito faleceu recentemente, o penúltimo conseguiu eleger-se prefeito da cidade com o apoio do anterior que, por sua vez, também se elegeu deputado federal da República.

Estes acontecimentos trouxeram como consequência prática a diluição profunda do significado político maior de todo o esforço de organização anterior, deformando mesmo, o método e o resultado do PROJETO PILOTO realizado.

Isto justificou plenamente nosso projeto de pesquisa sobre toda a intervenção efetivada, através de uma prática de AUTO CENSO, auxiliada por QUESTIONÁRIOS DE HISTÓRIA DE VIDA E DOMICÍLIO.

#### A PESQUISA FEITA: AUTO CENSO ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO DE HISTÓRIA DE VIDA E DOMICÍLIO

Introduzimos, portanto, a tarefa final desta pesquisa.

Como afirmamos na introdução, montamos uma metodologia de trabalho sustentada por uma dupla tarefa: descrita a trajetória inicial desta mobilização, como acabamos de fazer, passaríamos a interpretar as respostas fornecidas pela pesquisa acima mencionada. Tentaremos, no balanço final dessas tarefas, compreender e explicar o espaço

resultante entre a intenção inicial do projeto e a distância da obra em andamento.

A primeira dificuldade enfrentada nesta etapa foi a elaboração eficiente do próprio QUESTIONÁRIO.

Depois de ampla discussão teórica, baseada em bibliografia específica sobre a matéria, bem como do levantamento das principais preocupações metodológicas envolvidas, além de sucessivas consultas aos dirigentes das ASSOCIAÇÕES, definimos uma estratégia apontada para a realização de um AUTO CENSO entre a população estudada.

A proposta exerceu natural desdobramento do conjunto das intenções do próprio PROJETO PILOTO e um grande fascínio intelectual, nela detectando uma possibilidade de garantia da liberdade de manifestação para um coleta completa de informações, colocadas a serviço da própria AUTO ORGANIZAÇÃO daqueles moradores.

Embora atentos aos perigos da aplicação de uma estratégia deste tipo, onde várias deformações estatísticas pudessem ocorrer, consideramos ser importante a AUTO CONSTITUIÇÃO política de uma opinião geral, sobre sua própria condição de vida e perspectivas de uma superação.

Como se trata de um ESTUDO DE CASO, no qual o autor é pesquisador participante durante os últimos cinco anos nesse próprio lugar, ficamos muito à vontade para precisarmos com segurança os limites da proposta e a veracidade das informações coletadas.

Tentamos exaustivamente promover, através de muitas reuniões com os moradores, a combinação final do suporte acadêmico montado com uma possível prática popular de enquete, materializada no modelo resultante do QUESTIONÁRIO DE HISTÓRIA DE VIDA E DOMICÍLIO. (vide anexo 19)

Achávamos naquela ocasião que sendo o questionário o depositário da "história abreviada" da casa do mi-

grante, onde se cruzam os componentes PASSADO, PRESENTE e FUTURO, exigindo da pessoa pesquisada e do pesquisador um esforço simultâneo de memória e projeção, nada melhor que este último fôsse membro da própria comunidade, facilitando o necessário trânsito existencial exigido.

Assim, foi possível agregar entrevistadores naturalmente preparados numa equipe livre de uma hipotética tutela e censura por parte das duas ASSOCIAÇÕES DE MORADORES. (vide anexo 20)

Definida a estrutura de pesquisa, organizamos um mapeamento de todos os quarteirões para a divisão do trabalho, onde pudemos realizar minuciosos e cronometrados treinamentos, esclarecendo dúvidas de toda natureza, desde questões linguísticas e formas de abordagem, até problemas de conteúdo da própria pesquisa. Finalmente, conscientes de todos os problemas típicos a serem enfrentados, começamos a praticar sua aplicação.

Imaginada a dificuldade de manipular o volume e detalhamento exagerado dos questionários, tivemos de criar um método de leitura dos mesmos, a construir através do programa eleito ( SPSS ), o desenho final da pesquisa.

Buscamos nesta fase preliminar da leitura, através de uma tradução rápida e de uma disposição gráfica selecionada entre todos os tópicos do QUESTIONÁRIO, detectar de um lado os problemas relacionados a absenteísmo nas respostas dos entrevistados, de outro lado, aqueles problemas relacionados a eventuais contradições entre as respostas, quando confrontadas.

Chegamos ao final desta etapa analítica com a constatação que a suspeita de absenteísmo se reduzira a uma escala menor do que a esperada ( dadas as dificuldades naturais desta metodologia adotada ), cabendo, por último, o destaque do resultado, à quase absoluta ausência de con-

tradições entre todas as respostas do QUESTIONÁRIO, configurando portanto uma verdadeira "radiografia" do universo observado.

Ato seguinte, teríamos de superar a dificuldade de interpretar as respostas de nossos questionários extremamente exigentes, elegendo para isso um determinado e competente "software" para análises estatísticas gerais. (14)

Superado todo o exercício analítico, vejamos agora como o resultado final da pesquisa nos auxiliou a compreender e explicar aquilo que chamamos a distância real entre o memorial de intenções do PROJETO PILOTO e a realização concreta do mesmo.

Trataremos de medir as chamadas contradições, sempre existentes entre projeto e prática, pedra angular deste texto, tentando descobrir o melhor método de "travessia" dessa realidade. Para tanto deveremos fazer alguns esclarecimentos a respeito das questões estatística e metodológica utilizadas.

A primeira consideração refere-se à homogeneidade estrutural, física e social, verificada neste agrupamento das três favelas aqui estudadas. Este fato levou o autor a agregar todas as respostas num mesmo universo estatístico de famílias, facilitando a leitura crítica das distribuições de frequências e cruzamentos de tabelas.

A outra observação prende-se à própria utilização de censo para o ESTUDO DE CASO, dentro do universo pre

(14) Avaliamos ter sido o chamado SPSS (STATISTICAL PACKAGE FOR THE SOCIAL SCIENCES - SPSS 10 - VERSION 6.02 B - 1976 - UNIVERSITY OF PITTSBURGH), o pacote de programas que capacitou, hoje, este pesquisador a realizar diferentes tipos de procedimentos estatísticos para análise de dados de uma simples e portanto conveniente para a nossa finalidade. Todo o trabalho foi realizado no CENTRO DE COMPUTAÇÃO DA UNICAMP através do computador DIGITAL PDP-10.

visto para as ( três favelas ) 617 famílias a serem assentadas pelo PROJETO PILOTO; ou seja, considerando um excedente de dez por cento de terrenos desenhados ( folga razoável para uma experiência como esta ) teríamos uma população real de aproximadamente 550 famílias residindo nesses locais.

O censo resultante, apontou 492 questionários respondidos (89,5%) para o exame do ESTUDO DE CASO, representando praticamente a população total das tres favelas.

Desse universo obtido, subtraímos 38 questionários respondidos, referentes aos casos específicos de moradores que estavam construindo naquele momento ou mesmo morando na casa pronta, tendo estas pessoas apenas respondido às questões sobre ESPAÇO CONSTRUIDO e ESFORÇO DISPENDIDO. Utilizamos estes casos específicos, como veremos logo abaixo, exclusivamente para ilustrar os problemas da arquitetura produzida, sem contudo desqualificar o próprio universo.

Portanto, todas as respostas coletadas pelo QUESTIONÁRIO DE HISTÓRIA DE VIDA E DOMICILIO, que passaremos a interpretar, estão referenciadas a um total de 454 questionários, a expressiva parcela de oitenta e dois por cento da população de posseiros existentes neste agrupamento de favelas.

Configuramos deste modo dois blocos de respostas obtidas: o primeiro, menor, organizando as respostas dadas pelos 38 entrevistados sobre as possíveis deformações arquitetônicas havidas, através dos quesitos ESPAÇO CONSTRUIDO e ESFORÇO DISPENDIDO. O segundo, maior, recolhe as respostas numa tentativa de "caracterizar" o chamado PERFIL cultural, político e econômico desse POSSEIRO COLETIVO (através de seu perfil familiar e de renda, modo de migração e moradia anterior, fixação na favela, consciência política

e de posse, finalizando com a percepção de perspectivas futuras de agregação social) registrada pelos 454 casos estudados.

#### CONTRADIÇÕES NA LUTA: QUEBRA DA ORGANIZAÇÃO POPULAR E EXPEDIENTES DE GABINETE

Depois destas considerações, começemos a descrever as deformações ocorridas no PROJETO PILOTO, fruto de problemas surgidos, desde questões internas à própria organização popular, passando por fatos heterônomos, decorrentes da intervenção da administração municipal.

Conforme constatamos, a ausência de uma política pública adequada, permite a execução de expedientes de gabinete cada vez mais frequentes, atendendo de modo clientelista às demandas gerais dessa população, causando a fratura das forças sociais dessa mobilização popular.

O novo governo municipal estimula esse cômodo axioma do paternalismo: logo após a posse, promete resolver a questão das favelas, restringindo pela fachada o "comércio" e ampliação do número de barracos através da assinatura de um polêmico decreto administrativo e, ao mesmo tempo, convoca ASSOCIAÇÕES DE MORADORES para debater a concessão da posse definitiva. (vide anexo 21)

Alegando dificuldades de natureza técnica, social e política, o prefeito se manifesta contrário à legalização da posse anteceder qualquer instalação de infraestrutura básica ou mesmo à realização de um número significativo de obras por parte dos construtores de cada lugar. Coloca, portanto, taticamente o poder público, enquanto uma paciente administração municipal que exercita apenas a legitimação dessa situação urbana. Encastelado nesta posição, o prefeito aceita conceder juridicamente a posse definitiva,

porém caso a caso e gradualmente, como desdobramento posterior a cada auto-construção geral em cada uma das favelas.

Publicamente mostra o desejo de resolver a miséria urbana através de textos e assinaturas e, antagonicamente, desempenha no bojo da mobilização popular um tratamento pragmático e material para o formalismo da concessão prometida.

Esta estratégia esclarecida de dominação política, monta um competente rolo compressor sobre o movimento de favelados. Arrasa definitivamente com nosso PROJETO DE LEI descrito anteriormente, pois retira da agenda de governo o orçamento das obras de infra-estrutura a todas as favelas a serem beneficiadas com a medida, além de provocar desdobramentos sociais de difícil dimensionamento histórico.

Começa por provocar uma fonte permanente de atritos entre ASSOCIAÇÕES DE FAVELADOS ( realizando a luta da resistência ) e SOCIEDADES AMIGOS DE BAIRRO ( promovendo a luta da expulsão ), e termina por estabelecer, ante a omissão, um ambiente de desestabilização geral, contribuindo para a definição de uma péssima qualidade construtiva, na gestão espontânea dessas práticas produtivas. (vide anexo 22)

Acelerando artificialmente a velocidade das construções de moradias ( conquista secundária ) e retardando concretamente a localização da posse definitiva e obras públicas necessárias para um bom suporte arquitetônico ( conquista principal ), dentro da lógica do "quem chega primeiro leva", dificulta a gestão coletiva, confunde o papel dos atores principais e acaba controlando a apropriação política de qualquer saldo resultante.

Arrematando possíveis vieses e consequências posteriores dessa estratégia, bloqueia a organização e reali-

zação de qualquer forma de manifestação popular, quer seja espontaneamente manifestada em ato público, ou aparelhada por partidos de oposição.

Deforma, porque, nos territórios da natureza dos estudados aqui, a questão jurídica e a chamada infra-estrutura urbana são o suporte necessário para se começar a pensar numa prática razoável de arquitetura. Nunca o contrário, pois acaba retirando desses posseiros em trânsito para a cidadania seu principal trunfo, o chamado PODER DE BARGANHA política.

Como facilmente se deduz, as dificuldades de "auto-construção desses bairros" aumentam, ante o equívoco dessa definição colocada e, então, o poder público apresenta obstáculos de vulgar aceitação lógica, jogando nas costas dos favelados a responsabilidade política do fato, adiando para o futuro distante o enfrentamento das necessidades concretas dessas multidões de despossuídos.

Segundo o ponto de vista deste autor, duplamente respaldado por pesquisa de campo e também pelo fato de ser ator participante em todos os momentos das práticas construtivas e de negociação com a Prefeitura, esta estratégia, acima apontada, possui uma competente instrumentalização.

Além dos pequenos "aparelho-escritórios" montados por vereadores (tanto de situação como da oposição) para o encaminhamento das reivindicações de seus "clientes" junto a alguns setores das ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, muitas vezes controladas politicamente, a base mesma dessa instrumentalização está assentada em dois suportes institucionais montados pelo atual prefeito municipal.

O primeiro deles, e mais antigo, o chamado FUNDAP, como vimos anteriormente, uma espécie de colegiado composto por lideranças faveladas "convidadas", e o segundo, a recém criada GERÊNCIA DE FAVELAS com características de ór

ção inter-departamental; ambos desvinculados da SECRETARIA DA PROMOÇÃO SOCIAL, a administradora da pobreza local. (vide anexo 23)

Estes suportes de negociação pública, ganham força administrativa, após a fracassada tentativa da COHAB-CAMPINAS ocorrida em 1983, de preparar um programa habitacional da série PROMORAR-BNH para algumas das maiores favelas da cidade. (vide anexo 24)

O ambicioso projeto, divulgado na ocasião de nosso AUTO-CENSO ( vide estatística da resposta popular a ele) morreu no próprio nascedouro; vítima de sua própria contradição em financiar a fundo perdido contra uma absurda hipoteca da concessão do direito real de uso ( inalienável e impenhorável ), como também do afloramento da crise aguda do SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO, ocorrida naquele exato momento histórico.

Tentando ganhar espaço no vácuo desse fracasso institucional, o FUNDAP abandona aquele papel assistencialista inicial e passa a esboçar iniciativas políticas parciais e fisicamente pontuais para uma possível proposta de financiamento de aquisição de materiais de construção.

Vendendo a ideologia e não a prática do cooperativismo ( dadas as contradições institucionais existentes), promove uma mecânica de concentração de capital, recolhido indiretamente pelas ASSOCIAÇÕES DE MORADORES; e, através da articulação de depósitos em conta própria na chamada NOSSA CAIXA MUNICIPAL, gerencia a operação de compra e financiamento dos materiais básicos.

Estas ASSOCIAÇÕES portanto, ansiosas de ver progredir o desejo da posse definitiva pelas regras do jogo, acabam se envolvendo num conjunto de contradições entre os atores "de cima" e os outros "de baixo". (vide anexo 25)

As respectivas diretorias, pressionadas por essa

promoção, passam a acumular na sua legitimação social, um outro e estranho papel, passando a ser coletoras das minúsculas contribuições dos favelados "cadastrados", sem o mínimo resguardo contábil, assumindo os riscos de virem a ser alvo de desestabilização política, heteronomamente estimulada a qualquer "irregularidade" no manejo desse capital.

Deste modo, sobre aquela antiga dotação orçamentária embutida no próprio decreto de sua criação, o FUNDAP operaria agora o dinheiro do povo através de uma "política de financiamento" a longo prazo, sem juros e correção monetária, retribuindo o gesto da confiança "depositada" com parcelados fornecimentos de material de construção.

A montagem pelos de "cima" desse teatro financeiro, coloca os principais atores populares em constante estado de policiamento entre os de "Baixo", fruto mesmo da referida armadilha e acaba, pelo menos por um longo tempo, com qualquer possibilidade de resgate da necessária autonomia para a completa auto-gestão de uma verdadeira "pré-cooperativa".

Estabelecido esse motor para a aceleração da velocidade prevista pelos de "cima", caberia agora, como oficina a essa estranha performance, um papel especial para a chamada GERÊNCIA DE FAVELAS.

A própria semântica do termo denuncia a finalidade burocrática do serviço a ser executado: através de uma encenação de controle técnico, aprova ou rejeita os encaminhamentos de PROJETOS DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA, eliminando o caráter de autoria das ASSOCIAÇÕES DE MORADORES e transferindo uma "hipotética" fiscalização das obras alheias para as suas próprias mãos.

Para as demais favelas que não tiveram a oportunidade de se organizar em volta de um plano de ação, contam

do com uma contribuição técnica como em nosso ESTUDO DE CASO, voluntária e gratuita, a própria GERÊNCIA se encarrega de "propor" a realização do mesmo.

Como a GERÊNCIA criada não produz nenhuma política pública para o tratamento da questão, seus respectivos projetos, são normalmente elaborados sobre uma prancheta distante do sítio estudado, produtos de uma carência de método é técnica especializados para a novidade construtiva a ser enfrentada, vindo a ser uma mera reprodução de práticas convencionais de projeção.

Fugiria de nossa dissertação, o arrolamento do enorme conjunto de problemas físicos, surgidos através desse empiricismo, acobertado publicamente pela opinião mitificada que os de "fora" têm sobre as dificuldades técnicas envolvidas na questão.

Vimos portanto, pelo nosso ponto de vista, o omissso papel político e econômico desempenhado pelo poder público, relegando a esses dois órgãos uma apropriação clientelista da máquina administrativa, tecnicamente utilizada de modo ocioso, e a promoção assistencialista segundo os melhores padrões do conhecido paternalismo de estado.

O próprio enfraquecimento da organização popular, consequência de uma questão mais ampla, contribue também para a deformação do PROJETO PILOTO que estamos investigando neste trabalho.

Somam-se a estes cinco anos de luta do movimento de favelas em nossa cidade, o acirramento dramático da situação econômica nacional, obrigando as camadas populares a suportarem altas taxas de desemprego e arrocho salarial, precisamente no momento mais crucial para a realização deste projeto.

A referida falta de estabilidade de emprego e o empobrecimento galopante conduzem a um desfecho dramático

da estratégia de resistência desses posseiros urbanos: muitas vezes, antigos moradores acabam abandonando o lugar, construindo clandestinamente o chamado "direito" permitido de posse, rompendo a construção de algumas relações fundamentais de vizinhança.

Embora socialmente reconhecidos, passadas as últimas eleições, continuam politicamente desorganizados, contribuindo ainda mais para o rebaixamento interno das exigidas condições de cooperação coletiva, abrindo espaço desnecessário para o exacerbamento do individualismo entre as poucas lideranças e os fracos atores produtivos dessas pesadas auto-construções urbanas.

Exemplos dessas afirmações não faltam; desde a localização de bolsões de "peleguismo" e continuismo político de direções mantidas pelo próprio voto popular, exibicionismo competitivo entre as vizinhanças pela corrida à casa própria, e até mesmo, o constante afastamento participativo daqueles primeiros construtores satisfeitos.

Entretanto, como veremos, permanece o conteúdo básico da proposta geral, capaz de movimentar essas multidões para a realização, mesmo que reduzida pelos acontecimentos, do chamado PROJETO DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA.

#### ESPAÇO CONSTRUIDO E ESFORÇO DISPENDIDO

O conjunto de fotos aéreas e a iconografia de campo, ilustram muito bem a hipótese a ser perseguida. Sobre eles, lancemos os primeiros dados da pesquisa para caracterizarmos a deformação ocorrida, através da leitura dos quesitos respondidos sobre o ESPAÇO CONSTRUIDO versus ESFORÇO DISPENDIDO, pelos trinta e oito chefes de família que estavam construindo naquela oportunidade.

Embora uma das três favelas que estamos estudan-

do tenha "ganho" antes das eleições a infra-estrutura projetada, conforme havíamos citado, seu resultado espacial qu se que se nivela com as outras duas, ante o vazio deixado pelas novas regras do jogo, mostrando construções crescendo através de uma aceleração conjuntural, distantes de uma gestão originalmente organizada entre os próprios moradores do lugar.

Desde a data da realização de nosso AUTO CENSO até o presente momento desta redação, constatamos a elevação do reduzido número de trinta e oito casos estudados para um total de 312 construções.

Todavia esse conjunto de casas, construídas posteriormente, mantém as mesmas e repetidas tipologias estruturais levantadas pela pesquisa, não invalidando todas as análises que foram feitas. Muito bem, colocadas estas considerações, observemos agora as respostas fornecidas aos quesitos sobre o primeiro segmento deste bloco, designado formas de controle do projeto.

Utilizamos essa definição para expressarmos os vários procedimentos de trabalho da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES para garantir a realização planejada e a legitimação social do respectivo PROJETO DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA.

Desdobrando este primeiro segmento de quesitos, apresentamos em seguida o quadro das relações entre o ESPAÇO CONSTRUIDO e o conseqüente ESFORÇO DISPENDIDO, arrematando assim o relato das chamadas deformações havidas e, in introduzindo ao segundo e derradeiro conjunto de quesitos, a constituição do PERFIL desse POSSEIRO COLETIVO.

A conclusão deste capítulo, possibilitará assim, uma confrontação entre esta tipologia resultante, com o padrão da MORADIA ANTERIOR, onde todas as 454 famílias analisadas tiveram experiências de vida mais demorada.

Perguntados sobre as formas mencionadas de con-

trole do projeto geral e das respectivas moradias, os 38 chefes de família entrevistados consideraram importante a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES exercer a completa fiscalização técnica e o controle na distribuição das plantas baixas ( 100% ) como também, definir a tipologia para as mesmas em três grandezas construtivas. (15)

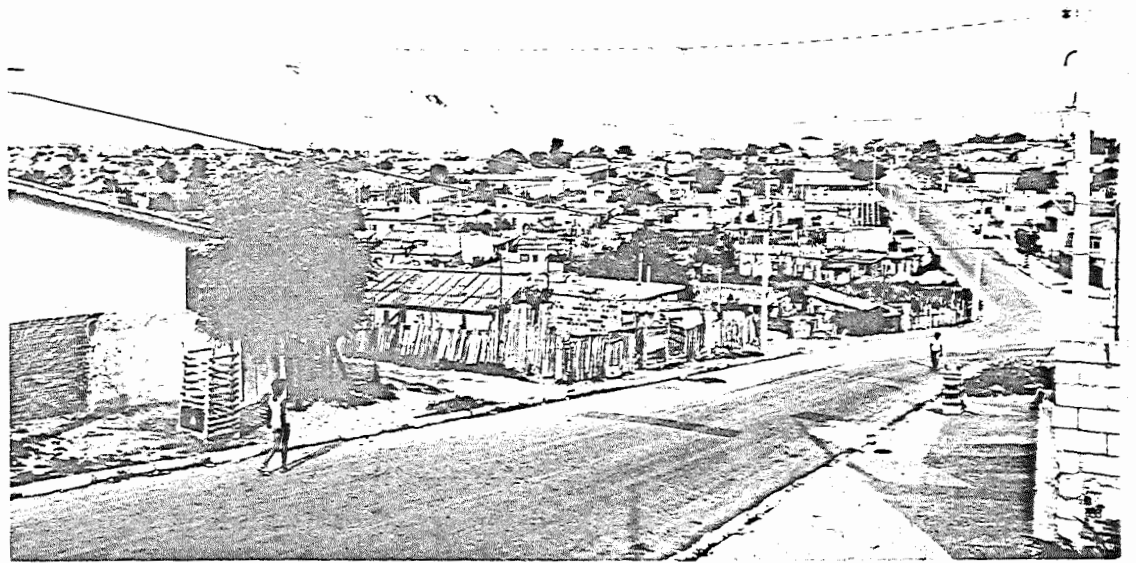
Tipologia, como vimos, baseada no esquema coletivo de construção de blocos hidráulicos e agrupamentos de vizinhança quatro a quatro. Sentimos na pesquisa uma queda da unanimidade anterior, agora dividida entre opiniões favoráveis ( 52,6% ) e contrárias ( 31,6% ).

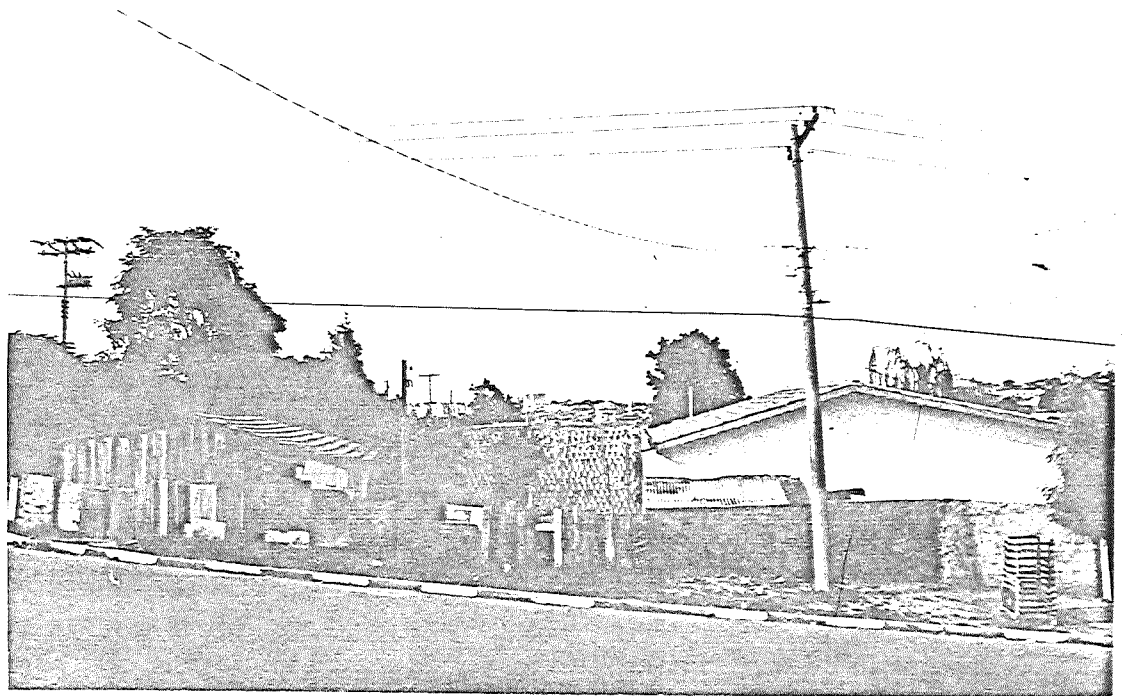
Embora não constatada nesta pesquisa, pudemos verificar no cotidiano das obras, muitas desavenças entre vizinhos, motivadas pelo encontro de paredes limítrofes com pequenos obstáculos físicos, partes de barracos e algumas cercas mal removidas, pertencentes à outra parte envolvida.

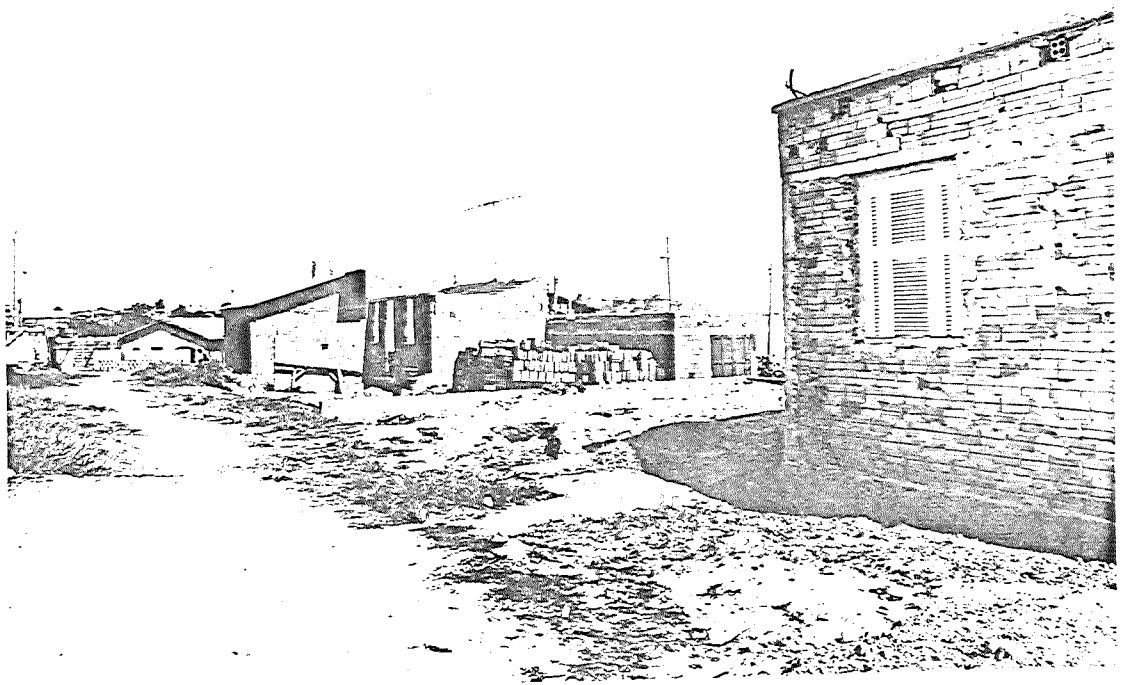
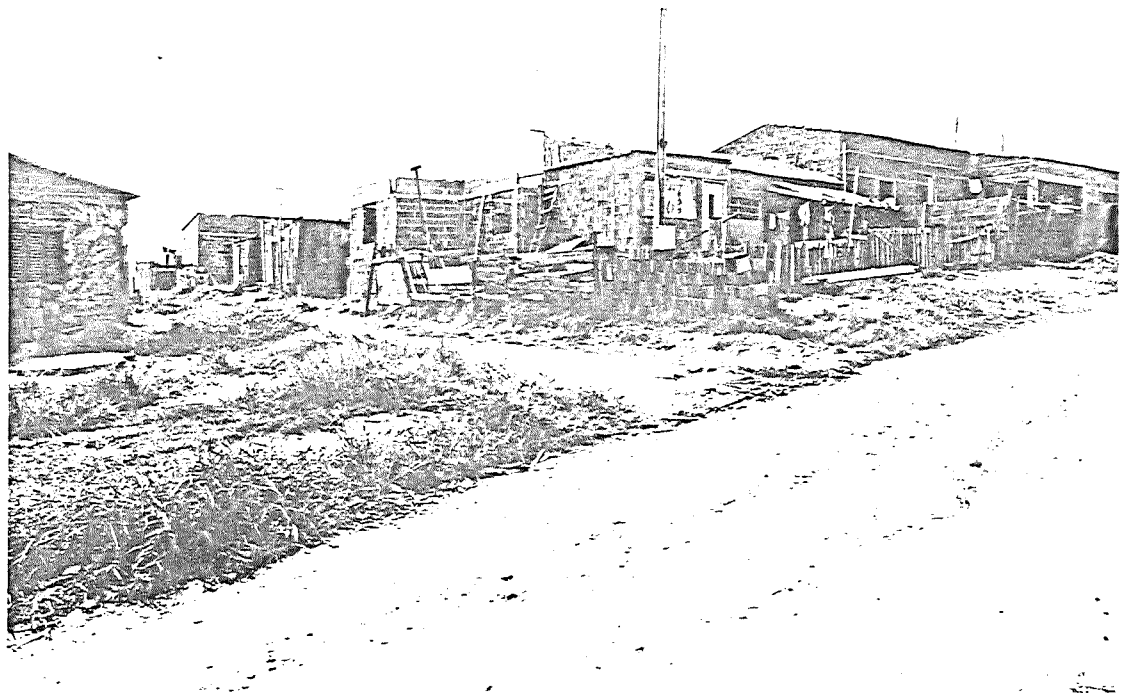
Comparece nessas ocasiões, a vontade individual de afirmar a casa isolada em cada lote, como se fôsse possível reproduzirmos o espaço e a estética dos loteamentos comuns da periferia, absorvendo assim cada morador uma decepção, descoberta pela nova realidade por eles mesmo produzida, e de difícil simulação anterior, devido à alta densidade demográfica destes sítios urbanos.

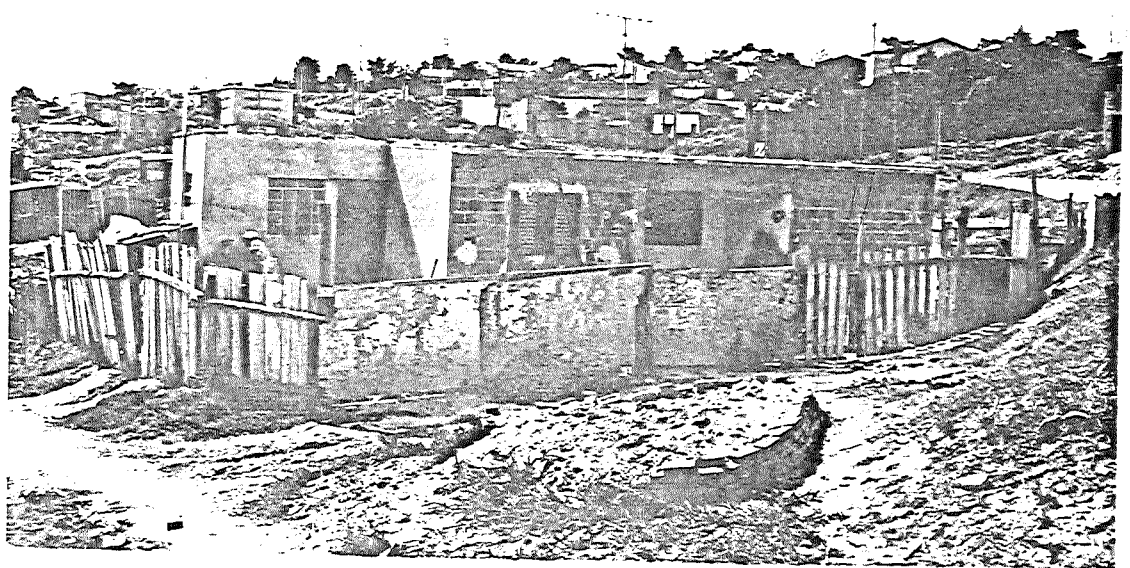
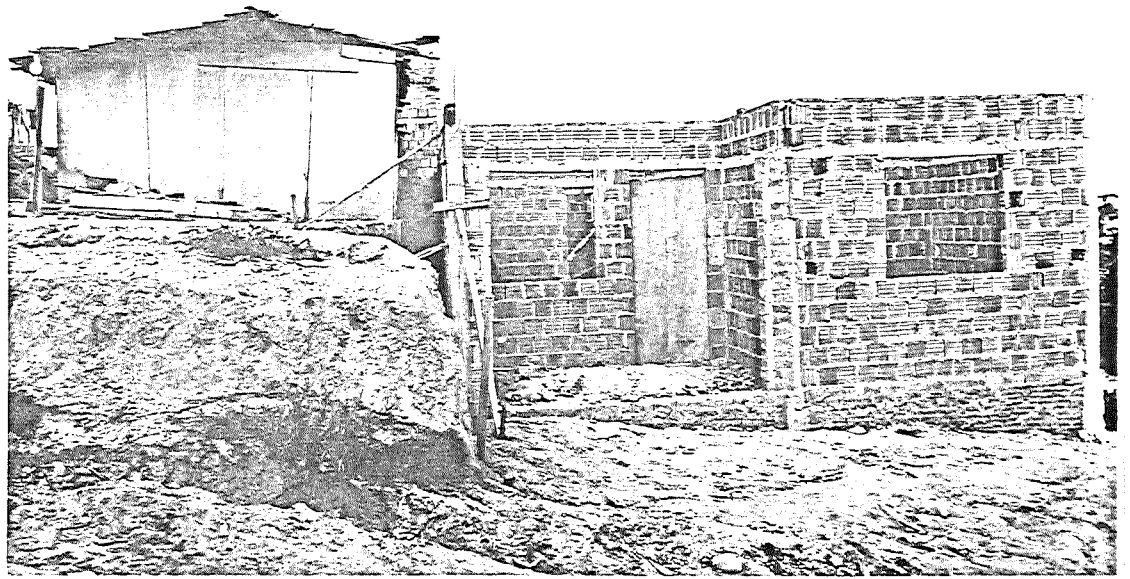
Estas mesmas famílias, indagadas sobre o modo como adquiriram confiança para o início das obras, ante a falta de solução legal e infra-estrutura urbana, responderam que buscaram apoio da ASSOCIAÇÃO ( 52,6% ), ou então que resolveram contruir após conversas entre os membros

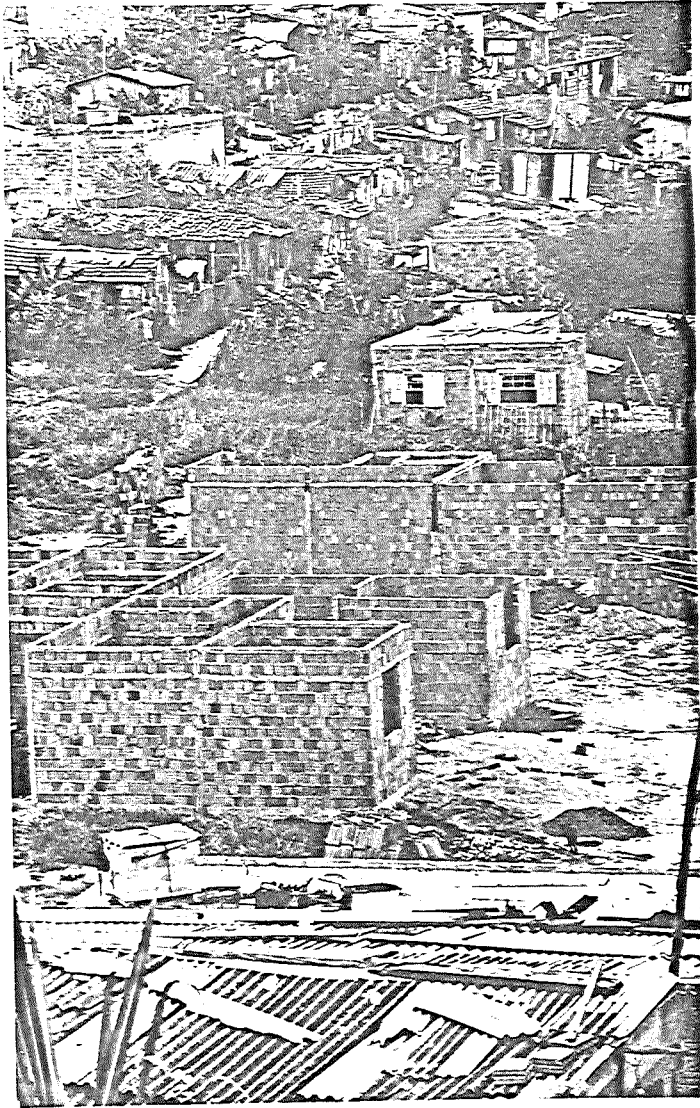
(15) Todas as porcentagens utilizadas ( frequências relativas ) estão calculadas em relação ao número total de casos, isto é, levando em consideração os casos omissos.

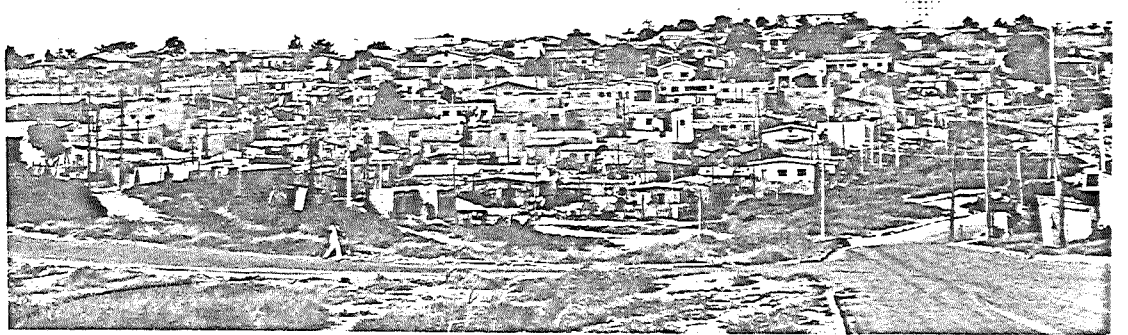
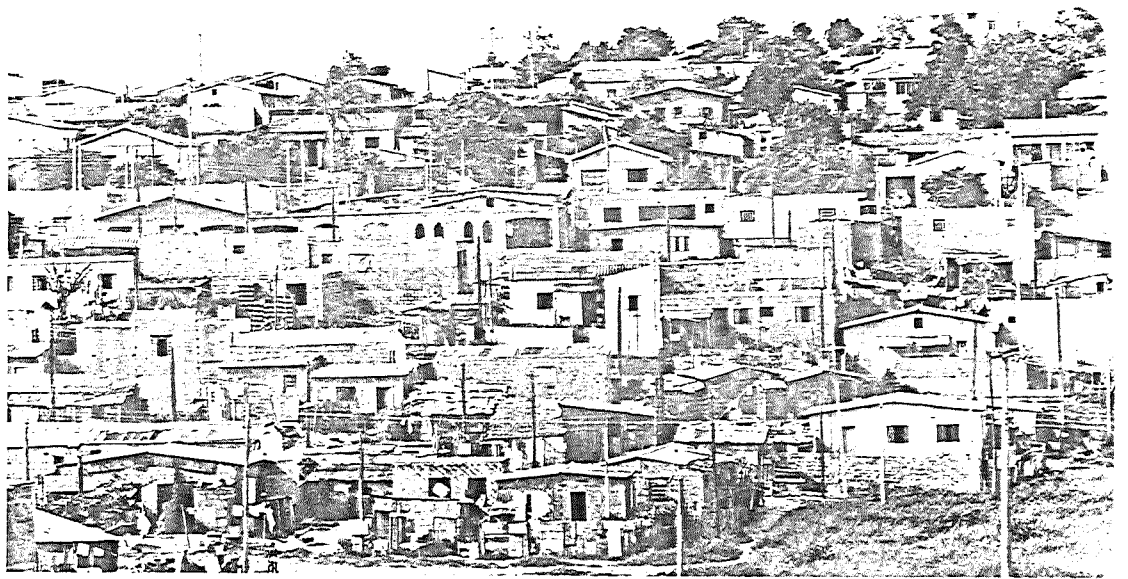


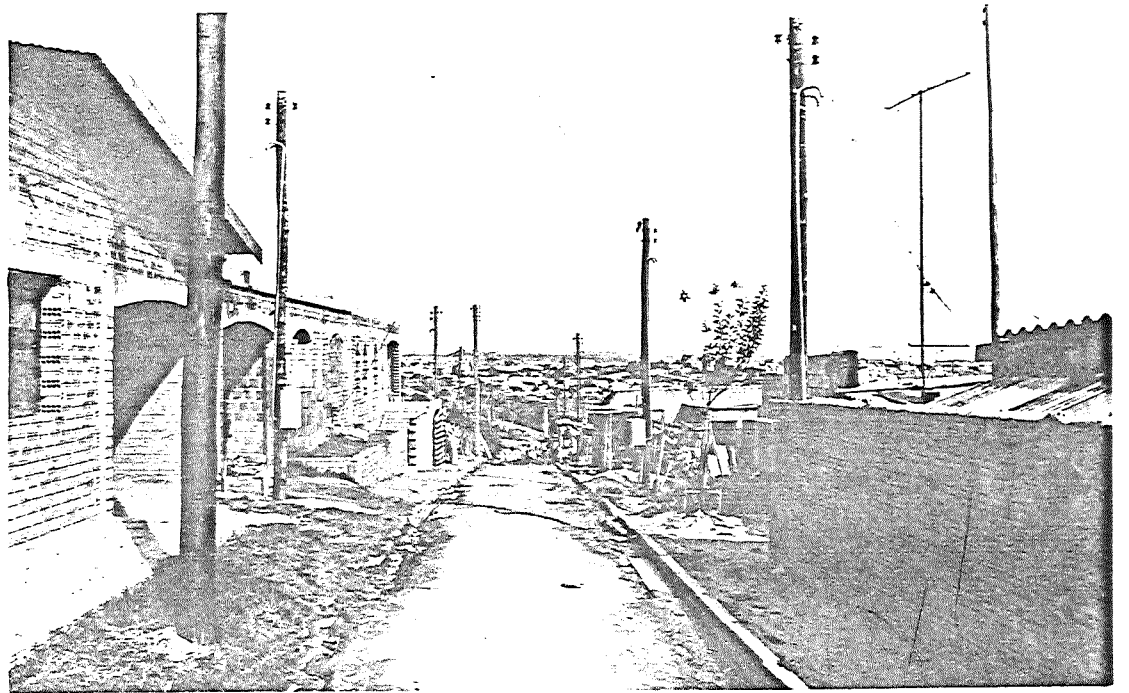




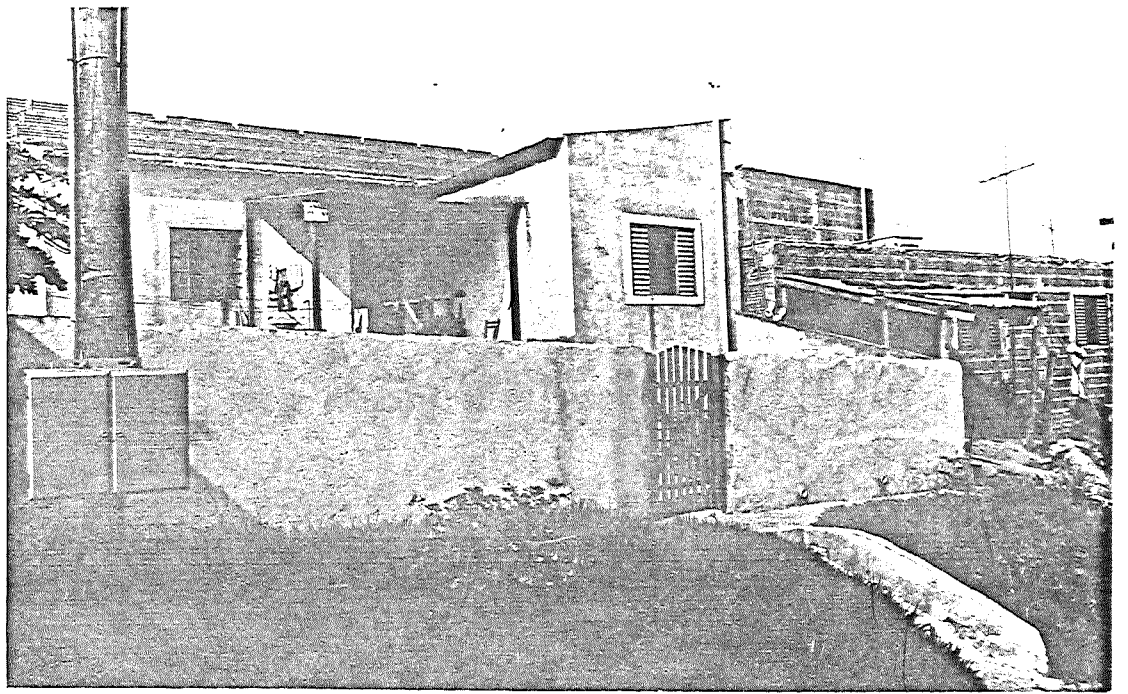












da própria família ( 18,4% ) e, em alguns casos, a iniciativa coube exclusivamente ao chefe da família ( 18,4% ) , conformando previsões feitas.

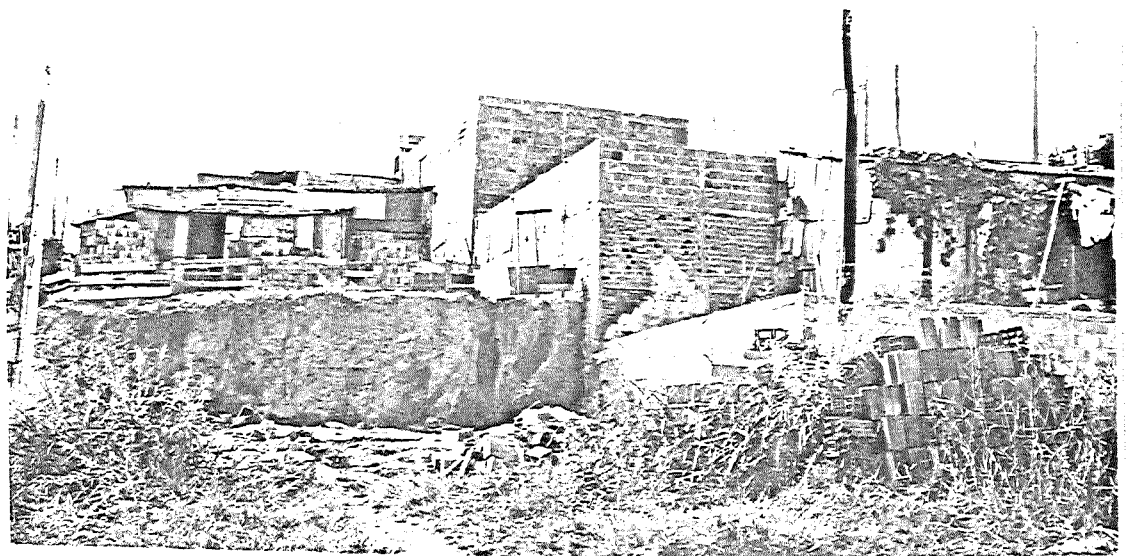
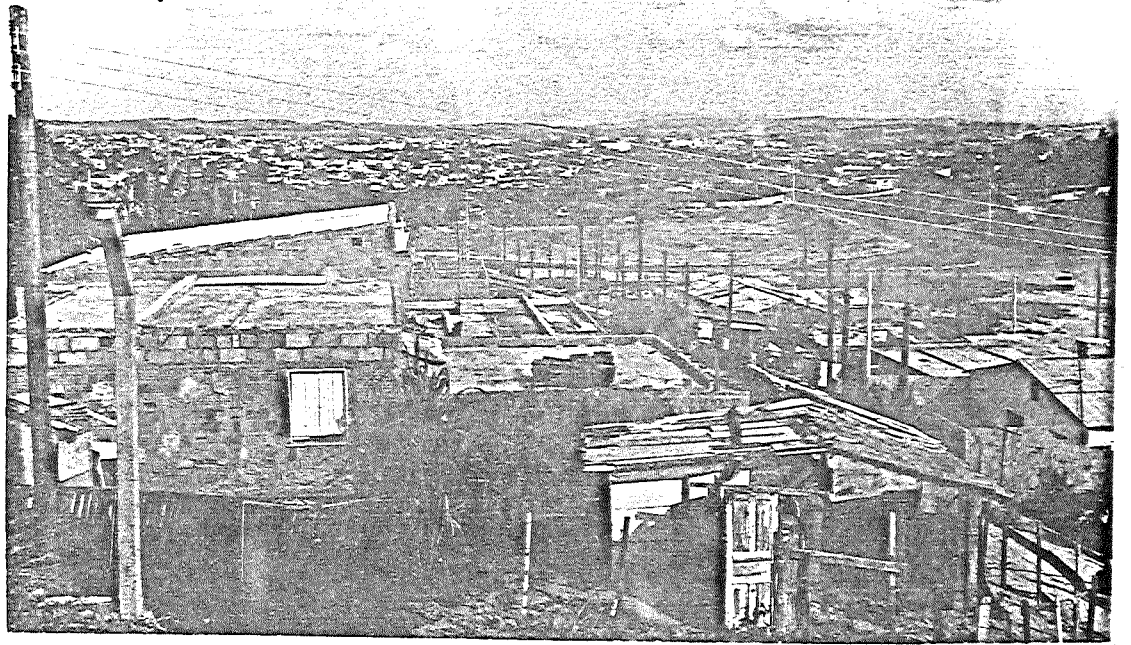
Nesse mesmo censo, tentamos caracterizar dentro da dialética entre ESPAÇO CONSTRUIDO e ESFORÇO DISPENDIDO (força de trabalho, modo, capital e tempo ) aquelas condições mínimas de equacionamento para o desenho de um projeto maior de escala de produção, como verificaremos no último capítulo deste texto.

Observando primeiramente os procedimentos técnicos para a preparação do terreno - fundação básica da casa - responderam terem feito obras de aterro ( 52,6% ) , corte ( 26,3% ) , abertura de fossa para despejo de esgotos (18,4%) sendo que os demais moradores haviam sido beneficiados pela colocação, já mencionada, da rede pública em uma das favelas. Finalmente, ainda 42,1% das famílias entrevistadas dividem entre si água e luz elétrica.

Quanto à dimensão física das casas construídas , foram consideradas de porte médio, comparativamente às suas respectivas moradias anteriores ( 76,3% ). Perguntados sobre o modo como a dividiram, 52,6% deles construíram a cozinha, banheiro ( 47,4% ) , sala de estar ( 33,3% ) e quarto ( 60,6% ) , marcando portanto a ainda precária e inacabada solução, como também, a deterioração do padrão de qualidade da casa atual.

As condições técnicas de produção foram as mais afetadas, ante o desdobramento individualista do processo, antítese do pensado, e a ausência de qualquer proposta de preparação "pedagógica" dessa produção, por parte das lideranças de ASSOCIAÇÃO DE MORADORES ( não conseguindo organizar brigadas de mutirões previstas no PROJETO PILOTO ).

A ilustração mais contundente, verificada nas fotos, da superação do coletivo pensado pelo individualismo



emergente, comparece na recusa e mesmo negação da "socialização" prevista para fundações. (16)

O abandono da solução solidária representou uma substantiva perda de qualidade construtiva dessas fundações, utilizando como materiais; tijolo comum ( 26,3% ), tijolo baiano ( 52,6% ), bloco de cimento ( 42,1% ), ferro (55,3%) concreto ( 44,7% ), compostos conforme suas respectivas técnicas, baldrame de concreto armado ( 42,1% ), sapatas de tijolos ( 28,9% ), amarradas por brocas ( 60,5% ), funcionando na maioria dos casos como arranque para os pilares estruturais.

Absoluta ausência de uso de impermeabilizantes convencionais como neutrol ( 13,2% ) e vedacit ( 31,6% ) , considerando as difíceis condições de umidade do solo e as precárias soluções de piso, alguns em terra batida mesmo ( 21,1% ), outros tijolados ( 2,6% ), cimentados ( 44,7% ), cerâmicos ( 7,9% ) e, por último, soluções em madeira (5,3%).

A precária situação da infra-estrutura do solo, so mada ao efeito da pobre base estática dessas obras, marca também a condição física da própria alvenaria auto-portante, típica solução popular de periferia urbana, reprodução espoliada das práticas construtivas mais gerais da sociedade.

Como sabemos, a casa popular estrutura-se a partir da opção do chamado tijolo baiano, pensado pela indústria para ser vedação leve, aqui acaba virando suporte do próprio peso da mesma. Nossa pesquisa revelou uma ampla

(16) "Nega a universalidade atingida, parte do trabalhador coletivo atuando com meios de produção em massa, nega a solidariedade orgânica e coletiva fruto do trabalho comum, retoma o princípio da propriedade que lhe é negada enquanto assalariado". Ferro, Sérgio. A Casa Popular. Publicação GFAU-USP, 1979. Pg. 9.

utilização desse material ( 55,3% ), contra outras opções de tijolo comum ( 21,1% ), bloco de cimento ( 28,9% ), adobe experimentado por nós no próprio canteiro de obras (5,3%) e reaproveitamento da própria madeira dos antigos barracos ( 5,3% ).

A curiosa e prática solução estrutural confirma a lógica da produção convencional: a ampla utilização de pilares de concreto armado no perímetro das casas ( 78,9% ) como também a usual solução de respaldo de paredes para colocação de laje, através de vigas ou percintas ( 81,6% ), acabam caracterizando a definição estética desse fazer.

Prevalece com toda a definição da lógica geral, a vontade de se apropriar de uma solução de arquitetura que potencialize seu necessário valor de troca, quer seja através de uma prática reciclagem do material anterior, ou mesmo de contribuições de racionalização construtiva como a nossa.

Arrematando a descrição espacial dessas obras, verdadeiro "seguro" conquistado, face à ausência de políticas sociais por parte do Estado, o fechamento do abrigo, a cobertura, esta sim acomoda as sobras anteriores. Prevalece a utilização de telhas de cimento amianto velhas ( 34,2% ) contra a telha francesa e paulista, ambas apoiadas sobre estrutura de madeira reaproveitada ( 93,8% ) e, às vezes, por laje tipo "prel" (44,7%).

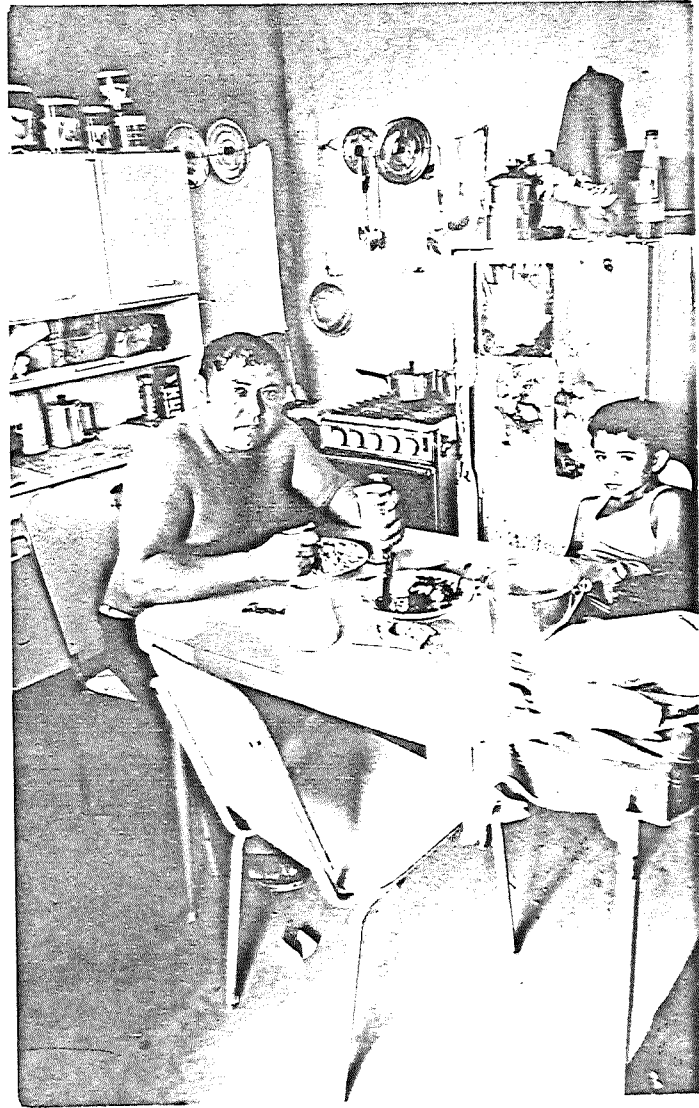
Compraram portas e janelas ( 73,7% ) de madeira ( 42,1% ) ou de ferro ( 44,1% ), relacionaram individualmente o bloco hidráulico com fossas ou rede pública através de manilhas cerâmicas ( 18,4% ) ou tubos de PVC (21,1%) e captaram água através de canos galvanizados ( 23,7% ) e PVC ( 21,1% ). Definem assim o seu modo urbano de conexão com o mundo externo, negando mais uma vez, possibilidades outras, mais generosas, de organização coletiva.

Os componentes necessários da casa, para adequá-la a um padrão mínimo de habitabilidade, mesmo considerando as peculiaridades da moradia anterior, como veremos logo adiante, retratam concretamente um enorme salto de qualidade de conforto e higiene, capaz de justificar todo o esforço da experiência: caixa de água comprada ( 34,2% ) privada instalada ( 52,6% ), até bidê ( 23,7% ), lavatório funcionando ( 47,4% ), chuveiro ( 50,0% ) e tanque ( 52,6% ) com abundância de consumo de água, pia de cozinha colocada no lugar adequado ( 57,9% ), conduíte ( 23,7% ) com fiação elétrica ( 39,5% ) e finalmente tomadas ( 34,2% ) e lâmpadas acendendo ( 36,8% ).

Outra formalização da construção, o chamado acabamento da obra ( etimologicamente mórbido ) comum na casa pequeno burguesa continua distante aqui, eterna característica dos bairros populares, marcando como contrapartida econômica, a cultura da produção para o futuro.

Uso do acabamento interno ( 15,8% ), acabamento externo ( 7,9% ) feitos com a matéria regional abundante, massa grossa ( 15,8% ) massa fina ( 23,7% ), o tradicional azulejo ( 7,9% ), e um baixo consumo de tintas sintéticas; óleo ( 2,6% ), latex ( 2,6% ), esmalte ( 0,0% ) e um alto consumo, entre alguns moradores, de produtos naturais como a ainda tradicional e popular caiçação ( 5,3% ).

Constatamos portanto, nesta "amostragem", significativa para aquele momento da pesquisa, e verdadeira ainda para todas as construções posteriores, a tendência concreta do conjunto de procedimentos espaciais e construtivos, reproduzidos da sociedade, apontada para a negação das tipologias do passado rural e a tentativa desesperada de aquisição de práticas novas, usos e costumes urbanos. Em outras palavras, trata-se da construção em marcha de uma estratégia de sobrevivência para esses posseiros urbanos.



Dimensionemos agora, o ESFORÇO DISPENDIDO para a realização desse objetivo definido, para tentarmos posteriormente equacionar o significado social de uma hipotética somatória ou composição de esforços individuais, base para a quantificação de matéria, tempo e energia, necessários à estratégia dessa proposta.

Considerando as características destas casas, descritas nos parágrafos anteriores, podemos afirmar, segundo nossa pesquisa, que o custo de cada uma delas ( dimensão definida dentro do padrão médio ) estaria situado entre os limites, mínimo e máximo, de Cr\$ 500.000 a Cr\$ 1.000.000 , correspondendo naquela época a 14,4 e 28,8 salários mínimos vigentes. (17)

Uma parcela considerável destes construtores (47,4%) confirmaram esses valores; outros (21,1%) conseguiram construir com a quantia inferior a Cr\$ 500.000, e alguns (5,2%) afirmaram ter gasto mais de Cr\$ 1.500.000 para a realização da obra.

Perguntados sobre a forma econômica utilizada para obter capital necessário para a construção das etapas, ou mesmo da casa completa, responderam: acirrando ainda mais a economia doméstica e reduzindo portanto a cesta de consumo ( 65,8% ), realizando horas extras ( 36,8% ) e "bicos" ( 15,8% ), aproveitando o décimo terceiro salário ( 26,3% ) e "acordo" com a firma para o saque do FGTS (15,8%).

Apelaram para outras formas, como empréstimo junto a pessoas físicas ( 2,6% ), financiamento de material através dos sistemas de crediário existentes (23,7%), aceitação de ajuda "beneficente" de pessoas físicas ou entida-

(17) O reduzido capital dispendido nestas práticas populares dispensa confrontação econômica com o custo de qualquer moradia fornecida pelo SFH-BNH.

des ( 10,5% ) e finalmente, apenas 5,3% dos construtores conseguiram estabelecer trocas naturais, de material por trabalho cedido.

Como constatação do caráter individual dessas práticas iniciais de construção das primeiras moradias, confirmamos a baixa porcentagem de 7,9% dentro da "amostragem" coletada, de moradores que tiveram a iniciativa de socializar as despesas de produção, através de formas várias que sintetizamos sob a designação de "caixa única", entre vizinhos, amigos e parentes.

Os mesmos procedimentos econômicos, adotados pelas camadas superiores a este "lumpesinato" urbano, se mantêm aqui e se exemplificam no ato da compra dos materiais necessários.

Todo o material básico e mesmo os equipamentos e instalações complementares e de acabamento foram comprados nos tradicionais "depósito de materiais" da região próxima ( 81,6% ), contra apenas ( 2,6% ) de moradores que compraram diretamente das fontes, como uma olaria, ou até reciclando materiais de demolição e, alguns poucos, ganhando a própria matéria prima.

O transporte utilizado em cem por cento dos casos pesquisados, para realizar o circuito da entrega, entre o ponto de partida do fornecedor e o ponto de chegada de cada um dos canteiros individuais de obra (primeira vantagem das melhorias feitas) acaba agregando à alta taxa do lucro comercial, uma parcela significativa derivada dos custos atuais de combustível.

O universo de pessoas envolvidas nestas práticas construtivas, extrapolou possíveis limites de qualquer lógica formal, rebatendo a apropriação de energia física muito além do discurso liberal sobre a chamada miséria social.

A fisionomia desses construtores, poderia ser

descrita como uma figura muito próxima do conhecido mestre de obras, e muito distante do ser abstrato, coletivizado idealmente, sempre projetado para a pobreza popular, como muito bem mostram os dados obtidos.

Assim, 47,4% dos moradores construíram por conta própria, outros ( 36,8% ) contrataram mão de obra especializada para a construção de sua casa; apenas 21,1% conseguiram agregar contribuições para o trabalho em mutirão e, finalmente, 10,5% desses construtores inventaram alguma prática ou forma mista de cooperação. (18)

A participação maior nessas variadas formas de trabalho, coube ao principal ator da cena, o chamado chefe de família ( 34,2% ), seguido gradualmente pelos demais. Os parentes de cada família contribuíram com 26,2% da energia acumulada, amigos com 18,4% dela e terceiros contratados com 36,8% de todo o esforço, colegas de trabalho com 13,2% e, por último, os membros da própria família interessada, com apenas 10,5% de todo o trabalho acumulado.

A revelação da geografia de origem desses beneméritos atores produtivos que participaram destas obras, demonstra muito bem a malha de relações sociais abrangidas por projetos desta natureza, onde apenas 39,5% deles residem na própria favela, contra 13,2% residentes em outra similar; e entre os demais atores, enquadrados fora da categoria social dos favelados, 21,1% moram em bairros próximos contra 15,8% residentes em lugares distantes do estudo.

Estas construções foram erguidas estrutural e formalmente, quando atendidas as necessidades materiais e

(18) A explicação objetiva destes dados, desmitificando a apologia vulgar da auto-construção como solução ao chamado "déficit habitacional", está localizada no final deste capítulo.

de capital, dentro de um prazo de aproximadamente noventa dias.

Supervisionadas diretamente pela própria ASSOCIAÇÃO DE MORADORES e pelo autor, apresentaram uma quantidade muito reduzida de problemas técnicos nas suas mais variadas fases construtivas, como também um exemplar controle de acidentes de trabalho, atestando a perfeita viabilidade da realização, quando muito bem se organiza um canteiro de obras desta natureza.

Arrematando a descrição das experiências construtivas destes atores pioneiros, registraremos o tempo consumido nestas tarefas, sempre sobreposto a já sofrida jornada de trabalho semanal.

Aqueles que contrataram mão de obra utilizaram a própria semana corrida ( 39,5% ); aqueles que construíram por conta própria, o tempo excedente do fim de semana (42,1% ), merecendo, por último, o devido destaque, famílias ( 13,2% ) que também aproveitaram as noites quentes para construir.

Convém complementarmos estas explicações, dizendo para bem da verdade, que deveríamos somar a este tempo produtivo, um conjunto imensurável de horas de trabalho de fim de semana, dedicadas à preparação do terreno de cada um e do território de todos, para que cada casa pudesse se assentar razoavelmente.

Um tempo alienado da vida individual, familiar e social, ou seja, além da perda do fim de semana, roubado pelas atuais condições de vida urbana, cada morador foi obrigado, pelos motivos já descritos nesta dissertação, também a construir com as próprias mãos, todas as chamadas condições gerais do território enfocado.

Consumiram praticamente os dois primeiros anos da força inicial da mobilização popular organizando cente-

nas de reuniões para a preparação comunitária de mutirões.

Trabalhando sob sol e chuva, e direcionados apenas pela nossa precária demarcação de arruamentos ( sem teodolitos e usando apenas balizas e trenas ), durante muitos fins de semana montaram ou, melhor dizendo, auto-construíram a própria infra-estrutura física desses sítios marginais.

Considerando a influência de todos os fatores críticos, apontados nos parágrafos anteriores, o resultado formal da experiência construtiva não poderia ser melhor ; feita com as próprias mãos operárias, lutando contra o enfraquecimento do movimento popular, acirramento da miséria social e, principalmente, contra a omissão política e econômica do poder público local.

Todavia, o entusiasmo popular continua brotando a cada dia nas mais variadas pessoas, bastando para isso verificar a quantidade de novas edificações surgidas em curto intervalo de tempo, transformando o desejo coletivo inicial em uma conquista definitiva para o futuro.

A arquitetura das casas, o desenho do lugar, suas esquinas e vielas singulares, sempre serão objeto da fotografia e da imagem dos estudiosos da questão social, registrando temporalmente a capacidade popular de acumular energia e matéria, organizados sobre um território conquistado socialmente.

A construção cênica desses lugares, revela também na personalidade de seus atores, principais e secundários, jovens e velhos, uma magnífica síntese de caráter sócio-cultural, estimulando mesmo, verdadeiros tratados de sociologia urbana e antropologia social.

## TRAÇANDO O PERFIL DO POSSEIRO COLETIVO

Dispensamos durante a formalização de nosso QUES  
TIONÁRIO DE HISTÓRIA DE VIDA , uma investigação científica pro-  
funda sobre o que chamamos PERFIL desses atores, para não  
cairmos na sedução da superficialidade amadora.

Construímos, porém, uma trajetória de quesitos ,  
articulados de tal modo, a nos oferecer alguns traços fun-  
damentais do respectivo "caráter" construtivo dos mesmos .

Compondo o segundo bloco da pesquisa, denominada  
PERFIL DO POSSEIRO COLETIVO, realacionamos no alinhavo fi-  
nal desta revelação, o fio condutor dos quesitos básicos  
deste bloco: sua CONSCIÊNCIA DE POSSE territorial e POLÍTI  
CA, sua forma de MIGRAÇÃO PASSADA e posterior FIXAÇÃO NA  
FAVELA, características espaciais da MORADIA ANTERIOR, QUA  
DRO DE VIDA FAMILIAR e, por último, PERSPECTIVAS FUTURAS  
de vida urbana.

Partindo sempre do fato concreto, o canteiro de  
obras organizado e descrito, realizamos uma viagem retros-  
pectiva na vida dos atores, para a "tentativa" de desenhar  
seus procedimentos construtivos, preparando as condi-  
ções futuras de uma investigação de estratégias para o en-  
frentamento dessa questão contemporânea muito pouco enfren-  
tada, a travessia desses antigos atores rurais para a cons-  
ciência urbana.

Começamos por caracterizar a MORADIA ANTERIOR  
mais significativa desses posseiros, considerada em nossa  
enquete como o abrigo em que viveram por um período mais  
longo em suas tumultuadas trajetórias de vida.

Buscamos com este bloco de quesitos, resgatar a-  
través da memória de arquitetura, uma possível comparação  
metodológica de práticas, espaços e costumes referentes à  
casa passada e aquela que está sendo produzida , gerando

massa crítica de opiniões sobre o padrão formal adotado em nosso PROJETO DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA, objeto central da intervenção realizada.

O primeiro passo para "desenharmos" o imaginário da moradia anterior, seria caracterizar a tipologia construtiva utilizada, situando concretamente o domínio do saber fazer atual na órbita das técnicas e disponibilidades materiais encontradas no passado recente.

Esse exercício "arqueológico", mostrou uma herança construtiva menos comprometida com a arquitetura de alvenaria, onde 30,1% dos entrevistados ( 454 ) moravam em habitações de tijolo contra 45,2% dos mesmos que utilizaram a tecnologia de madeira, sendo que os demais 24,7% (incluindo os casos omissos) empregaram outras soluções.

Um primeiro passar de olhos nesses dados, notadamente a estatística de construções de madeira, poderia conduzir ao raciocínio de associar esse fato às tradições construtivas dos paranaenses, trazida pelos muitos possesiros originários dessa região do Brasil.

Porém quando confrontamos essa observação com a tabela de frequências que acusa o tempo de moradia dos favelados no lugar em questão, somos obrigados a rever o raciocínio e concluir que estamos tratando com pessoas de origem favelada anterior, ou seja, acabamos de constatar o chamado trânsito migratório interno à cidade de Campinas.

Esse fato demonstra, mais uma vez, segundo nosso ponto de vista, as afirmações feitas no capítulo anterior, ou seja, o antagonismo existente entre a enorme capacidade de organização destas ASSOCIAÇÕES DE MORADORES envolvidas no ESTUDO DE CASO e a inércia do poder público local, resultando na formação de rápidos deslocamentos internos na cidade, motivados pelo impacto real das obras em andamento.

A associação dessa hipótese com a verificação aten

ta da condição de posse dessas moradias, revela dados interessantes para confirmar a observação feita, quando constatamos que 30,2% dos entrevistados eram proprietários das mesmas, contra 39,6% que as alugavam, onde apenas 9,0% se considerava posseiro e, finalmente, 2,0% dos moradores afirmaram serem pensionistas, simplesmente.

Além dessa confirmação final, outra característica importante pode ser somada ao chamado programa dessa moradia, atendendo quase que exclusivamente, apenas à família entrevistada, onde destas 76,4%, acidentalmente constatamos a presença de parentes ( 4,4% ) e amigos ( 1,1% ).

Mostra ser o programa UNIFAMILIAR de cada moradia, o suporte físico para a reprodução das regras sociais de comportamento familiar e permite, passados alguns anos dos primeiros pré-desenhos, empiricamente forjados para o assentamento desejado, reconhecer agora a apropriação final do projeto executado, parceladamente compartimentado e comportadamente privatizado.

Como configuração final à memória da moradia anterior, lancemos os dados complementares, relativos à comparação dimensional entre o terreno e área construída da mesma e, por último, explicitemos o chamado programa ou elenco de funções domésticas por ela abrigado.

Dadas as dificuldades metodológicas de dimensionar a comparação na escala métrica precisa, recorreremos a um critério subjetivo para abordar o problema, baseado na noção mais simples que o universo popular fornece sobre os conceitos espaciais, pequeno, médio e grande.

Sobre uma diversidade dimensional de terrenos, pequenos ( 14,5% ), médios ( 22,7% ) e grandes ( 32,8% ), e considerando a média de cinco pessoas por família ( checada na listagem atual ), realmente consegue-se confirmar que 31,3% das famílias entrevistadas residiam em casas con

sideradas médias, contra 28,4% definidas como pequenas, e apenas 22,5% tidas como grandes.

Evidentemente podemos compreender com bastante precisão, dentro da realidade conhecida do Brasil, os hábitos de morar, usos e costumes dos camponeses recentes e dos recém chegados ao mundo urbano.

Esse respaldo cultural pode converter a rigidez desses dados, estatisticamente condenados sob a ótica de um rigor científico, até mesmo numa fonte de significados acerca da consciência popular sobre o seu cotidiano doméstico.

Aguçando mais ainda esse comentário, pudemos verificar também, uma baixa participação desses posseiros atuais na produção de sua moradia anterior, quer sob a forma de sobretrabalhos dominicais ou de mutirões familiares, exatamente do mesmo modo constatado na construção atual.

Perguntados sobre quem teria construído as referidas moradias, 22,7% dos entrevistados afirmaram terem eles mesmos construído por conta própria, 7,7% através de mutirão envolvendo familiares e amigos, 2,6% empreitaram a construção para terceiros, e a significativa parcela de 46,9% deles, responderam não saber quem foram os construtores, ou seja, não tiveram participação alguma na produção das mesmas, desconhecendo o respectivo esforço dispendido nelas.

A prática anterior de auto-construção, isolada ou restrita aos próprios membros da família foi, portanto, muito reduzida; além disso, desconhecemos dados sobre formas de mutirão coletivamente realizadas, levando este autor a constatar a fragilidade desse tipo de suporte para o nosso PROJETO PILOTO testar a eficiência das chamadas ideologias de "participação comunitária" (um dos pilares do mesmo).

Continuando nosso trabalho, quando investigamos a tipologia construtiva dessas edificações, não tivemos dificuldades em constatar o previsível: sobressai a maioria de obras em madeira ( 45,2% ), contra tijolo comum (20,9%) tijolo baiano ( 6,6% ), bloco de concreto ( 1,3% ) , adobe ( 1,3% ), e desiludindo finalmente os idealistas do construtivismo alternativo, ou apropriado, apenas 4,2% das edificações foram feitas com tecnologia de terra, ou como se diz, barreado e pau-a-pique.

A moradia anterior está estabelecida sobre um programa arquitetônico ou elenco de cômodos, composto pelos espaços mínimos necessários à função básica, exigida pela especialização dos agenciamentos por eles montados.

A pesquisa por nós realizada, se aproxima muito de outras similares que tentaram definir uma tipologia popular de arquitetura, fruto da amálgama cultural de nossa sociedade, caracterizando uma certa tipicidade formal para a casa popular, normalmente auto-construída em fins de semana.

Em nosso caso, dentro das 454 moradias anteriores pesquisadas, a casa mínima era composta por uma cozinha em 68,5% dos casos, um banheiro ( 35,0% ) ou mesmo nenhum ( 36,8% ). Apresentavam em 28,4% delas um único dormitório ou então dois no máximo ( 28,6% ); quanto ao cômodo sala de estar ou visita, 48,7% dos entrevistados usavam uma específica, ou então em 19,8% dos casos havia sobreposição com o cômodo da cozinha.

Como tivemos oportunidade de mostrar, durante a caracterização das casas recém construídas nesta experiência piloto, houve um desenvolvimento significativo no padrão de conforto e higiene domésticos, quando comparadas às moradias anteriores.

Os equipamentos domésticos, definidores de um pa

151 drão mínimo de habitabilidade, comparecem de um modo muito precário e acidental no passado de vida destas multidões estudadas.

Considerando a definição ortodoxa de banheiro, como sendo um espaço particularmente especializado e composto pelas conhecidas peças sanitárias, diríamos que 24,2% desses moradores nunca tiveram privadas ou vasos sanitários nessas residências, 77,5% desconheciam o chamado bidê, 72,5% nunca fizeram a ascepcia cotidiana em lavatórios, e, 64,1% também nunca chegaram a tomar banho de chuveiro dentro do banheiro dessas moradias.

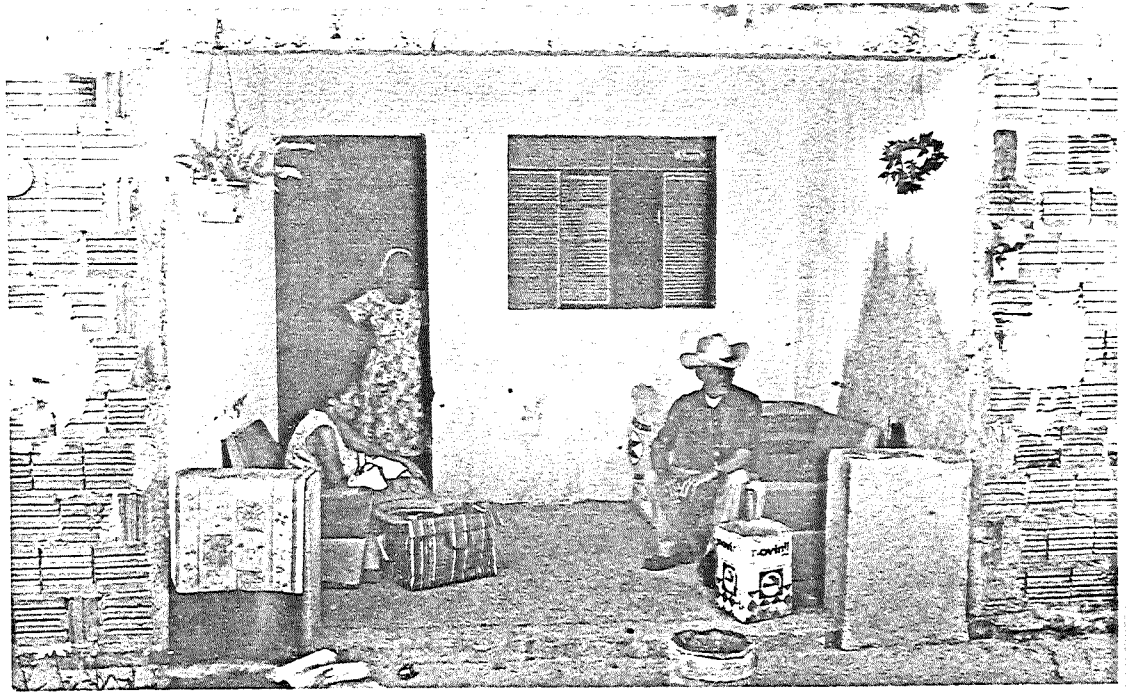
Como contrapartida a essa concepção, diríamos que, a cozinha embora manifestando os típicos sinais rurais, apresenta a marca predominante do modo urbano de vida, onde 43,4% das chamadas donas de casa cozinhavam em fogões a gaz, contra 42,5% que ainda utilizavam o tradicional fogão a lenha, como também apenas 4,8% dos entrevistados assavam ou faziam pães e bolos nos típicos fornos a lenha, os chamados "cabeça de baiano".

Completavam esse quadro do cotidiano doméstico, aquelas tristes constatações a respeito das condições gerais de saneamento básico, típicas de nosso país, onde em muitos casos, como o nosso, 55,7% dessas pessoas desconheciam a precária fossa negra, 68,7% nunca utilizaram uma rede pública de serviços de esgoto, 49,3% não bebiam água proveniente de poço; muito menos, a parcela também significativa de 34,4% dos entrevistados consumia água encanada e tratada pelas empresas públicas responsáveis.

Sobre essa realidade de endemia potencializada nestes "tristes trópicos", soma-se aos desconfortos do dia o drama noturno e permanente de 44,7% destas famílias nunca terem sido servidas por energia elétrica.

Parcela marginalizada de oportunidades mais gene





rosas de reprodução social da vida, acantonada na escuridão, distante do acender de uma simples lâmpada, sem comentarmos sua exclusão do mercado urbano de bens de consumo, notadamente de eletrodomésticos.

Para ilustrarmos melhor as afirmações colhidas e de certo modo contrapormos às deficiências de nosso AUTO CENSO, resolvemos trazer algumas observações de uma interessante pesquisa realizada sobre a tipologia da morada popular da periferia paulistana, muito próxima à nossa questão.

Trata-se de um trabalho realizado por Carlos Lemos e Maria Ruth Amaral de Sampaio, professores da FAU- USP, durante os anos de 1970-1971. (19)

Um outro paralelo teórico entre conclusões deste ESTUDO DE CASO e referências bibliográficas similares, poderia ser encontrado nas observações de Sérgio Ferro. (20)

Fornecida esta imagem do cotidiano de vida destes antigos camponeses nas grandes cidades paulistas, como São Paulo e Campinas, constituindo quase um mesmo paradigma de assentamento urbano, respeitadas algumas pequenas peculiaridades, voltemos ainda mais retrospectivamente ao resgate do passado dessa gente, dentro de nosso ESTUDO DE

(19) "Nessas casas de gente tão heterogênea há uma constante, porém: a franca extroversão onde o quintal comparece como local importante de distribuição de circulações e até como local de estar e de trabalhar e, também, de confraternizar. E a superposição das funções estar e serviço se prolonga pelo interior das moradias mostrando cozinhas, ou salas-cozinhas, relativamente grandes, apesar de grande parte das casas já possuir sala de estar propriamente dita, para a televisão, a grande reformuladora de nossos lares em geral. Essas cozinhas proletárias, tem a área média que varia de 10 a 12 metros quadrados e sistematicamente servem de local para refeições. Em 1059 residências, 92,35% das famílias comem na cozinha; apesar de muitas possuírem salas de estar e jantar razoavelmente bem equipadas com mesas, cadeiras e cristaleiras. Somente 50 (4,72%) salas são usadas como local normal de refeições. É praticamente no cômodo onde se cozinha que se desenvolve

O bloco de quesitos destinado a investigar as formas de MIGRAÇÃO PASSADA, nos revela dados esclarecedores a respeito das afirmações levantadas nos quesitos anteriores, resgatando a trajetória de deslocamentos realizados, desde a própria localidade de nascimento até a chegada ao agrupamento estudado destas favelas.

A intenção de detectar estes dados, prendeu-se a uma dupla carência: de um lado, compreender para tentar explicar, os usos e costumes de vida da população pesquisada, e, de outro, servir como amostragem para um posterior estudo do fenômeno migratório na questão regional.

A primeira interpretação extraída desta massa de dados, caminha na direção de confirmar uma origem de características mais urbanas que rurais, ou seja, estamos estudando populações com alguma prática de cidadania adquirida em sua história de vida.

A significativa maioria (45,6%) dos entrevistados apontaram cidades como lugar de nascimento, outros (11,7%) distritos, vilas ou pequenos aldeamentos, contra apenas 26,9% dos mesmos que nasceram na chamada zona rural.

Desenvolvendo mais a fundo estas interessantes

toda a vida abrigada da família. A cozinha é tão movimentada e frequentada quanto o quintal. Nela é até difícil a função repouso. Em 1089 questionários, vimos somente em 26 casas uma pessoa dormindo na cozinha. E enquanto vemos grandes cozinhas vazias durante a noite, os pequenos dormitórios estão abarrotados de crianças dormindo amontoadas em cima de seus pais, na maior promiscuidade. Nos dormitórios raramente vemos a superposição das funções repouso e serviço. São muito poucas as máquinas de costura em quarto de dormir e, se ali estão, percebe-se que é devido à carência de espaço em outro local mais apropriado, como a sala-cozinha."

Lemos, Carlos. Cozinhas, Etc.  
Editora Perspectiva. 1978. p.180.

informações, fomos procurar todo o elenco de cidades, municípios e estados arrolados como sendo os respectivos lugares de nascimento destes chefes de família.

Evitando uma redução estatística sobre um universo extremamente rico para especulações geopolíticas, resolvemos apresentar a listagem integral das frequências obtidas:

(20) "Os materiais, sempre os mesmos são os de menor preço: o tijolo e a telha de barro, feitos manualmente nas olarias neolíticas, o barro como aglomerante, a madeira não aparelhada de 3ª para estrutura do telhado. Portas, janelas de tábuas, sem vidros. Algumas vezes, são materiais usados: 31 das 122 casas pesquisadas pelo Prof. Carlos Lemos empregaram material de demolição. Chão apilado, por vezes atijolado, raramente cimentado. Nenhum fôso ou revestimento. Em tese, outros materiais poderiam ser empregados. Mas uma série de restrições orientam a escolha: o preço reduzido do material é básico, ele precisa estar disponível perto para evitar o transporte oneroso; deve possibilitar compra parcelada com as reservas de cada salário ou com o pequeno crédito do depósito suburbano, verdadeiro BNHzinho popular; não pode requerer mais de um indivíduo para sua manipulação e, finalmente não deve exigir nenhuma técnica especial no seu emprego. É evidente que todas estas limitações se resumem na estreita margem econômica que envolve o operário. A vinculação, portanto, de tais e tais materiais à casa popular, não é questão de gosto, higiene, estabilidade ou conforto: é o resultado do baixo nível do consumo permitido por seu salário."

Ferro, Sérgio. A Casa Popular.  
Publicação do Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. USP. 1979. p.5

QUESTIONARIOS DE HISTORIA DE VIDA DE ALGUNS POSSEIROS URBANOS D  
 F.1. 205088 (CENSATION DATE = 31-III-84)

VAR30 LUGAR DE NASCIMENTO

CATEGORIA LABEL	CODI	ABSOLUTE FREQUENCY	RELATIVE FREQUENCY (PERCENT)	ADJUSTED FREQUENCY (PERCENT)	CUMULATIVE ADJ FREQ (PERCENT)
EST SÃO PAULO	0	48	10.6	12.2	12.2
GRANDE SP E SANTOS	1	7	1.5	1.8	13.9
CAMPINAS E PIRACICABA	3	19	4.2	4.8	18.7
SOBOCABA	4	1	0.2	0.3	19.0
BAURÉ E MARÍLIA	5	9	2.0	2.3	21.3
S J R PRÉTO E ARAÇATUBA	7	20	4.4	5.1	26.3
PRESIDENTE PRUDENTE	8	5	1.1	1.3	27.6
<u>EST MINAS GERAIS</u>	10	61	13.4	15.4	43.0
SUL DE MINAS GERAIS	11	0	1.3	1.5	44.6
TRIÂNGULO MENEIRO	12	1	0.2	0.3	44.8
BELO HORIZONTE	13	2	0.4	0.5	45.3
VALE JEQUITINHONHA	14	3	0.7	0.8	46.1
NORTE DE MINAS GERAIS	15	4	0.9	1.0	47.1
EST RIO DE JANEIRO	20	3	0.7	0.8	47.8
EST ESPÍRITO SANTO	25	2	0.4	0.5	48.3
REGIÃO NORDESTE DO BRASIL	28	3	0.7	0.8	49.1
REGIÃO NORDESTE Z MATA	30	2	0.4	0.5	49.6
REGIÃO NORDESTE Z MATA	32	2	0.4	0.5	50.1
REGIÃO NORDESTE Z MATA	33	1	0.2	0.3	50.4
REGIÃO NORDESTE Z MATA	34	1	0.2	0.3	50.6
REGIÃO NORDESTE Z MATA	36	1	0.2	0.3	50.9
REGIÃO NORDESTE	43	2	1.5	1.8	52.7
REGIÃO NORDESTE	44	3	0.7	0.8	53.4
REGIÃO NORDESTE	46	2	1.3	1.5	54.9
EST PARANÁ	50	25	5.5	6.3	61.3
LONDRINA	51	14	3.5	4.1	65.3
CASCATEL	52	2	0.4	0.5	65.8
CURITIBA	53	1	0.2	0.3	66.1
EST SANTA CATARINA	60	2	0.4	0.5	66.6
EST COLÍS	70	1	0.9	1.0	67.6
EST MATO GROSSO	75	3	0.7	0.8	68.4
VALE DO IBIUBIRA SP	78	1	0.2	0.3	68.7
EST BAHIA	80	51	11.2	12.9	81.5
EST SERGIPE	91	2	1.5	1.8	83.3
EST ALAGOAS	92	3	2.0	2.3	85.6
EST PERNAMBUCO	93	1	2.6	3.0	88.6
EST PARAIBA	94	1	3.3	3.8	92.4
EST RIO GRANDE DO NORTE	95	1	1.3	1.5	93.9
EST CEARÁ	96	2	1.6	1.8	95.7
EST PIAUÍ	97	1	0.2	0.3	96.0
EST MARANHÃO	98	2	0.3	0.5	96.5
	99	5	11.0	12.9	100.0
TOTAL		454	100.0	100.0	

LUGAR DE NASCIMENTO

URBANA	58.948	RURAL	10.030	SUB-TOTAL	34.172
TOTAL	68.978	TOTAL	20.060		
URBANA	325	RURAL	51		

Entretanto residiram muito pouco tempo nesses lugares de nascimento, variando de um mínimo de hum ano e no máximo de seis anos, apresentando média e moda estatística de 3.9 e 5.0 anos respectivamente.

Afastados por várias razões de natureza econômica e social: 65,6% das pessoas entrevistadas alegaram como motivo de saída desses mesmos lugares, a procura de formas outras de melhoria das condições de vida e, 14,3% destes atuais chefes de família, abandonaram essas localidades por terem simplesmente acompanhado seus parentes migrantes.

Com a finalidade de evitarmos uma monótona e desgastante qualificação e quantificação de todos os domicílios destes posseiros atuais ao longo de suas histórias de vida, simplificamos metodologicamente esse roteiro, colocando como corte mais próximo ao interesse do ESTUDO DE CASO, apenas a localidade anterior à sua permanência e estabelecimento em Campinas:

ESTADÍSTICAS DE HISTÓRIA DE VIDA DE ALGUNS POSSEIROS URBANOS D  
FILE PUSOPR (CORRELATION DATE = 31-JUL-84)

31-JUL-84

VERB7 LUGAR DE MORADA MAIS LONGA

CATEGORIA LABEL	CODE	ABSOLUTE FREQUENCY	RELATIVE FREQUENCY (PERCENT)	ADJUSTED FREQUENCY (PERCENT)	CUMULATIVE ADJ FREQ (PERCENT)
SP	0	27	5.9	8.4	8.4
REG. METR. E SANIT.	1	13	2.9	4.0	12.5
CAMPINAS E PITACICABA	3	24	5.3	7.5	19.9
SOFOCARA	4	2	0.4	0.6	20.5
BARRU PARILIA	5	17	3.7	5.3	25.9
S. J. R. PARRU E ARACAT	7	31	6.8	9.7	35.5
POSC. PRUDENTE	8	5	1.1	1.6	37.1
MS	10	15	4.0	5.6	42.7
SOU. DE MINAS	11	2	0.4	0.6	43.3
PI	13	1	0.2	0.3	43.5
VALE DO JEMUITIMUNHA	14	1	0.2	0.3	43.9
VALM. DE MINAS	15	3	0.7	0.9	44.9
GOV. VALESINHOS	16	1	0.2	0.3	45.2
EST. RJ	27	2	0.4	0.6	45.8
BLD	24	1	0.2	0.3	46.1
MORTE	26	1	0.2	0.3	47.0
	29	1	0.2	0.3	47.4
	33	1	0.2	0.3	47.7
	30	1	0.2	0.3	48.0
	31	2	0.4	0.6	48.6

Indagados sobre o período de tempo, vivido nessas localidades anteriores, obtivemos dados comprovando concretamente as condições nômades de alta rotatividade de domicílio. A média temporal de fixação nesse lugar foi de apenas 4.8 anos, apresentando uma moda estatística de 5.0 anos e, em alguns poucos casos, a permanência máxima de apenas 9.0 anos.

A mesma causa do abandono do lugar de nascimento aparece na expulsão destes chefes de família da localidade anterior ao seu estabelecimento na cidade de Campinas: 61,5% dos entrevistados, mais uma vez renunciam a procura de uma melhoria concreta de vida como fator determinante.

Fazendo novamente um outro corte diacrônico na biografia dos entrevistados, perguntamos qual teria sido seu último endereço de domicílio, agora dentro da cidade de Campinas, antes do ingresso nestas favelas.

Sintetizamos a quantidade enorme de localidades, bairros e ruas, num quadro que resume a tendência do trânsito realizado, inter-bairros e mesmo entre favelas: 38,3% dos entrevistados procedem do próprio agrupamento dessas favelas, ou seja, deslocam-se apenas internamente até o estabelecimento em uma delas; 37,9 dos mesmos residiam em outras favelas da própria cidade, e finalmente, apenas 7,0% desses mesmos moradores deslocaram-se de bairros convencionais de periferia.

Dada a tipicidade peculiar de ocupação das favelas em Campinas, sempre tivemos muita curiosidade de conhecer os desdobramentos de certos fatos urbanos, decorrentes do caminho percorrido por essas multidões, dentro do próprio espaço da cidade.

Seria uma reconstrução teórica interessante, resgatar o entendimento do trânsito realizado entre este último endereço e o definitivo estabelecimento no agrupamento

de favelas, em questão, até para denunciar publicamente as causas reais dessa mobilidade urbana, normalmente distorcidas pelos preconceitos e idiosincrasias das camadas médias da população.

Entretanto nossa curiosidade nunca foi satisfeita, pela absoluta falta de dados estatísticos ou até mesmo empíricos, por parte do poder público local e pelo próprio desconhecimento social dessa questão, quer através da carência de pesquisas acadêmicas ou de matérias específicas da imprensa local (pesquisamos infrutiferamente os jornais da época).

Como esta questão seria o objeto de uma outra estratégia de pesquisa, mais voltada para o campo das ciências sociais que da arquitetura urbana propriamente dita, deixamos apenas algumas indagações para uma futura análise.

Campinas nunca registrou episódios de invasão de glebas ociosas, cabendo portanto à prefeitura local a maior parte da responsabilidade histórica, como vimos, pelo assentamento destas favelas nas praças públicas, forçada pela falta de uma política urbana de interesse social, capaz de acomodar territorialmente as migrações recentes.

Entretanto ficam desconhecidos os mecanismos de condução desses posseiros em potencial, desde sua recepção migratória até o assentamento definitivo, como também, e principalmente, as regras do jogo de interesses que acabaram por definir a estratégia de escolha destas localidades para o alojamento da contradição urbana apontada.

Preocupados em colocar pelo menos algumas pistas nessa investigação, pensamos, na ocasião da elaboração de nosso questionário, em introduzir um bloco de quesitos que levantasse algumas observações sobre possíveis formas de FIXAÇÃO NA FAVELA estudada, ou seja, a tentativa de visualização do arranjo habitacional feito, através de suas

Tentávamos, deste modo, imaginar os modos utilizados para a primitiva ocupação realizada, anterior ao nosso projeto de URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA, para compreendermos a formação social das relações de parentesco e amizade constituídas, pensadas como uma base coletiva para o referido projeto (ante a falta de "tradição comunitária" detectada).

Consequência disso, poderíamos explicar melhor, o movimento das relações de vizinhança, desde sua trajetória inicial, até vir a ser uma definida categoria social, criadora de condições que acabariam desembocando na formalização jurídica destas ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, primeiro símbolo da emancipação política contra a tradicional tutela imposta pelo Estado.

Perguntados sobre os principais motivos que acabaram por conduzi-los até estes locais, 50,4% dos entrevistados alegaram o alto custo dos alugueres residenciais, 18,3% foram convidados pelos próprios posseiros para lá se mudar, 7,9% foram "colocados" pela Prefeitura, 5,7% motivaram-se pela organização local do movimento de favelados; outros 4,6% devido à proximidade dos locais de trabalho, e finalmente, 11,5% da população citaram outras razões.

Desses entrevistados, perguntados sobre o modo como se estabeleceram nesse território, 60,1% responderam ter comprado barraco já existente, 30,8% construíram com as próprias mãos, 5,9% ganharam de alguém e apenas 0,4% das pessoas alugaram de terceiros.

Outra observação refere-se à quantidade de pessoas que o chefe de família carregou consigo ao ingressar nestas favelas: 87,0% deles vieram acompanhados de suas respectivas famílias anteriormente constituídas, apenas 6,8% dos entrevistados trouxeram alguns parentes, e somente 6,6%

dos mesmos chegaram completamente desacompanhados.

Talvez a mais importante de todas as perguntas feitas - o tempo de moradia de residência nestas favelas - arremate todo um conjunto de hipóteses e afirmações feitas ao longo deste trabalho; evitamos mais uma vez qualquer redução e apresentamos a listagem completa das frequências obtidas:

QUESTIONARIOS DE HISTORIA DE VIDA DE ALGUNS POSSEIROS URBANOS D  
FILE POSURA (CORRELATION DATE = 31-JUL-84) 31-JUL-84

VAR.9 TEMPO DE MORADIA NESTA FAVELA

CATEGORIA LABEL	CODE	ABSOLUTE FREQUENCY	RELATIVE FREQUENCY (PERCENT)	ADJUSTED FREQUENCY (PERCENT)	CUMULATIVE ADJ FREQ (PERCENT)
0-1 ANOS	1	43	9.5	9.6	9.5
2-5 ANOS	2	185	40.7	41.4	51.0
6-10 ANOS	3	161	35.5	36.0	87.0
11-15 ANOS	4	36	7.9	8.1	95.1
16-20 ANOS	5	17	3.7	3.8	98.9
MAIS DE 21 ANOS	6	5	1.1	1.1	100.0
	9	7	1.5	MISSING	100.0
	TOTAL	454	100.0	100.0	

VAR.9 TEMPO DE MORADIA NESTA FAVELA

MEAN	2.584	MODE	2.000	STD DEV	0.980
MINIMUM	1.000	MAXIMUM	6.000		
VALID CASES	447	MISSING CASES	7		

Conclusão elementar, este quadro geral de respostas obtidas até o último bloco de quesitos, demonstra claramente uma mobilidade espacial bastante significativa, representada pelo ingresso de novos atores e saídas de antigos posseiros, motivada exclusivamente por razões de natureza econômica, notadamente, como vimos, pelo acirramento da chamada crise nacional.

Este fato social, excluindo da longa organização política dessa luta pela posse definitiva da terra, aque-

les antigos personagens que detinham a memória do movimento travado, além de dificultar a socialização oral do conhecimento amadurecido por essa prática, talvez possa contribuir para que a concessão do direito real de uso se reduza no futuro a um vulgar pragmatismo jurídico.

Este comentário, derivado de respostas e conversas com os próprios moradores destas favelas, aponta para a necessidade de um auto-conhecimento (objetivo de AUTO CENSO) da qualidade desta consciência política resultante, enquanto premissa para outras hipóteses de desenho para os novos projetos que virão.

Para tanto, dividimos as perguntas feitas em três dimensões teóricas, básicas para formulações hipotéticas: a generalidade dessa consciência, sua particularidade e finalmente o detalhe de sua singularidade.

Evidentemente pinçamos algumas poucas perguntas, consideradas importantes, para lastrear apenas as noções mínimas necessárias ao manejo de um projeto mais generoso e contemporâneo.

Questionados genericamente a respeito da necessidade de construção de instrumentos de participação política, neste exato momento histórico de transformação da sociedade brasileira, notadamente pelas camadas populares socialmente marginalizadas, revelaram, mais uma vez, a face da desorganização geral.

Mais uma vez comparece a igreja, de um modo geral como forma hegemônica de participação social, quando 46,7% dos entrevistados disseram frequentar cotidianamente seus rituais religiosos.

A participação coletiva nos movimentos político-partidários (8,6%), e mesmo na própria luta por reivindicações urbanas, a chamada mobilização popular de bairrão consegue a adesão de mais do que 7,5% da população entre

vistada neste AUTO CENSO.

Entretanto, consideramos bastante expressiva a participação sindical (20,5%) destes trabalhadores urbanos, quando lembramos, mais uma vez, que sua grande maioria é constituída por operários da construção civil, uma das categorias politicamente mais desmobilizadas.

Descendo agora para a concreção das questões específicas, mais diretamente ligadas à particularidade do cotidiano da vida coletiva destes favelados, investigamos a qualidade da participação de todos os atores entrevistados em sua específica organização, desde sua origem até a atualidade.

A média temporal de participação destas pessoas nas suas lutas reais pela posse definitiva da terra, organizados em suas respectivas ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, bem entendido, participação localizada, foi por nós considerada excepcional.

Os dados estatísticos apontam um período médio de participação de 3.1 anos, acusando também um tempo máximo de 8.0 anos para os moradores mais antigos do lugar, excelente, portanto, considerando o momento candente da luta travada (1979 a 1981) e a época de realização da enquete.

A época de eclosão desta mobilização popular em Campinas, marcou, como tivemos oportunidade de afirmar no começo deste capítulo, um conjunto de demarches entre atores das partes envolvidas, travadas em sucessivos atos públicos e mesmo em sessões da Câmara de Vereadores.

Perguntados a respeito de sua participação nesses acontecimentos, ou, mesmo ainda, se continuavam participando desse modo, uma parcela de 90,3% deles revelou ter se ausentado sempre nos referidos atos públicos, e outra maioria significativa de 89,6% dos mesmos afirmou nunca ter assistido sessões de nossa Câmara Municipal.

Todavia, houve uma sensível melhoria de participação política, durante as últimas eleições de 1982, onde 12,3% dos entrevistados, afirmaram ter participado dos tradicionais comícios, talvez motivados pela ida dos chamados candidatos de então, à própria localidade das favelas.

Porém, fomos descobrir, na singularidade das relações de vizinhança, detalhadamente localizadas em nosso ESTUDO DE CASO, o lugar onde o calor das práticas e das trocas acontece, a forja de uma organização, radicalmente diferenciada das outras formas, atrás mencionadas.

Para se ter uma idéia dessa interiorização espacial do enorme potencial político, contido nas mesmas, basta afirmar que 93,4% das pessoas frequentam normalmente reuniões convocadas pela ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, e 89,0% delas, costumam procurar regularmente as respectivas diretorias para a solução dos mais diferenciados problemas de relacionamento social.

A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES goza, portanto, enquanto instrumento prático de luta, de alto prestígio entre os posseiros desses lugares, onde 72,9% dos associados pagam mensalmente suas contribuições e 96,3% dos mesmos confessam francamente apreciar o trabalho por ela desenvolvido.

Mesmo considerando ser esta região de favelas, aquela que historicamente teve a maior participação dentro do movimento popular da cidade, mostra ainda, os limites de CONSCIÊNCIA POLÍTICA e de CONSCIÊNCIA DE POSSE de seus atores.

Evidentemente contribuíram para essa situação de acriticidade, como vimos, o fracasso do encaminhamento social desta luta popular e também o papel desempenhado pelo poder público local.

Os dados finais deste bloco de quesitos, sinteti

zam muito bem, mesmo considerados excepcionais em relação a outras favelas da cidade, os limites verificados.

Embora todos os moradores praticamente reconheçam que politicamente a ASSOCIAÇÃO garante a conquista da terra (94,3%) e que o chamado PROJETO DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA legitime legalmente a referida posse (95,4%), muitos demonstram dúvidas quanto ao procedimento prático individual a ser tomado.

Confundem ainda, o caráter da posse definitiva da terra, socialmente comum a todos os posseiros desta "comunidade", com a figura jurídica da própria propriedade privada de cada terreno, pois, quando perguntados sobre o documento legal desejado, 49,3% responderam preferir a escritura definitiva usual, e os demais 44,9% mostraram interesse pelo título da concessão do direito real de uso.

Como ficou demonstrado no memorial de intenções de nosso PROJETO, a originalidade do mesmo se prendia ao fato de que, anexava constitucionalmente, ao seu conteúdo, a obrigação pública da prefeitura local dotar todas as favelas de Campinas com a necessária infra-estrutura física.

Muito bem, esse fato político, todos os posseiros entrevistados reconhecem (94,5%); entretanto, contraditoriamente a maioria desses mesmos posseiros (50,0%) consideram justo a prefeitura cobrar impostos "prediais" ou quaisquer outros tipos de taxa de ocupação do solo nestes territórios.

Outra dúvida coletiva, reside na questão ideológica da chamada "propriedade" da praça ocupada; apenas 2,2% dos posseiros acreditam ser "bem patrimonial" da federação, todavia a expressiva parcela de 36,1% dos entrevistados, acredita que seja "Patrimônio" do Estado de São

Paulo ou mesmo da própria prefeitura local.

Entretanto, 60,8% de todo o universo pesquisado afirmou corretamente, ser a praça ocupada "bem de uso comum do povo" e, além disso, 90,7% deles, afirmaram ter a perfeita consciência dos direitos de um posseiro.

Vencida a primeira grande etapa de desmontagem da antiga favela e organizadas as condições gerais para a nova apropriação em andamento desses territórios, não poderia ser mais verdadeira a leitura desses dados obtidos.

Conquistada portanto sobre essa dura tarefa, a tomada de consciência individual da figura do posseiro, a própria estratégia da necessidade de manutenção desses territórios, certamente, conduzirá a chamada travessia da dimensão pessoal do mundo, para uma consequente socialização, voltada para a constituição do "posseiro coletivo", personagem central dessa aventura urbana.

Somente quem viveu esta longa jornada de opressão social, sabe criar valor sobre as firmes e seguras passadas dadas até agora, pedra angular para a caminhada futura.

Relatamos até este ponto da dissertação, o fato concreto das obras edificadas no assentamento projetado, como também, uma aproximação retrospectiva da aquisição das principais características de vida urbana, próprias desses atores, personalidades anônimas, que vem historicamente recebendo as marcas da espoliação urbana destes últimos anos.

Observemos agora atentamente outros dados obtidos, para esboçarmos hoje, a posição desses atores, na definição de seu QUADRO DE VIDA FAMILIAR, montado nas condições particulares da cidade de Campinas e na adequação específica do agrupamento de favelas estudado.

Posteriormente, para finalizar a marcação do cha

mado "PERFIL DO POSSEIRO COLETIVO" lançaremos sobre sua condição de vida atual, algumas observações coletadas para o traçado de PERSPECTIVAS FUTURAS de VIDA URBANA a curto prazo, arrematando de modo virtualmente interligado, algumas dimensões da vida passada, atual e futura, dessas populações escutadas.

Relembrando, todas as perguntas contidas no nosso QUESTIONÁRIO DE HISTÓRIA DE VIDA E DOMICÍLIO, foram formuladas exclusivamente, aos atores principais, definidos em nossa formação social pelos chamados chefes de família.

Sobre as respostas fornecidas, devidamente interpretadas, desenhamos a figura composta, a família, como também lançamos uma hipótese caracterizadora de seu perfil de vida comum.

Resgatar a construção destes personagens, dentro de sua problemática histórica específica, partindo da unidade da família e de sua prática doméstica e social, permite aprofundar um pouco mais a caracterização parcial desta realidade.

Pelo menos, tenta recolocar a importância social de se compreender a família popular como um corpo organizado, alocando recursos e tomando decisões para a realização do desejo da cidadania, através de um projeto coletivamente desenvolvido.

O modo de alocação de recursos para a empreitada habitacional, fruto de um conjunto de fatores, desde a qualificação educacional técnica e profissional de seus vários membros em cada fase de seu ciclo de vida, até a quantificação dos salários percebidos e a gestão do orçamento familiar, é, sem dúvida alguma, a chave central da questão.

Chave que fundamenta a tomada de decisões futu-

ras, complementando as anteriores, como vimos, desde a gênese desta trajetória habitacional, partindo da sua localização geográfica e disponibilidade de equipamentos urbanos, até a escolha da concepção construtiva da empreitada a ser realizada.

Muito bem, a primeira constatação fundamental para o exame desta prática desenvolvida, foi a de que 80,6% de todos os 454 chefes de família pertencem ao sexo masculino, dentro de uma faixa média de idade entre 38 e 39 anos onde 70,7% dos mesmos são legalmente casados com suas respectivas companheiras, compondo famílias com uma média de 5,2 membros, a maioria de filhos e pouquíssimos parentes hospedados.

Debruçados sobre a constatação desse QUADRO DE VIDA FAMILIAR, podemos retirar algumas observações úteis a uma hipótese explicativa, perfeitamente comprovada pelo cotidiano de vida desses moradores.

Contrariamente às concepções vulgares, feitas pela pequena burguesia urbana acerca da família favelada, e coerentemente aos perfis culturais traçados por várias pesquisas realizadas dentro das ciências sociais, estamos conhecendo famílias, tradicionalmente organizadas dentro da herança do patriarcado rural, jovens e pequenas, compostas por crianças e adolescentes completamente fora do mercado de trabalho.

Considerando essa realidade, o interesse primeiro do censo realizado, de capitalizar a família para ser alavanca desta auto-construção, perde a razão de ser, e acaba por transferir esse papel de ator principal da prática construtiva, ao chamado chefe de família.

Vejamos a capacitação pessoal desse ator para atuar concretamente na montagem desta criação coletiva.

A maioria deles trabalha (74,0%), descrevendo-se

socialmente como atores produtivos, assalariados, e muitos deles devidamente registrados (55,9%), revelando uma inserção bastante fixa no mercado de trabalho atual.

Devido à baixa faixa etária destes trabalhadores, encontramos pouquíssimos aposentados (5,7%), como também uma minoria deles (14,3%) trabalhando por conta própria, sob qualquer forma produtiva que fôsse.

O setor de trabalho hegemônico neste agrupamento é o da construção civil, onde (32,4%) dos entrevistados nele trabalha, aparecendo em segundo lugar o papel da indústria local, absorvendo 10,6% deles.

Analfabetos (24,7%) ou apenas sabendo ler e escrever (47,6%), com apenas 10,8% deles tendo obtido diploma de curso primário, participam das mais diversificadas profissões estabelecidas pela chamada divisão social do trabalho. Apontamos apenas as mais contabilizadas pela nossa pesquisa: (vide anexo 26)

Fizemos também, paralelamente ao levantamento da potencialidade profissional de trabalho, o mapeamento das rendas médias de todos os 454 atores principais e suas respectivas famílias, resultando na definição de um valor médio padrão para cada um deles.

Considerando o valor do salário mínimo estabelecido para o período de maio a novembro de 1983, intervalo este onde se realizou completamente o AUTO CENSO, obtivemos como média estatística para a renda do chefe de família, o valor de 1,3 do salário vigente no país. (21)

Agregando a essa renda pessoal, algumas pequenas contribuições da companheira e dos jovens filhos, provenientes da prestação de serviços de empregada doméstica ou

(21) Valor do salário mínimo referido: Cr\$ 34.776

da realização de temporários "biscates" de toda natureza, teríamos a composição da chamada renda média familiar marcada por 2,1 do referido salário mínimo.

Como a média de membros das famílias entrevistadas, oscila em torno de cinco pessoas, obteríamos facilmente, o valor da renda média per capita desse agrupamento de favelas, definido em 0,42 do mesmo critério utilizado.

Completando o elenco de especulações econômicas, para formulação de hipóteses, montamos uma tabela, relacionando listagens de frequências para cada faixa salarial:

S/R	F/R
(0 - 1/2)	= 2,4%
(1/2 - 1)	= 5,9%
(1 - 2 )	= 46,1%
(2 - 3 )	= 25,6%
(3 - 5 )	= 15,7%
(5 - 8 )	= 3,3%
( + 8 )	= 0,0%

Estes números reais, mostram as pesadas dificuldades a serem vencidas para a completa realização destas práticas de auto-construção individual e auto-gestão coletiva, mencionadas atrás, como uma verdadeira aventura urbana.

Além de lutar para a manutenção da cesta básica de consumo familiar, cada vez mais magra nestes tempos difíceis, marcados pela perda do poder aquisitivo ante a velocidade inflacionária do custo de vida e da construção civil, deverão ainda, desempenhar um esforço sobre-humano de poupança para a desejada construção da casa própria.

Fôsse outra a realidade econômica do Brasil, capaz de permitir o planejamento do orçamento familiar e da gestão construtiva de cada obra, mesmo assim, necessitaria

mos de um grande esforço de imaginação para a visualização, apenas dentro do território estudado, do encerramento destas práticas de auto-construção.

Caso estas obras dependessem apenas da poupança doméstica, verificando atentamente a tabela acima, constatamos a enorme distância econômica a ser vencida entre o apertado orçamento familiar que quase não permite acumulação de excedente, e o volume de capital necessário para a edificação de uma moradia padronizada (conforme vimos cerca de 28,8 salários mínimos à época da pesquisa).

Nesta abordagem de chegar profundamente na questão social através da arquitetura, e nunca o contrário, como normalmente verificamos nas tentativas de abrandamento das contradições políticas por parte do Estado, quando oferece qualquer teto "aos de baixo", aguçamos mais ainda a enquete, questionando mesmo, o porte e a qualidade do PROJETO adotado pelo conjunto dessa população.

Todas as pessoas consultadas, conhecendo o projeto com a chamada "planta na mão", tendo construído ou não, foram unânimes em afirmar que não pretendiam modificar (97,4%), ou mesmo aumentar (94,9%) seu agenciamento físico.

Considerando a flexibilidade dimensional deste projeto, permitindo sua construção por etapas, a maioria de 52,5% dos entrevistados, afirmou ter interesse em completá-lo detalhadamente e a outra parcela de 47,5% considerava-se satisfeita com seu desenvolvimento parceladamente atingido.

Curiosamente, 85,0% das pessoas entrevistadas não manifestaram interesse em realizar o chamado acabamento da obra, entendido como os serviços de revestimento e pintura de um modo geral, atestando de certo modo seu va

lor de uso imediato, voltado ao cotidiano mais próximo da vida doméstica desses posseiros.

Perguntados porque não construíam imediatamente suas casas de alvenaria, 86,8% dos moradores de barracos, mesmo levando em conta algumas possibilidades de poupança demonstradas pela tabela anterior, afirmaram não ter condições econômicas de atingir o padrão mínimo determinado pelo PROJETO DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA.

Dada esta resposta cética, a enquete solicitou de cada um dos entrevistados propostas concretas para um possível atendimento das condições necessárias à construção desse padrão mínimo de moradia.

Apesar das dificuldades todas, práticas e econômicas, para cada um dos moradores construir suas casas com as próprias mãos, acabaram por considerar esta proposta ainda mais adequada, a construção por conta própria (48,9%), seguida pela idéia de criação de uma cooperativa entre todos os moradores do lugar (27,8%) e por último, dentro das propostas da própria "comunidade", a realização de mutirões (9,9%), montados a partir da solidariedade de vizinhança.

Questionados sobre o interesse de acolher qualquer proposta externa à "comunidade" local, vindas notadamente do poder público, foram unânimes em combatê-las, devido, como tivemos oportunidade de mostrar, à perda da credibilidade popular por parte da administração pública de um modo geral.

Apenas 5,7% dos entrevistados acreditariam numa proposta concreta da Prefeitura local para a solução de seu problema de moradia, como também 4,4% dos mesmos posseiros, aceitariam apoio da COHAB-CAMPINAS para serem inseridos no chamado SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO qualquer que fosse a oferta proposta.

Fomos compreender mais adiante os verdadeiros motivos econômicos, e não meramente ideológicos, que levaram o morador a optar pela solução mais prática de resolver por conta própria seu problema de moradia familiar.

A maioria significativa dos entrevistados (67,8%) deseja apenas encontrar uma forma apropriada de financiamento, exclusivamente voltada para a compra de materiais de construção.

A quase unanimidade destas pessoas (93,6%) não admitem pagar qualquer tipo de financiamento voltado para o fornecimento de mão de obra, acreditando serem elas, capazes de dosar sua própria dedicação a essa pesada tarefa, normalmente realizada em fins de semana.

Indagadas por último, se gostariam de obter financiamento tanto de materiais como de mão de obra, ou se ja, financiamento completo para a aquisição da casa pronta para morar, também a expressiva maioria de 79,1% dos mesmos, foi segura a opinar contrariamente.

Compreendido e explicado o quadro de vida destes posseiros urbanos, e sobrepostas estas sondagens de verificação da potencialidade construtiva contida nesta pequena formação social, algumas singelas conclusões podem ser retiradas.

A primeira delas, a resposta individualista de cada construtor a ainda precária solidariedade projetada, nada mais é do que o reflexo da ausência total de qualquer mecanismo coletivamente auto-organizado, da omissão de qualquer política pública socialmente voltada ao interesse concreto dessas camadas da população e, finalmente da opressão econômica sofrida e comprovada.

A segunda, apesar destas dificuldades apontadas, continuam a admitir a criação de uma organização econômica própria, pensada desde a definição primeira do PROJETO PILOo

TO, politicamente voltada para a auto-gestão coletiva das práticas construtivas.

Este desejo de auto determinação geral, representado pelo fetiche do cooperativismo, repercute profundamente na consciência de cada um desses posseiros urbanos e, brota sempre, nas conversas cotidianas.

A enquete tentou capturar esse sentimento geral, através do qual 85,8% das pessoas procuradas, disseram acreditar na potencialidade de um empreendimento cooperativo, manifestando portando sua vontade particular em atingir esse objetivo.

Mesmo sem entrar no mérito de um critério acerca da constituição de uma cooperativa própria, notadamente sua autonomia política, 78,6% dos entrevistados expressaram confiança na capacidade de suas ASSOCIAÇÕES DE MORADORES administrar um hipotético projeto econômico deste tipo.

A contribuição mensal de cada um dos entrevistados para a montagem econômica desse empreendimento comum, ainda embrionário, seria em média, correspondente à fração de 0,2% do salário mínimo vigente na época da pesquisa.

A enquete não investigou em profundidade o caráter desta hipotética cooperativa, como tentamos fazer na descrição do memorial de intenções do PROJETO PILÓTO, buscando seu possível enquadramento na esfera da produção, consumo ou mera prestação de serviços.

Dada a complexidade administrativo-política de um empreendimento popular desta natureza, ficou apenas registrada a manifesta e contundente vontade desses moradores, em buscar mais essa eficiente ferramenta para o livre exercício político de sua cidadania.

Caberá a nós, voltarmos a uma prospecção nesse tema da auto-gestão, tentando resgatar sobre sua possível

solução prática, o conteúdo de um projeto de arquitetura que acreditamos, imbricado nos fundamentos socialmente mais adequados da economia política.

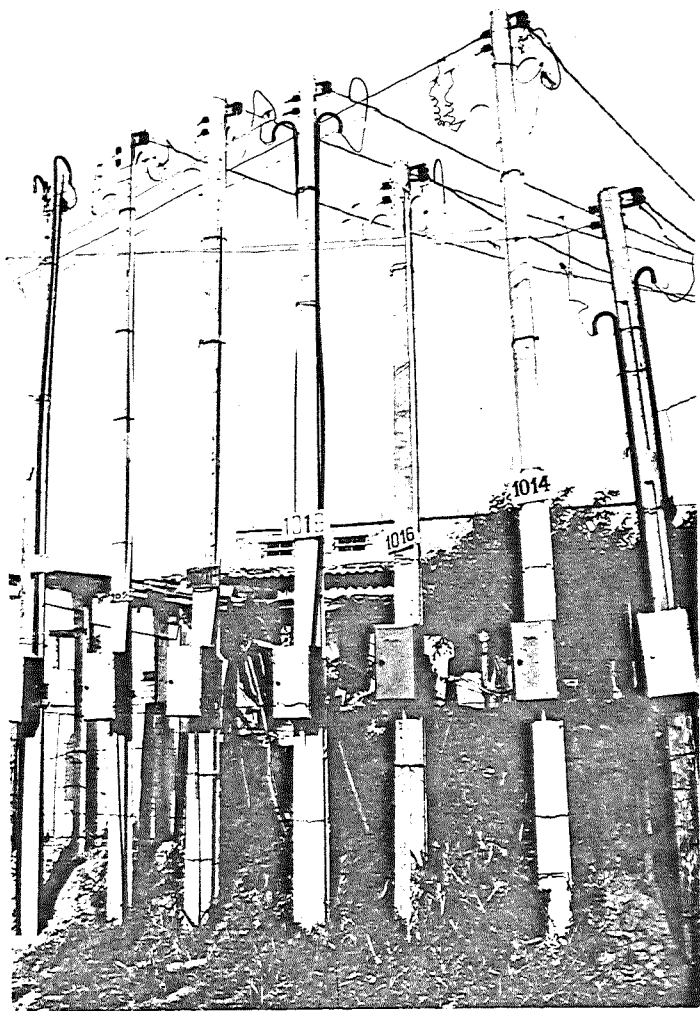
Deixaremos parte desse enfrentamento teórico para o último capítulo desta dissertação, juntamente com o levantamento de questões necessárias acerca dos desdobramentos urbanos dessa prática tecno-produtiva, ou seja, provocaremos apenas o desvendamento preliminar dessa sua ainda oculta face complementar.

Necessário se fará nesse momento, buscarmos estratégias pensadas para sua definitiva consolidação física e política, enquanto um MARCO URBANO mesmo, arrematando deste modo, o manejo de todas as hipóteses envolvidas no projeto.

A própria trajetória realizada pelo movimento de bairro, revela essa carência conceitual e concreta; a unanimidade das pessoas entrevistadas (95,8%) manifestaram o desejo de suas respectivas ASSOCIAÇÕES DE MORADORES organizarem uma proposta especial de CONDOMÍNIO, para uma forma popular de administração dessa antiga favela e atual canteiro de obras.

Comprovando essa necessidade de consolidar a atual conquista da posse dessas terras, como também a de aprimorar a qualidade urbana desse viver solidário, responderam aos setores conservadores da cidade, afirmando que 90,5% dos entrevistados pretendem morar definitivamente nestes territórios auto-construídos.

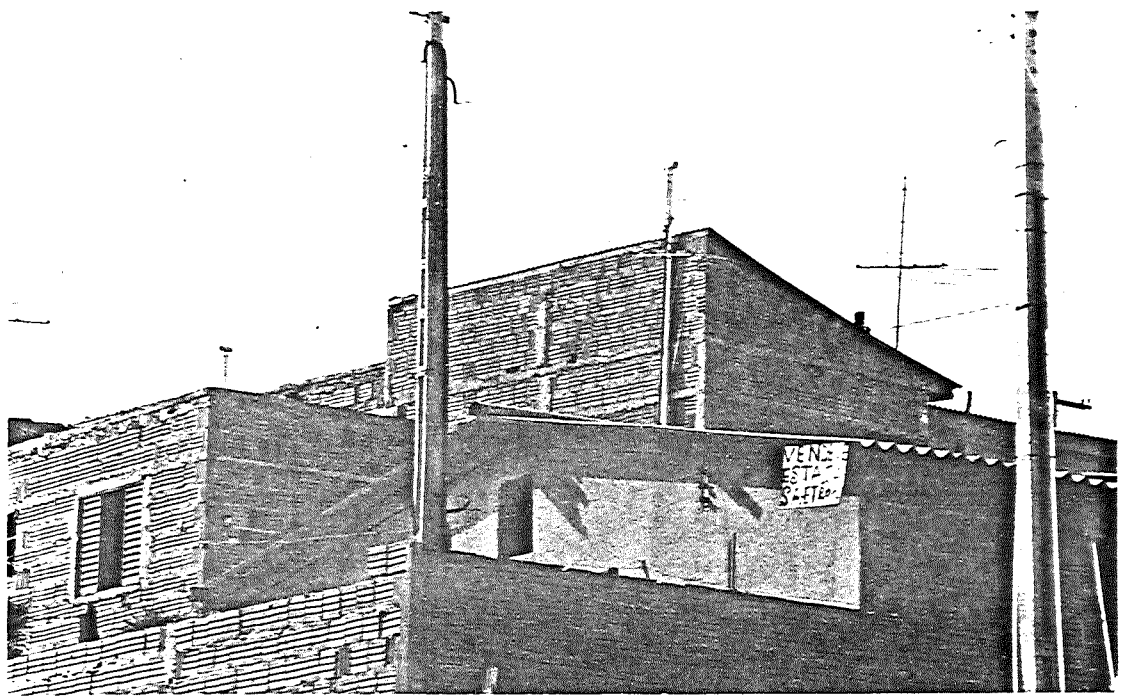
Mesmo considerando a hipótese de uma remota vontade própria de mudança deste local conquistado, perguntados sobre qual seria a localidade escolhida, afirmaram o desejo de permanecer nesta cidade (43,4%), contra aqueles que gostariam de voltar à localidade de origem (11,0%) ou até para um outro lugar qualquer (14,5%).



Sedimentam portanto seu enraizamento regional, depois de uma longa e sofrida trajetória de vida, contribuindo assim, para o enriquecimento étnico e cultural de amplas camadas da população, fato antropológico muito típico e próprio da história de Campinas.

Concluindo esta pesquisa, arrematamos o QUESTIONÁRIO DE HISTÓRIA DE VIDA E DOMICÍLIO com uma curiosa e reveladora pergunta acerca de outra hipotética necessidade, que reconduzisse novamente o entrevistado a morar em outra favela, e, ocorrendo esta situação, qual seria sua opinião a respeito do fato.

Como resposta definitiva e contundente dos entrevistados, tivemos a significativa parcela de moradores (83,0%) afirmando que jamais gostariam de repetir a experiência vivida.



## TERCEIRO CAPÍTULO: CONCLUSÕES

### A SAÍDA DO OBJETO E O RETORNO À CIDADE

Procuramos nesta dissertação, compreender e explicar as práticas cotidianas destes sujeitos da migração, utilizadas para a travessia de sua história de vida até a realização do novo ATO DE MORAR, urbano e contemporâneo.

As respostas dadas à pesquisa mostram contradições reais entre o sentimento popular de CIDADANIA e o MASCARAMENTO SOCIAL resultante, colocados sobre o significado da própria auto-construção, parceladamente gestada e coletivamente reificada.

A estratégia de sobrevivência destes NOVOS ATORES, organizando desde a escolha e posse do lugar, melhoria das próprias condições físicas até a construção da moradia atual, constitui um FATO URBANO e uma LUTA POLÍTICA pela conquista de sua cidadania.

Observamos no detalhe da experiência concreta, a

singeleza do sentimento apontado, voltado para uma prática aberta ao futuro, onde mesmo deformações, modificações planejadas e sobreposições de etapas de produção, ampliarão o rico acervo de soluções descobertas, tanto para os problemas de alocação de recursos, quanto para as dúvidas espaciais enfrentadas pelos auto-construtores.

Entretanto, quando lançamos um olhar profundo no exame das dificuldades superadas por essas largas camadas do "lumpesinato urbano" para traçarem sua estratégia de sobrevivência, defrontamo-nos com a crônica espoliação econômica reinante no Brasil.

O estudo desta fotografia social, documenta a precariedade desta forma de vida urbana, baseada numa apropriação de tempos minguados e mínimos excedentes, oferecidos pela política econômica nacional, fruto de um capitalismo perverso.

Venda de férias. Horas extras. Bicos de fim de semana. Décimo terceiro salário. Transação dos chamados "acordos com a firma" para o saque do FGTS. Aperto maior na pobre cesta de consumo, reduzida à compra de carboidratos e gorduras: arroz, farinha, macarrão, açúcar, óleo e margarina. Algumas vezes, pequenos furtos e o risco medido da falsificação de uma certidão de casamento, para o resgate do PIS.

Tudo vale, nesta sociedade, para a realização do desejo da cidadania, onde, além desta ampliação necessária da jornada de trabalho, acabam agregando outro tempo e gastando sobras de sua raquítica energia física, numa espécie de sobre-trabalho gratuito para a construção de seu precário abrigo.

Registramos o significado desta afirmação observando o despojamento crescente do desenho desta casa, cada vez mais reduzida ao teto mínimo, uma ferramenta como ou-

tra qualquer, consumida basicamente para a vida operária se reproduzir, apenas, enquanto força de trabalho. Buscam permanentemente acumular trabalho extra, cada vez mais básico para manter a sobrevivência popular na cidade, consequência maior da remuneração salarial estar recentemente arrojada e ser historicamente baixa.

Constatamos portanto, mais uma vez, ser a atividade social da chamada auto-construção da casa própria, uma prática dentro da economia política capaz de desprezar no salário do trabalhador parcelas obrigatórias de custos com habitação, aluguel ou financiamento de compra ( mesmo considerando o lucro mercantil e os juros escorchantes do SFH ).

Estas práticas oferecem alguns ensinamentos reais, a conduzir o raciocínio de que a atividade econômica da auto-construção carrega consigo o alibi da depreciação salarial e pauperização da mão de obra, contornando talvez o chamado barateamento dos custos de reprodução da força de trabalho.

O peso da dúvida e do medo nessa longa travessia urbana revela e esconde a precariedade do cotidiano dessa população, mantido num equilíbrio dificilmente estabelecido, muitas vezes rompido pela sua própria condição de mobilidade demográfica, carência popular e desigualdade social.

Estas realizações populares, casas e lugares, auto-construídos e muitas vezes auto-urbanizados, simbolizam na morfologia da cidade uma massa produzida que jamais poderá ser desprezada para qualquer tipo de estudo, acadêmico ou profissional, como também por práticas políticas socialmente responsáveis.

Oficialmente são consideradas como uma manifestação radicalizada da espoliação urbana. Entretanto permanecem mantidas como soluções "socialmente convenientes", tan

to para a especulação do capital privado como para a comunidade da máquina estatal, reduzindo deste modo o alto custo de um importante componente para a reprodução social da força de trabalho.

Apesar desse discurso dominante ser historicamente velho na manutenção do chamado "status quo" urbano, nestas duas décadas e principalmente nestes últimos cinco anos, notamos o governo brasileiro e organismos internacionais (BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO, BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO e o BANCO MUNDIAL) preocupados em financiar projetos de pesquisa e executar obras públicas de atendimento a algumas das demandas colocadas.

Alarmados pelo acelerado desenvolvimento de contradições urbanas e lutas populares, cada vez mais cercados pelo arco de forças que compõem os recentes movimentos sociais, começam a preparar unilateralmente esboços de políticas específicas, muitas vezes pensadas para novas formas de racionalização da miséria.

Tendo como suporte ideológico a apologia da auto-construção parcelada e individual como solução à enorme demanda habitacional, aparecem com a oferta de recursos básicos, necessários para a "doação" de terrenos legalizados, serviços urbanos padronizados, assistência técnica e principalmente o financiamento do material de construção. (22)

Arquitetos e engenheiros, comprometidos em nossa comunidade técnica com o desenvolvimento social de uma política urbana, conhecem muito bem a qualidade construtiva dessas propostas, como também seu significado maior.

(22) Para maiores apreciações, consultar: "Estudo de Normas Legais de Edificação e Urbanismo Adequadas as Áreas de Assentamentos Subnormais ou de Baixa Renda".BNH-Ministério do Interior e CEPAM-Fundação Prefeito Faria Lima. 1981.

Todo receituário normalizador de assentamentos de resistência popular, pode ser condensado como um rígido sistema de primárias relações abstratas de desenho que acabam ignorando toda particularidade concreta, ligando externamente aquilo que, na verdade, nada tem a ver com o objetivo político traçado por esses posseiros urbanos.

A falta de uma efetiva política social da Prefeitura Municipal de Campinas, consequência direta de sua submissão aos interesses da política urbana local, bloqueia a busca de um equacionamento definitivo para uma adequada solução de posse da terra, infra-estrutura e alocação de recursos para todas as favelas desta cidade.

Como comprovam matérias da imprensa local, acabam apenas reformando algumas estruturas mínimas e suportes dos cenários de miséria onde a casa auto-construída é colocada, assentando demandas questionadas por alguns movimentos organizados, sobre uma geografia urbana nunca discutida democraticamente.

Arena onde os interesses de classes e camadas privilegiadas desenham sua política de assentamento e domínio, instrumentalizada pela figura da propriedade privada da terra e mantida pelas mais variadas formas de apropriação de rendas urbanas.

Tanto a acomodada regra geral como as particulares exceções à perversidade concreta destas gestões municipais, terminam por refletir o movimento contraditório da luta de classes pela disputa da territorialidade urbana, cumprindo portanto fundamental colaboração para a manutenção das atuais condições sociais.

Como tentamos demonstrar, todas as negociações políticas construídas para o atendimento ou rejeição das reivindicações populares pela posse da terra e direito à moradia, sempre acabam reduzindo o ATO DE MORAR a uma sim-

ples e mecânica determinação entre o sujeito coletivo interessado e o objeto urbano disputado.

Algumas raras oportunidades acabam revelando polémicas públicas, menores ou maiores, envolvendo as múltiplas relações de vizinhança no cotidiano de bairros envolvidos, conflitos entre pequenos e grandes proprietários ou até mesmo disputas territoriais entre camadas médias da população e quadros organizados de posseiros urbanos.

O presente ESTUDO DE CASO serviu para aflorar mais um entre outros mecanismos de congelamento de um FATO URBANO e a introdução de novas contradições, próprias destas práticas de negociação, retirando das mesmas, uma tomada social de consciência sobre o significado de uma luta cidadina.

A tendência de recortar a demanda disputada da questão urbana maior, e por que não dizer, da imbricada questão rural, ocorre através de contrangimento político promovido por condições específicas de uma sociedade de passado colonial como a nossa, preservando sempre, o afastamento social da questão mais ampla da apropriação da terra no Brasil.

A solução precária encontrada para o assentamento dos posseiros aqui estudados, continuará sendo um espaço funcionalmente segregado para acomodar uma população ainda economicamente oprimida, socialmente marginalizada e politicamente desorganizada.

Espaço da contradição maior, embutida na cabeça de cada um destes posseiros individuais, quando tentam realizar "dentro" do próprio território de uma disputa como esta, marcado pela ideologia da solidariedade coletiva, o desejo da propriedade privada, aquilo que "fora" lhes é negado pela lógica mesma do capital.

Serve para ser somado à coleção de acontecimen -

tos exemplares a mostrar que o ATO DE MORAR enquanto um FATO URBANO, possui conotações amplas e profundas, simbolizando o próprio acesso à cidadania socialmente organizada e historicamente determinada.

Difícilmente encontraremos uma saída prática ou uma possibilidade teórica para a superação dialética da contradição apontada, equacionando "terra doada" com "auto-construção sugerida" como uma contribuição à solução dos graves problemas nacionais, decorrentes de baixos salários, falta de estabilidade de emprego e mesmo desemprego estrutural.

A regra geral, necessária ao adiamento dessa solução, será continuar travestindo o estado de seu papel paternalista, bancando o mito da questão técnica (entulho conceitual da chamada Revolução Industrial) para eternizar na sempre mal estudada e precária solução do problema localizado, a prática do tradicional clientelismo político, pedra angular para o controle do jogo contraditório da luta de classes.

Mostra que ainda estamos distantes, atores principais e secundários, favelados, bóias frias, cidadãos clandestinos, movimentos de bairro e a própria organização popular, enfim e de modo resumido, Estado e Sociedade, da pré-formulação de políticas públicas capazes de encaminhar, hoje no Brasil, respostas para a solução de conflitos urbanos particulares ou generalizados.

Segundo Lúcio Kowarick, partirá do próprio Estado a apresentação de uma "nova ação" ante "o novo caráter das contradições urbanas":

(decorrentes)" também das transformações que se operam no seio do Estado, que o torna alvo direto e crescente de

reivindicações populares, originando lutas que, por se canalizarem para os centros do sistema decisório, podem adquirir uma dimensão política que antes inexistia: ao se transformar no principal agente propulsor da produção e organização das cidades, ele passou a ser depositário de um conjunto de contradições onde se condensam interesses e para onde se dirigem conflitos e pressões por benfeitorias urbanas".(23)

A atualidade brasileira, evidencia uma retomada geral de confiabilidade nos mecanismos de organização da sociedade civil e aprimoramento democrático das instituições públicas.

Nesse enquadramento contemporâneo, dada a crise da política habitacional do estado, outras perspectivas de equacionamento da questão deverão ser postas para o debate nacional, como por exemplo, a remoção das dificuldades burocráticas colocadas pelo governo federal para o desenvolvimento de formas completas de auto-gestão popular para a produção e distribuição de moradias.

O Estado fechando portas à liberdade de auto-determinação para a constituição de cooperativas ( capitalizadas por um pecúlio popular, proveniente por exemplo, da liberação do FGTS retido pelo governo federal ) responde politicamente, sempre reduzindo o conteúdo das lutas urbanas para a dimensão falsamente técnica do problema, uma falaciosa negociação, possível apenas pelo ainda baixo poder de barganha empunhado pelas organizações sociais.

O rendimento de políticas convencionais de auto-

(23) Kowarick, Lúcio. Lutas urbanas e movimentos populares: alguns pontos para reflexão. in Espaço e Debates Nº 8 Cortez Editores, p. 56.

-construção baseadas no trabalho parcelado e individual do chefe de família poderia, deste modo, ser confrontado com possibilidades novas de síntese espaciais apoiadas em auto-gestão coletivamente organizada através de cooperativas populares.

Entretanto, a lei federal 5764 de 16/12/71 instituindo o regime das cooperativas, acaba revelando o problema encontrado por qualquer agrupamento social ou organização popular que desejem montar um projeto de interesse próprio. Esta legislação, estabelecendo as atribuições do governo federal para a coordenação das atividades do cooperativismo no território nacional, define literalmente a fiscalização e controle das mesmas exercidos de acordo com seus objetivos de funcionamento. (24)

Deste modo, uma cooperativa qualquer, cujo objeto de funcionamento seja a prestação de trabalhos urbanos, serviços ou crédito, deverá estar atrelada ao INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA ou ao BANCO CENTRAL DO BRASIL respectivamente. Caso contrário, uma cooperativa popular projetada para as práticas específicas de produção da chamada casa própria aos seus cooperados, estará subordinada na sua parte normativa à complexa e burocrática máquina do BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO.

A referida legislação, mesmo prevendo a descentralização dos serviços de responsabilidade do BNH, podendo delegar sua competência, total ou parcialmente à órgãos da administração estadual e municipal, acabará colidindo com a própria existência das COHABS (COMPANHIA DE

(24) Maiores detalhes legais sobre a matéria poderão ser obtidos na "Legislação Cooperativista" - 2ª e. Ago. 1983 Publicação do Departamento de Urbanismo da Secretaria da Agricultura de São Paulo - Brasil.

Esta situação contraditoriamente mantida, entre uma prática necessária e sua restrição legal, obstaculizou por exemplo, a perspectiva pensada em nosso PROJETO PILOTO, da criação de uma cooperativa mista, ferramenta econômica e politicamente fundamental para o necessário exercício da auto-gestão geral dessa prática.

Um exercício construtivo dessa natureza colocaria o desenho organizando a arquitetura numa situação outra de experimentação econômica e cultural da maior importância, ampliando fronteiras e superando a dramática realidade da auto-construção convencional ( como tentamos definir ).

Evidentemente, a pequena tradição do chamado movimento cooperativista no Brasil, somada às próprias contradições naturais na estrutura produtiva de uma prática econômica deste tipo, esconde o debate necessário sobre essa questão fundamental para a realidade contemporânea.

Embora historicamente tenham existido dentro do movimento operário concepções esclarecidas, as cooperativas de produção onde tantas esperanças foram depositadas, nunca chegaram a atingir um patamar considerável de acumulação de experiências concretas. Entretanto, as cooperativas de consumo, menos valorizadas num primeiro momento, vieram mais tarde a apresentar-se como o setor com mais potencialidades dentro do movimento cooperativista, ampliando largamente a sua raiz operária e atingindo camadas da pequena e média burguesia urbana.

A cooperação organizada, mesmo sendo incapaz de contrariar a dinâmica global da economia política do capital, constitui uma barreira defensiva de resistência necessária à realização de um projeto coletivo de vida urbana:

"Pelo que diz respeito à cooperativas operárias, elas representam, dentro do antigo sistema, a primeira brecha nele aberta, embora reproduzam necessariamente e em todos os seus aspectos, na sua organização real, todos os defeitos do sistema existente. Todavia, dentro das cooperativas o antagonismo entre o capital e o trabalho encontra-se superado, embora ainda sob uma forma imperfeita: como associação, os trabalhadores são o capitalista deles próprios, o que quer dizer que utilizam os meios de produção para valorizar o seu próprio trabalho. Mostram como a um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das formas sociais de produção que lhes correspondem, se constitui um novo modo de produção e se liberta naturalmente do anterior". (25)

A relação nova entre sociedade civil e aparelho de Estado, a grande questão nacional retomada pela chamada Nova República, deverá passar pelo enquadramento dessa abertura para a auto-gestão cooperativa, embutida na contradição entre a adoção de medidas de contenção dos gastos públicos e a necessidade de estimular a elaboração de políticas públicas para o equacionamento dos agudos conflitos urbanos.

Todavia, o descompasso entre a significativa vitória eleitoral dos partidos de oposição nas grandes cidades brasileiras em 1982 e as práticas destes novos governos, estaduais e municipais, mostram profundas dificuldades

(25) Marx, Karl. O Capital. Livro III. Cap. XXV O Crédito e o Capital Fictício. Fondo de Cultura Economica Mexico, 1974. p. 418

políticas para o encaminhamento da democratização do poder dentro da chamada questão urbana.

Referências bibliográficas, notícias veiculadas e observações sobre as reduzidas práticas urbanas socialmente exercitadas, confirmam o esgotamento das atuais formas administrativas dominantes nas cidades brasileiras e a necessidade histórica de construção de práticas novas, qualitativamente superiores; a GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE, forum privilegiado para o debate público sobre o ATO DE MORAR.

Espaço onde o arco de forças populares aprofundará o exercício conquistado da cidadania, ação política fundamental para testar as novas formas de gestão urbana, como consciência mesmo, sobre a questão do poder e a dinâmica da chamada luta de classes.

A trajetória para novas práticas urbanas, livres e criativas, possivelmente organizará novas relações entre todos os atores envolvidos nas lutas do cotidiano, reconstruindo outro espaço de convivência, autônomo e soberano, afastado de toda ordem de constrangimentos políticos.

Os atores populares e sua organização, muitas vezes nascida precariamente das próprias relações de vizinhança no seu bairro, quando afloram publicamente através da mecânica de negociações com o poder local, naturalmente acabam sendo atravessadas por outras estratégias de aparelhos políticos, alguns instalados no Estado, outros compondo partidos de oposição.

Acabam muitas vezes esvaziando o próprio movimento pelo afastamento de respeitadas lideranças e na maioria das vezes, colocando uma lápide sobre a morte da mobilização, deslocando, ato contínuo, sua caravana para outras localidades.

A divisão popular, decorrente de manipulações táticas, buscando adequar seus objetivos específicos aos de organizações políticas das mais variadas colorações ideológicas, é um tema clássico da sociologia e da política brasileiras, dispensando maiores considerações neste trabalho.

A perspectiva da trajetória imaginada, traz alguma fundamentação operacional para uma outra concepção de cidadania, através da qual fiscalizando a qualidade dos serviços gerais de consumo coletivo e transformações concretas nas condições de moradia de amplas camadas populares, estarão contribuindo para desvendar publicamente algumas das contradições apontadas, e outras ainda por se apresentar, no complexo corpo da cidade.

Observadas numa crítica histórica, apesar dos graves problemas urbanos sempre terem existido, somente agora a sociedade começa a estudar melhor o conflito das contradições entre a tese da tutela estatal, marcada pela falta de políticas públicas de interesse social, e a correspondente antítese da auto-determinação de organizações populares, suporte político para a constituição daquilo que alguns denominam movimentos sociais urbanos.

Apesar da violência apresentada por muitos conflitos atuais, levantados por diversas camadas do "lumpesinato urbano", a conquista da cidadania permanece ainda no horizonte do provável e muito distante de sua total apropriação.

As chamadas lutas urbanas, continuam fragmentadas e localizadas, longe de garantirem o desdobramento de contradições urbanas significativas, a ponto de estabelecer uma outra e nova síntese entre a tese e a antítese apontadas, qualitativamente superior.

"Se houvesse uma relação direta entre a precariedade de vida nas cidades e o tipo de luta levada adiante pelos contingentes por ela afetados, seria fácil, e até desnecessário, tratar das "contradições urbanas" entendidas enquanto condições materiais objetivas propulsoras de transformações sociais".

(26)

Evidentemente estamos aplicando o conceito de luta urbana diretamente ligada, como em nosso ESTUDO DE CASO, ao movimento organizado pela disputa da terra, habitação e consumo de equipamentos coletivos. Estas lutas e práticas urbanas, conhecidas e estudadas, acabam na maioria das vezes, como vimos, sempre estabelecidas na conquista do cenário local, permanecendo politicamente estreitas ante o ATO DE MORAR.

Raramente conseguem atingir uma praxis de transformação para movimento popular ( expressão demagógica e falaciosamente utilizada ) capaz de somar combatividade de outras forças coletivas para multiplicar a conquista de am plos espaços políticos.

Consequentemente, em nosso modesto e particular ponto de vista, estariam criadas nesse desejo hipotético , condições para o novo marco de relações entre movimentos que travam lutas urbanas, com partidos políticos e sindica tos de trabalhadores, evitando através da aliança maior ,

(26) Kowarick, Lúcio. Lutas urbanas e movimentos populares: alguns pontos para reflexão. in Espaço e Debates N° 10 Cortez Editores, p. 55.

multifacetar reivindicações e marginalizar associações espontâneas de toda natureza.

Adicionada a estas dificuldades e contradições históricas das próprias práticas localizadas e das lutas urbanas, está a quase completa falta de experiência teórica sedimentada, necessária ao aprofundamento da matéria e generalização de seus desdobramentos.

A constituição de um objeto teórico na grandeza dessa referência, bem como a análise de seus respectivos sujeitos, Estado, Movimentos de Bairro, Sindicatos e Partidos, ainda é tarefa a ser empreitada, ante a complexidade de nossa questão nacional, dificuldades da pesquisa científica no Brasil e da crise vivida pela própria Universidade.

Aprofundando a observação, Pedro Jacobi comenta:

"Se os movimentos sociais urbanos sofreram transformações em suas práticas, numa opção por formas mais radicais e diretas de atuação, o mesmo não pode ser dito do estudo desses movimentos. Esses estudos parecem indicar um caminho de abandono da especulação central dos primeiros trabalhos realizados no Brasil, ou seja, o papel desses movimentos para a "transformação" da Sociedade, enfatizando, segundo cada vertente, seu papel como auxiliar no planejamento da "comunidade", ou sua situação de marginalidade para produzir mudanças no sistema político".(27)

Os poucos estudos existentes, consequência de uma produção empírica de estudos de casos, financiados mais por algumas poucas instituições de pesquisa do que pela

(27) Jacobi, Pedro e Nunes, Edison. Movimentos sociais urbanos na década de 80: mudanças na teoria e na prática. in Espaço e Debates Nº 10 Cortez Editores, p. 62.

própria universidade, agregados à importante contribuição da sociologia européia e latino-americana contemporâneas, forma a restrita massa crítica disponível sobre a questão.

Sobre essa massa crítica, a Universidade deveria se debruçar, enquanto um centro privilegiado e estratégico de pensamento e ensino, distante do lucro mercantil, dedicando esforços para criar e desenhar livremente, possibilidades técnicas ( construção e urbanização ), econômicas ( custos, preços e acessibilidade ) e políticas ( consertadas numa prática efetivamente democrática ).

Resgataria portanto, um fecundo fio condutor para os próximos debates da arquitetura e urbanismo, balizado pela proposição de estudos, embasando teoricamente a polêmica sobre a questão habitacional na ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, ou melhor dizendo, o ATO DE MORAR, um dos objetos reais para a emancipação urbana dessas camadas populares.

Possibilidades necessariamente amarradas por uma visão estratégica sobre a territorialidade urbana e modos construtivos, tais que, contribuindo para o equacionamento de problemas localizados, taticamente evite formação de gargalos políticos na apropriação desse patrimônio popular, sob risco de causar o citado congelamento geral e a elegia do movimento maior.

Como vimos neste ESTUDO DE CASO, ante a falta de uma política específica do poder público, o simples e bem sucedido assentamento ainda não contribui como solução da posse da terra pelo conjunto destas camadas despossuídas, podendo, inclusive, afastar novos atores da mesa de negociações, desviando o debate sobre os rumos da política urbana local.

Discursando sobre uma metodologia de resistência política para o desejo dessa afirmação urbana, acabam estada

belêcendo nessas condições, "pequenos proprietários" dependentes de favores e concessões tributárias por parte do Estado, dada a impenhorabilidade e inalienabilidade da praça pública, gestando locus de agenciamento barato de votos e força de trabalho para o atual "status quo", afunilando ainda mais lutas urbanas futuras.

#### UMA OFICINA URBANA

Tivemos oportunidade de traçar, nesta dissertação, a trajetória local do poder público neste século, desde a gênese de políticas específicas de "concessões de favores" até a realidade atual de perda instrumental geral para o tratamento da questão aqui enfocada.

Podemos levantar uma pequena prática popular no modo de organização da cidade, revelando socialmente o dado histórico novo: a força contida de sua potencialidade política de transformação cultural, analisada nas relações de objetivação e alienação entre indivíduo absoluto e indivíduo social no corpo desses atores.

Poderíamos agora, recolocar o ESTUDO DE CASO no quadro da cidade, como uma espécie de generalização hipotética da potencialidade de projeto experimentada, buscando como rito de saída do mesmo, um passo mais "além" do que o simples desenho para o assentamento de um agrupamento urbano.

Estaria assim colocado, nosso PROJETO PILOTO, não apenas enquanto realização de um fragmento da cidade, mas como oficina de investigação para uma referência básica sobre o modo da participação popular na produção da paisagem urbana de Campinas.

Essa readequação da prática realizada, abraçaria a hipótese de permanentemente sobrepor contribuições cole-

tivas novas sobre o fato construído, organizando uma espécie de CANTEIRO DE OBRAS geral, espaço de ensaios livres e criativos, capaz de potencializar a vida e o trabalho comum para o domínio do saber fazer, introduzindo o migrante na própria questão da cultura urbana.

Constituído o lugar privilegiado, passaríamos a exercitar o problema-chave da prática de uma arquitetura urbana contemporânea: descobrir socialmente a melhor relação entre uma prática aberta de produção e sua forma de auto-gestão democrática, garantindo mecanismos de reprodução geral dessa "utopia" possível.

Mecanismos estes, práticas sociais de arquitetura, à revelar contribuições e organizar o projeto para a evolução do conceito de habitação nas condições históricas de uma formação social como a nossa.

O desenho preciso desses CANTEIROS DE OBRAS, volta do para o estudo da habitação, garantindo um padrão mínimo de acomodação urbana e instrumentalizando investigações construtivas de toda natureza ( auto-sustentadas ou financiadas pelo Estado ) capitalizaria um PATRIMONIO COLETIVO como PODER DE BARGANHA desses posseiros para as futuras negociações urbanas.

Nestes CANTEIROS DE OBRAS ou oficinas urbanas , observamos desde o presente, o modo como esses posseiros abrem espaços para a remoção de alguns obstáculos estruturais das contradições urbanas lembradas, entre outras esquecidas.

Cada nova aquisição desse saber fazer coletivo , acumulada sobre o material herdado das lutas travadas, colocando a estética do projeto como trabalho sobre as novas contradições apresentadas, passa a ser neste momento , projeto da cidade arquitetura e urbanismo de Campinas.

Patrimônio coletivo e poder de barganha, pre-

servando para o futuro o exercício desse potencial popular de luta urbana, conduzirá o conjunto da população local a pensar as formas de ocupação espacial de seu território.

Evidentemente a desejada emancipação política dessa forma de trabalho e uso da terra , somente acontecerá na história, onde o símbolo desta pequena contribuição poderá ser adicionado ao conteúdo social de uma REFORMA URBANA e AGRÁRIA, capaz de retirar o adjetivo popular do substantivo habitação.

## BIBLIOGRAFIA

- ALQUIER, F. Contribuição ao estudo da renda fundiária sobre terrenos urbanos Espace et Societé, Nº 2 / 1972.
- BERLINCK, Manoel T. Marginalidade social e relações de classes em São Paulo Editora Vozes, Rio de Janeiro/1981.
- BERTRAU, D. Biography and society - the life history approach in the social sciences Ed. Daniel Bertraux Sage, N.Y./1981.
- BERTRAU, D. From the life history approach to the transformation of sociological practice Sage, N.Y./1981.
- BLAY, A.B. Vilas operárias Tese de livre docência Mimeo/1981.
- BLAY, A.B. As consequências sociais da urbanização ou uma proposta metodológica - história de vida, urbanização e ideologia II Congresso da AMPS - Venezuela Mimeo/1983.

BORJA, Jordi Movimientos sociales urbanos

Ediciones SIAP. - Planteos/1975.

BOSI, E. Memória e sociedade, lembranças de velhos

T.A. Queiróz Ed., São Paulo/1979.

BOSCHI, R. e VALLADARES, L. Movimentos associativos de camadas populares urbanas. análise comparativa de seis casos. In Movimentos coletivos no Brasil urbano

ZAHAR Ed. Rio de Janeiro/1983.

BRANDÃO, C.R. Promotores tradicionais da cultura popular

In Cadernos CERU, Nº 17 / 1982.

CAMARGO, A.R. Industrialização da construção no Brasil

Tese de mestrado, mimeo EESC-USP/1975.

CAMARGO, A.R. Hipóteses exploratórias para o estudo e a pesquisa dos processos produtivos e distributivos do espaço São Carlos - EESC-USP/1976.

CAMARGO, Cândido São Paulo 1975: crescimento e pobreza

Ed. Loyola, São Paulo/1976.

CANO, Wilson Raízes da concentração industrial em São Paulo

DIFEL, São Paulo/1977.

CANO, Wilson Dinâmica da economia urbana de São Paulo: uma proposta de investigação Mimeo UNICAMP/1984.

CARDOSO, F.H. A cidade e a política: do compromisso ao inconformismo. In Autoritarismo e democracia

Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro/1975.

CARDOSO DE MELLO, Z.M. e SAES, F.A.M. Economia urbana em São Paulo (1850-1890) Seminário IPE-Fac. Econ. Admin. USP

Proyecto CEPAL/PNUD - ONU, Caribe/1980.

CARDOSO DE MELLO, J.M. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira Tese de doutoramento, IFCH-UNICAMP

CARDOSO, Ruth C.L. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In Sociedade e política no Brasil pós-64 Ed. Brasiliense, São Paulo/1983.

CASTELLS, Manuel Lógica de la investigación social Mimeo FLACSO/1868.

CASTELLS, Manuel Movimientos sociales urbanos Siglo Veintiuno Ed. México/1979.

CASTELLS, Manuel Problemas de investigación en sociología urbana Siglo Veintiuno Ed., Argentina/1972.

CASTELLS, Manuel Ciudad, democracia y socialismo Siglo Veintiuno Ed., México/1979.

CASTELLS, Manuel Estructura de clases y política urbana en América Latina Ediciones SIAP, Argentina/1974.

CASTELLS, Manuel La cuestión urbana Siglo Veintiuno Ed., México/1978.

COLLIER, D. Barriadas y élites de Odria a Velasco Instituto de estudios peruanos, Perú/1978.

CÍRCULO DE ESTÚDIOS ALEJANDRO QUIJANO Movimientos de pobladores e lucha de clases Ediciones Voz Rebelde, Perú

COUTINHO, Ronaldo L. Operário de construção civil Achiamé, Rio de Janeiro/1980.

CUADERNOS DE LA CEPAL/ONU Las encuestas de hogares en América Latina - Nº 44/1983.

DOUGLAS, M.G. Migration and urban growth and development in Brasil Mimeo IPE-USP, São Paulo/1971.

ENGELS, Friedrich A questão do alojamento E. Poveira, Portugal/1971.

EVERS, T. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. In Novos Estudos CEBRAP, Vol 2 - Nº 9 São Paulo/1984.

FARIA, Vilmar O sistema urbano brasileiro.

In Estudos CEBRAP - Nº 18 São Paulo.

FERRO, Sérgio Arquitetura nova

Publicação G FAU-USP/1972.

FERRO, Sérgio A casa popular

Publicação G FAU-USP/1972.

FERRO, Sérgio O canteiro e o desenho

Projeto Editores Associados Ltda. IAB, São Paulo/1978.

FUNDAP Nota introdutória sobre a construção de um objeto

de estudo - o urbano Mimeo, São Paulo/1978.

GOHN, Maria G. Reivindicações populares urbanas

Cortez Ed., São Paulo/1982.

GOMES, J. Cláudio Reflexão sobre o urbanismo e o ensino do

urbanismo Publicação FAU-USP/1971.

JACOBI, Pedro Exclusão urbana e lutas pelo direito à mora-

dia In Espaço e Debates - Nº 7, Cortez Ed. São Paulo/  
1982.

JACOBI, Pedro Movimentos populares urbanos e resposta ao  
estudo: autonomia e controle popular versus cooptação  
e clientelismo. In Movimentos coletivos no Brasil ur-  
bano ZAHAR Ed., Rio de Janeiro/1983.

JACOBI, Pedro e NUNES, Edison Movimentos sociais urbanos na  
década de 80: mudanças na teoria e na prática. In Espa-  
ço e Debates - Nº 10, Cortez Ed., São Paulo/1983.

JACOBI, Pedro Movimentos sociais e urbanos e a crise da  
exploração social e participação popular autônoma  
Mimeo/1985.

JACOBI, Pedro e NUNES, Edison Movimentos populares urbanos,  
poder local e conquistas da democracia. In Cidade, povo  
e poder CEDEC/Paz e Terra, Rio de Janeiro/1982.

JACOBI, Pedro Auto-construção: mitos e contradições

In Espaço e Debates - Nº 3, Cortez Ed./1981.

LEON, Francisco Pobreza rural y urbana

In Se puede superar la pobreza? Proyecto CEPAL/PNUD-ONU  
Caribe/1980.

LEFEBVRE, H. La pensée marxiste et la ville

Casterman, Paris/1972.

LEFEBVRE, H. De lo rural a lo urbano

Ed. Península, Barcelona/1973.

LEFEBVRE, H. La vida cotidiana en el mundo moderno

Alianza Ed./1972.

LEMOS, Carlos Cozinhas etc.

Ed. Perspectiva, São Paulo/1978.

LOJKINE, Jean O estado capitalista e a questão urbana

Livraria Martins Fontes/1981.

MAR, José M. Las barriadas de Lima - 1957

Instituto de Estudios Peruanos, Perú/1977.

MARX, Karl Division del trabajo y manufatura. In El Capital

Vol. I - Fondo de Cultura Económica, México/1974.

MARX, Karl et alii Cooperativismo e Socialismo

Ed. Centelha, Portugal.

MARX, Karl Prefácio à contribuição para a crítica da eco-

nomia política Coleção Teoria - Ed. Estampa, Portugal/  
1973.

MARX, Karl O crédito e o capital fictício. In El Capital

Livro III - Fondo de Cultura Económica, México/1974.

MARX, Karl Manuscritos economia y filosofia

Alianza Ed., Madrid/1974.

- MAYORCA, G. Gonzales Cooperativismo y revolución  
Tomos I e II - BANCOOP - Lima, Perú/1976.
- MILLAN, Carlos B. O ateliê na formação do arquiteto  
Publicação FAU-USP, São Paulo/1962.
- MOISÉS, José A. O estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In Cidade, povo e poder CEDEC/Paz e Terra, Rio de Janeiro/1982.
- MOTTA, Flávio Subsídios para relatório sobre ensino de arquitetura VIA-UNESCO- Departamento de História da arquitetura e estética do projeto - FAU-USP /1974.
- MOTTA, Flávio Desenho e emancipação política. In Desenho industrial e comunicação visual Publicação FAU-USP/1970.
- MOTTA, Flávio Textos informes  
Publicação FAU-USP/1973.
- NACIONES UNIDAS Depto. de assuntos econômicos y sociales  
Manual de métodos de casos de población de habitación  
ONU- Estudos de métodos - Série F, Nº 16, N.Y./1970.
- OLIVEIRA, P. e MARCONI, F. Política y proyecto - una experiencia de base en Portugal Colección Punto y Linea  
Ed. Gustavo Gili, Barcelona/1978.
- PEREIRA, Luiz Populações marginais  
Livraria Duas Cidades, São Paulo/1978.
- PEREIRA, Luiz Urbanização e subdesenvolvimento  
ZAHAR Ed., Rio de Janeiro/1969.
- QUIJANO, Aníbal et alii A questão urbana na América Latina  
Forense Universitária, Rio de Janeiro/1978.
- RIBOULET, P. Uma construção primitiva para uma sociedade desenvolvida Publicação FAU-USP
- RIOFRIO, G. e RODRIGUES, A. De invasores a invadidos-10 anos de autodesarrollo en una barriada DESCO, Perú/1980.

- ROCHA, Paulo A.M. Depoimento 6/9/1968 - Unidade de Ensino Básica Arquitetura e realidade brasileira. Mimeo Biblioteca FAU-USP.
- SILVA, Liana M.L.A. No limiar da industrialização: estado e acumulação de capital, 1919-1937 Tese de doutoramento IFCH-UNICAMP
- SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO Construção de moradias na periferia de São Paulo: aspectos sócio-econômicos e intitucionais - Governo de São Paulo/1979.
- SIMSON, O. e QUEIROZ, M.I. Esboço de um projeto de investigação da produção cultural no Brasil. In Cadernos CERU, Nº 17/1982.
- SINGER, Paul Desenvolvimento econômico e evolução urbana Comp. Editora Nacional, São Paulo/1968.
- SINGER, Paul Economia política da urbanização Ed. Brasiliense, São Paulo/1873.
- SINGER, Paul e CARDOSO, F.A. A cidade e o campo. In Cadernos CEBRAP - Nº 7, São Paulo/1972.
- SOURRAH, M. e PODESTA, B. Experiências augestionárias urbanas en Perú y Chile - GREDES, Perú/1983.
- TURNER, J.F.C. Libertad para construir Siglo Veintiuno Ed., México/1976.
- VALLADARES, Lícia P. A propósito da urbanização de favelas In Espaço e Debates - Cortez Ed. Nº 2/1981.
- VALLADARES, Lícia P. Passa-se uma casa ZAHAR Ed., Rio de Janeiro/1980.